



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
SESSÃO CONJUNTA

---

ANO LVIII – Nº 021 – SEXTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA-DF

---

## MESA DO CONGRESSO NACIONAL

### **Presidente**

*Senador* JOSÉ SARNEY – PMDB-AP

### **1º Vice-Presidente**

*Deputado* INOCÊNCIO OLIVEIRA – PFL-PE

### **2º Vice-Presidente**

*Senador* EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – PSDB-TO

### **1º Secretário**

*Deputado* GEDDEL VIEIRA LIMA – PMDB-BA

### **2º Secretário**

*Senador* ALBERTO SILVA – PMDB-PI

### **3º Secretário**

*Deputado* NILTON CAPIXABA – PTB-RR

### **4º Secretário**

*Senador* SÉRGIO ZAMBIASI – PTB-RS

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 21ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Comunicação da Presidência

Designação dos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 12, de 2003-CN, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão. .... 02705

#### 1.2.2 – Pareceres

Nº 117, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 8, de 2003-CN (nº 691/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 509, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó (TC nº 004.904/2003-1). **(Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2003-CN)** ..... 02706

Nº 118, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 18, de 2003-CN (nºs 899 e 2.470/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 589, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás – Divisa DF/GO – Entroncamento BR-153/GO (TC nº 004.264/2003-1). **(Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2003-CN)** ..... 02708

Nº 119, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização,

sobre o Aviso nº 21, de 2003-CN (nº 574/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 468, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de Auditoria realizada junto ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, que tem por objeto as obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/TO (TC nº 004.556/2003-6). **(Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2003-CN)** ..... 02712

Nº 120, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 41, de 2003-CN (nº 1.354/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 800, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de Auditoria realizada nas obras de construção de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí (TC nº 007.162/2003-5). **(Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2003-CN)** ..... 02714

Nº 121, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 52, de 2003-CN (nº 1.443/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 866, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação formulada pela Secex/RN com vistas a apurar possíveis irregularidades em obras no Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte (TC nº 005.814/2002-9). **(Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2003-CN)** ..... 02717

Nº 122, de 2003-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 91, de 2003-CN, do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.290, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos

Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras do Metrô de Salvador/BA – Trecho Lapa – Pirajá (TC nº 011.360/2003-8). **(Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2003-CN)** ..... 02720

**1.2.3 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)**

SENADOR **JOÃO RIBEIRO** – Criação da Associação Brasileira de Frigoríficos – Abrafrigo.. 02722

DEPUTADO **WALTER PINHEIRO** – Defesa da apreciação dos planos de carreira que tramitam no Congresso Nacional. Instalação da Frente Parlamentar de Apoio às Escolas Famílias Agrícolas..... 02723

DEPUTADO **RICARDO BARROS** – Importância da apreciação do primeiro Orçamento apresentado ao Congresso Nacional pelo novo Governo..... 02723

DEPUTADO **PAUDERNEY AVELINO** – Prejuízos relacionados ao contingenciamento do Orçamento da União e da elevação da carga tributária..... 02724

DEPUTADO **RODRIGO MAIA** – Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei de sua autoria que propõe liberar os depósitos judiciais destinados aos municípios. Regulamentação do salário-educação. A questão do saneamento..... 02725

DEPUTADO **TAKAYAMA** – Preocupação diante de irregularidades envolvendo recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche..... 02726

DEPUTADO **CLÁUDIO CAJADO** – Críticas à atuação do Ministério da Previdência quanto ao cadastramento de idosos e ao estabelecimento de prazo para pleitos envolvendo a revisão de aposentadorias..... 02726

DEPUTADO **ZONTA** – Expectativas quanto ao Orçamento para 2004..... 02727

**1.3 – Ordem do Dia**

**Item 1**

Projeto de Lei nº 5, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito especial no valor total de R\$3.895.568.955,00, para os fins que especifica. **Aprovado**, nos termos do Parecer nº 113, de 2003-CN. À sanção.... 02736

**Item 2**

Projeto de Lei nº 6, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$3.627.966.513,00 e reduz o Orçamento de Investimentos de diversas empresas no valor global de R\$5.993.862.251,00, para os fins que especifica. **Aprovado**. À sanção. .... 02752

**Item 3**

Projeto de Lei nº 8, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$36.338.239,00, para os fins que especifica. **Aprovado o substitutivo**, constante do Parecer nº 116, de 2003-CN, ficando prejudicados o projeto e as emendas. À sanção. .... 02815

**Item 4**

Projeto de Lei nº 34, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R\$17.000.000,00, para os fins que especifica. **Aprovado**, com voto contrário do PFL na Câmara dos Deputados. À sanção. .... 02820

**Item 5**

Projeto de Lei nº 36, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor de R\$4.379.611,00, para os fins que especifica. **Aprovado**. À sanção..... 02821

**Item 6**

Projeto de Lei nº 37, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$598.042.465,00, para os fins que especifica. **Retirado da pauta**..... 02824

**Item 7**

Projeto de Lei nº 40, de 2003-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$2.500.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências. **Aprovado**, nos termos do Parecer nº 114, de 2003-CN. À sanção. .... 02824

**Item 8**

Projeto de Lei nº 47, de 2003-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$10.635.667.636,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado**. À sanção..... 02829

**Item 9**

Projeto de Lei nº 48, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$1.544.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências. **Aprovado**, nos termos do Parecer nº 115, de 2003-CN. À sanção..... 02831

**Item 10**

Projeto de Lei nº 50, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade

Social da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$98.007.454,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. **Aprovado**, com voto contrário do PFL na Câmara dos Deputados. À sanção..... 02834

**1.4 – Encerramento**

**2 – EMENDAS (Publicadas em suplementos a este Diário)**

Apresentadas ao Projeto de Lei nº 30, de 2003-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. .... 02845

Apresentadas ao Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2004..... 02845

**3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**

Nºs 4.690 e 5.202, de 2003. .... 02845

**4 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

**7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

# Ata da 21ª Sessão Conjunta, em 20 de novembro de 2003

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Inocêncio Oliveira*

ÀS 12 HORAS, ACHAM-SE  
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza

– João Ribeiro – João Tenório – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

*E OS SRS. DEPUTADOS:*

52ª Legislatura

1ª PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 021 - 20/11/2003 NO PLEN DO SF

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Total de Presenças : 389

	Partido	Bloco
<b>RORAIMA</b>		
001 - Alceste Almeida	PMDB	PL/PSL
553 - Almir Sá	PL	
002 - Dr. Rodolfo Pereira	PDT	
005 - Maria Helena	PPS	
007 - Pastor Frankem Bergen	PTB	
008 - Suely Campos	PP	
Presenças Roraima: 6		
<b>AMAPÁ</b>		
017 - Antonio Nogueira	PT	PL/PSL
009 - Coronel Alves	PL	
010 - Davi Alcolumbre	PDT	
014 - Eduardo Seabra	PTB	
016 - Janete Capiberibe	PSB	
536 - Valdenor Guedes	PSC	
Presenças Amapá: 6		
<b>PARÁ</b>		
019 - Anivaldo Vale	PSDB	PL/PSL
018 - Ann Pontes	PMDB	
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	
021 - Babá	PT	
028 - Nicias Ribeiro	PSDB	
031 - Nilson Pinto	PSDB	
030 - Paulo Rocha	PT	
032 - Raimundo Santos	PL	
035 - Vic Pires Franco	PFL	
025 - Zé Geraldo	PT	
026 - Zé Lima	PP	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presenças Pará: 13		
<b>AMAZONAS</b>		
038 - Átila Lins	PPS	PL/PSL
037 - Carlos Souza	PL	
036 - Francisco Garcia	PP	
042 - Lupércio Ramos	PPS	
043 - Pauderney Avelino	PFL	
Presenças Amazonas: 5		

	Partido	Bloco
<b>RONDONIA</b>		
044 - Agnaldo Muniz	PPS	
047 - Anselmo	PT	
045 - Confúcio Moura	PMDB	
048 - Eduardo Valverde	PT	
013 - Hamilton Casara	PSDB	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Miguel de Souza	PL	PL/PSL
046 - Nilton Capixaba	PTB	
Presentes Rondonia: 8		
<b>ACRE</b>		
053 - João Correia	PMDB	
549 - João Tota	PL	PL/PSL
054 - Júnior Betão	PPS	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Ronivon Santiago	PP	
Presentes Acre: 5		
<b>TOCANTINS</b>		
061 - Darci Coelho	PFL	
062 - Homero Barreto	PTB	
064 - Maurício Rabelo	PL	PL/PSL
065 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Pastor Amarildo	PSC	
066 - Ronaldo Dimas	PSDB	
Presentes Tocantins: 6		
<b>MARANHÃO</b>		
068 - Antonio Joaquim	PP	
070 - César Bandeira	PFL	
073 - Clóvis Fecury	PFL	
074 - Dr. Ribamar Alves	PSB	
075 - Gastão Vieira	PMDB	
072 - João Castelo	PSDB	
076 - Luciano Leitoa	PSB	
077 - Neiva Moreira	PDT	
080 - Pedro Fernandes	PTB	
082 - Pedro Novais	PMDB	
086 - Sebastião Madeira	PSDB	
081 - Terezinha Fernandes	PT	
084 - Wagner Lago	PP	
551 - Washington Luiz	PT	
Presentes Maranhão: 14		
<b>CEARÁ</b>		
089 - Almeida de Jesus	PL	PL/PSL
091 - Antonio Cambraia	PSDB	
092 - Ariosto Holanda	PSDB	
088 - Bismarck Maia	PSDB	
095 - Eunício Oliveira	PMDB	
541 - Gonzaga Mota	PSDB	
094 - Inácio Arruda	PCdoB	

	Partido	Bloco
<b>CEARÁ</b>		
093 - João Alfredo	PT	
097 - José Pimentel	PT	
100 - Leônidas Cristino	PPS	
522 - Manoel Salviano	PSDB	
101 - Moroni Torgan	PFL	
106 - Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	
104 - Roberto Pessoa	PL	PL/PSL
105 - Rommel Feijó	PTB	
107 - Vicente Arruda	PSDB	
108 - Zé Gerardo	PMDB	
Presentes Ceará: 17		
<b>PIAUI</b>		
109 - Átila Lira	PSDB	
111 - B. Sá	PPS	
112 - Ciro Nogueira	PFL	
114 - Júlio Cesar	PFL	
115 - Moraes Souza	PMDB	
117 - Mussa Demes	PFL	
118 - Paes Landim	PFL	
116 - Promotor Afonso Gil	PDT	
555 - Simplicio Mário	PT	
Presentes Piauí: 9		
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
119 - Álvaro Dias	PDT	
125 - Sandra Rosado	PMDB	
Presentes Rio Grande do Norte: 2		
<b>PARAÍBA</b>		
127 - Adauto Pereira	PFL	
128 - Benjamin Maranhão	PMDB	
130 - Carlos Dunga	PTB	
132 - Enivaldo Ribeiro	PP	
543 - Inaldo Leitão	PL	PL/PSL
133 - Luiz Couto	PT	
542 - Marcondes Gadelha	PTB	
259 - Philemon Rodrigues	PTB	
540 - Ricardo Rique	PL	PL/PSL
136 - Wellington Roberto	PL	PL/PSL
137 - Wilson Santiago	PMDB	
Presentes Paraíba: 11		
<b>PERNAMBUCO</b>		
142 - André de Paula	PFL	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PMDB	
140 - Eduardo Campos	PSB	
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
145 - Inocêncio Oliveira	PFL	
147 - José Chaves	PTB	
149 - José Mendonça Bezerra	PFL	



	Partido	Bloco
PERNAMBUCO		
150 - José Múcio Monteiro	PTB	PL/PSL
151 - Luiz Piauhyllino	PTB	
161 - Marcos de Jesus	PL	
139 - Miguel Arraes	PSB	
154 - Osvaldo Coelho	PFL	
146 - Pastor Francisco Olímpio	PSB	
148 - Paulo Rubem Santiago	PT	
153 - Pedro Corrêa	PP	
157 - Renildo Calheiros	PCdoB	
163 - Ricardo Fiuza	PP	
158 - Roberto Freire	PPS	
160 - Severino Cavalcanti	PP	
Presentes Pemambuco: 20		
ALAGOAS		
162 - Benedito de Lira	PP	PL/PSL
171 - Olavo Calheiros	PMDB	
170 - Rogério Teófilo	PPS	
Presentes Alagoas: 3		
SERGIPE		
172 - Bosco Costa	PSDB	PL/PSL
176 - Cleonânncio Fonseca	PP	
174 - Jackson Barreto	PTB	
177 - João Fontes	PT	
175 - Jorge Alberto	PMDB	
178 - Machado	PFL	
Presentes Sergipe: 6		
BAHIA		
180 - Alice Portugal	PCdoB	PL/PSL
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	PFL	
183 - Aroldo Cedraz	PFL	
186 - Claudio Cajado	PFL	
187 - Coriolano Sales	PFL	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
189 - Edson Duarte	PV	
191 - Félix Mendonça	PFL	
194 - Fernando de Fabinho	PFL	
185 - Gerson Gabrielli	PFL	
195 - Guilherme Menezes	PT	
196 - Jairo Carneiro	PFL	
198 - João Almeida	PSDB	
199 - João Leão	PL	
192 - Jonival Lucas Junior	PTB	
202 - José Carlos Aleluia	PFL	
197 - José Carlos Araújo	PFL	
203 - José Rocha	PFL	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
182 - Luiz Bassuma	PT	
205 - Luiz Carreira	PFL	

	Partido	Bloco
<b>BAHIA</b>		
207 - Marcelo Guimarães Filho	PFL	
210 - Mário Negromonte	PP	
208 - Milton Barbosa	PFL	
209 - Nelson Pellegrino	PT	
214 - Paulo Magalhães	PFL	
212 - Pedro Irujo	PL	PL/PSL
211 - Reginaldo Germano	PFL	
218 - Walter Pinheiro	PT	
216 - Zelinda Novaes	PFL	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
<i>Presentes Bahia: 32</i>		
<b>MINAS GERAIS</b>		
220 - Athos Avelino	PPS	
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
224 - Cabo Júlio	PSC	
226 - Carlos Melles	PFL	
521 - Carlos Mota	PL	PL/PSL
222 - Carlos Willian	PSC	
225 - César Medeiros	PT	
527 - Cleuber Carneiro	PFL	
228 - Custódio Mattos	PSDB	
227 - Dr. Francisco Gonçalves	PTB	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
232 - Eliseu Resende	PFL	
233 - Fernando Diniz	PMDB	
236 - Geraldo Thadeu	PPS	
235 - Herculano Anghinetti	PP	
237 - Isaías Silvestre	PSB	
238 - Ivo José	PT	
240 - Jaime Martins	PL	PL/PSL
239 - João Magalhães	PMDB	
242 - João Magno	PT	
246 - João Paulo Gomes da Silva	PL	PL/PSL
241 - José Militão	PTB	
249 - José Santana de Vasconcellos	PL	PL/PSL
250 - Júlio Delgado	PPS	
251 - Leonardo Mattos	PV	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
243 - Lincoln Portela	PL	PL/PSL
254 - Marcello Siqueira	PMDB	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
244 - Maria do Carmo Lara	PT	
262 - Mário Assad Júnior	PL	PL/PSL
267 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
269 - Odair	PT	
256 - Osmânio Pereira	PTB	
258 - Rafael Guerra	PSDB	

	Partido	Bloco
<b>MINAS GERAIS</b>		
272 - Reginaldo Lopes	PT	
261 - Roberto Brant	PFL	
260 - Romeu Queiroz	PTB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
266 - Sérgio Miranda	PCdoB	
268 - Silas Brasileiro	PMDB	
264 - Virgílio Guimarães	PT	
271 - Vittorio Mediolí	PSDB	
Presentes Minas Gerais: 45		
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
274 - Feu Rosa	PP	
273 - Iriny Lopes	PT	
276 - José Carlos Elias	PTB	
275 - Manato	PDT	
277 - Marcelino Fraga	PMDB	
278 - Marcus Vicente	PTB	
280 - Neucimar Fraga	PL	PL/PSL
279 - Nilton Baiano	PP	
281 - Renato Casagrande	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
Presentes Espírito Santo: 10		
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
284 - Alexandre Cardoso	PSB	
286 - Almerinda de Carvalho	PMDB	
283 - Almir Moura	PL	PL/PSL
292 - Antonio Carlos Biscaia	PT	
291 - Bernardo Ariston	PMDB	
289 - Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
532 - Carlos Nader	PFL	
295 - Chico Alencar	PT	
297 - Deley	PV	
294 - Dr. Heleno	PP	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
307 - Eduardo Paes	PSDB	
528 - Fernando Gonçalves	PTB	
539 - Itamar Serpa	PSDB	
302 - Jair Bolsonaro	PTB	
293 - João Mendes de Jesus	PSL	PL/PSL
310 - Jorge Bittar	PT	
305 - José Divino	PMDB	
308 - Juíza Denise Frossard	PSDB	
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
314 - Lindberg Farias	PT	
313 - Luiz Sérgio	PT	
315 - Maria Lucia	PMDB	
318 - Nelson Bornier	PMDB	
321 - Paulo Feijó	PSDB	
319 - Reinaldo Betão	PL	PL/PSL
323 - Roberto Jefferson	PTB	

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
322 - Rodrigo Maia	PFL	CN - MO
326 - Sandro Matos	PTB	
327 - Simão Sessim	PP	
Presentes Rio de Janeiro: 30		
SÃO PAULO		
330 - Alberto Goldman	PSDB	
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	
333 - Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
340 - Angela Guadagnin	PT	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
347 - Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
344 - Celso Russomanno	PP	
339 - Cláudio Magrão	PPS	
345 - Corauci Sobrinho	PFL	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
346 - Dimas Ramalho	PPS	
350 - Durval Orlato	PT	
351 - Edna Macedo	PTB	
352 - Elimar Máximo Damasceno	PRONA	
353 - Enéas	PRONA	
357 - Gilberto Kassab	PFL	
354 - Gilberto Nascimento	PMDB	
360 - Iara Bernardi	PT	
355 - Ildeu Araujo	PRONA	
362 - Jamil Murad	PCdoB	
363 - Jefferson Campos	PMDB	
335 - João Batista	PFL	
361 - João Paulo Cunha	PT	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	
368 - Jovino Cândido	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
372 - Luciano Zica	PT	
341 - Luiz Antonio Fleury	PTB	
375 - Luiz Carlos Santos	PFL	
376 - Luiz Eduardo Greenhalgh	PT	
371 - Luiza Erundina	PSB	
377 - Marcelo Ortiz	PV	
378 - Marcos Abramo	PFL	
374 - Milton Monti	PL	PL/PSL
381 - Nelson Marquzezelli	PTB	
382 - Orlando Fantazzini	PT	
530 - Paulo Kobayashi	PSDB	
383 - Paulo Lima	PMDB	
384 - Professor Irapuan Teixeira	PRONA	
388 - Professor Luizinho	PT	

	Partido	Bloco
<b>SÃO PAULO</b>		
391 - Roberto Gouveia	PT	
386 - Robson Tuma	PFL	
387 - Salvador Zimbaldi	PTB	
389 - Telma de Souza	PT	
392 - Vadão Gomes	PP	
393 - Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL
394 - Vanderlei Assis	PRONA	
395 - Vicente Cascione	PTB	
397 - Walter Feldman	PSDB	
398 - Zulaiê Cobra	PSDB	
Presentes São Paulo: 54		
<b>MATO GROSSO</b>		
400 - Celcita Pinheiro	PFL	
403 - Pedro Henry	PP	
401 - Ricarte de Freitas	PTB	
402 - Rogério Silva	PPS	
405 - Thelma de Oliveira	PSDB	
404 - Wilson Santos	PSDB	
Presentes Mato Grosso: 6		
<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
408 - Alberto Fraga	PTB	
411 - Jorge Pinheiro	PL	PL/PSL
409 - José Roberto Arruda	PFL	
412 - Sigmaringa Seixas	PT	
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	
414 - Tatiko	PTB	
525 - Wasny de Roure	PT	
Presentes Distrito Federal: 7		
<b>GOIÁS</b>		
416 - Barbosa Neto	PSB	
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	
421 - Leonardo Vilela	PP	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	
423 - Neyde Aparecida	PT	
424 - Professora Raquel Teixeira	PSDB	
427 - Roberto Balestra	PP	
429 - Ronaldo Caiado	PFL	
425 - Rubens Otoni	PT	
431 - Sandro Mabel	PL	PL/PSL
430 - Vilmar Rocha	PFL	
Presentes Goiás: 14		
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>		
434 - Antonio Cruz	PTB	
435 - Geraldo Resende	PPS	
433 - João Grandão	PT	

	Partido	Bloco
MATO GROSSO DO SUL		
438 - Vander Loubet	PT	
439 - Waldemir Moka	PMDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 5		
PARANÁ		
441 - Affonso Camargo	PSDB	
556 - Airton Roveda	PMDB	
445 - Alex Canziani	PTB	
442 - André Zacharow	PDT	
443 - Assis Miguel do Couto	PT	
447 - Cezar Silvestri	PPS	
446 - Chico da Princesa	PL	PL/PSL
461 - Eduardo Sciarra	PFL	
466 - Giacobbo	PL	PL/PSL
450 - Gustavo Fruet	PMDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - Iris Simões	PTB	
451 - José Borba	PMDB	
456 - Max Rosenmann	PMDB	
458 - Nelson Meurer	PP	
459 - Odílio Balbinotti	PMDB	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
467 - Paulo Bernardo	PT	
465 - Ricardo Barros	PP	
518 - Selma Schons	PT	
469 - Takayama	PMDB	
Presentes Paraná: 21		
SANTA CATARINA		
471 - Adelor Vieira	PMDB	
476 - Carlito Merss	PT	
544 - Edison Andrino	PMDB	
472 - Ivan Ranzolin	PP	
473 - João Matos	PMDB	
480 - Leodegar Tiscoski	PP	
477 - Mauro Passos	PT	
482 - Paulo Afonso	PMDB	
483 - Paulo Bauer	PFL	
529 - Serafim Venzon	PSDB	
484 - Vignatti	PT	
485 - Zonta	PP	
Presentes Santa Catarina: 12		
RIO GRANDE DO SUL		
486 - Adão Pretto	PT	
487 - Alceu Collares	PDT	
488 - Ary Vanazzi	PT	
495 - Eliseu Padilha	PMDB	
496 - Érico Ribeiro	PP	
519 - Francisco Appio	PP	
497 - Francisco Turra	PP	
498 - Henrique Fontana	PT	

	Partido	Bloco
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
514 - José Ivo Sartori	PMDB	
499 - Júlio Redecker	PSDB	
502 - Kelly Moraes	PTB	
506 - Luciana Genro	PT	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
507 - Nelson Proença	PPS	
510 - Onyx Lorenzoni	PFL	
511 - Orlando Desconsi	PT	
509 - Osvaldo Biolchi	PMDB	
512 - Pastor Reinaldo	PTB	
503 - Paulo Gouvêa	PL	PL/PSL
513 - Paulo Pimenta	PT	
515 - Tarcisio Zimmermann	PT	
516 - Yeda Crusius	PSDB	
<b>Presentes Rio Grande do Sul: 22</b>		

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – As listas de presença acusam o comparecimento de 71 Srs. Senadores e 389 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Tendo em vista a criação, através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, de autoria do Senador Romeu Tuma, do Deputado Takayama e outros Srs. Parlamentares, de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa para integrarem a referida Comissão, os Senhores:

<b>SENADORES</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco (PFL–PSDB)</b>	
Romeu Tuma	1.João Ribeiro
Demóstenes Torres	2.Jonas Pinheiro
Sérgio Guerra	3.Reginaldo Duarte
Álvaro Dias	4.Arthur Virgílio

<b>Bloco (PT-PSB-PTB-PL)</b>	
Sibá Machado	1.(Vago)
Magno Malta	2. (Vago)
Eurípedes Camargo	3. (Vago)

<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1.Valmir Amaral
Sérgio Cabral	2.João Batista Motta
Papaléo Paes	3.Gilberto Mestrinho

<b>PDT</b>	
(Vago)	1. (Vago)

<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. (Vago)

<b>DEPUTADOS</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
Devanir Ribeiro	1. José Pimentel
Mariângela Duarte	2. (Vago)
<b>PFL</b>	
Mussa Demes	1. Robson Tuma
Robério Nunes	2. (Vago)

**PMDB**

Max Rosenmann 1. Maria Lúcia  
Takayama 2. (Vago)

**PSDB**

João Campos 1. Carlos Alberto Leréia

**PP**

Herculano Anghinetti 1. Francisco Appio

**PTB**

Homero Barreto 1. Vicente Cascione

**PL**

Lincoln Portela 1. Oliveira Filho

**PSB**

Pastor Francisco Olímpio 1. (Vago)

**PRONA**

Vanderlei Assis 1. Amauri Robledo Gasques

Nos termos regimentais, o prazo da Comissão se encerrará no dia 15 de dezembro de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes

**PARECER Nº 117, DE 2003-CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Aviso nº 008, de 2003-CN (Aviso nº 691-SGS-TCU/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 509, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó (TC nº 004.904/2003-1)”**

Relator: Senador **João Ribeiro**

**1 – Relatório****1.1 – Base Legal**

O § 1º do art. 1º da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, a Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2003 (LDO 2003), combinado com os arts. 86 e 87 da mesma Lei, estabelece a exigência de que componha a Lei Orçamentária Anual de 2003

(LOA 2003) a relação dos subtítulos relativos a obras e serviços cuja execução tenha indícios de irregularidades graves que tornem recomendável a sua paralisação cautelar, de acordo com informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A execução das obras e dos serviços assim considerados há de permanecer paralisada até que sejam adotadas medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitando-se a retomada da execução a deliberação desta Comissão Mista, com base em pronunciamento conclusivo do TCU.

**1.2 – Enquadramento da Obra e Situação Atual**

Embora baseado em Relatório de Levantamento de Auditoria realizada também em outras duas obras (Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó), apenas a obra de construção do Hospital Terciário de Natal – RN é objeto de determinação do Acórdão nº 509, de 2003-TCU (Plenário).

A obra de construção do Hospital Terciário de Natal consta do Quadro VII da LOA 2003.

O Acórdão nº 509, de 2003-TCU (Plenário), esclarece que foram encontradas irregularidades na obra de construção do Hospital Terciário de Natal que não recomendam a sua paralisação, devendo, portanto, ser excluída do Quadro VII da LOA 2003.

Nas informações entregues ao Congresso Nacional, em 29/09/2003, nos termos do art. 94 da Lei nº 10.707, de 31-7-2003, a Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2004 (LDO 2004), confirmando a decisão do seu Acórdão nº 509, o TCU informou que a obra de construção do Hospital Terciário de Natal apresenta irregularidades graves que não recomendam a sua paralisação cautelar nos termos do § 2º do art. 93 da LDO 2004.

**2 – Voto**

Diante do exposto, considerando que o tema é de competência terminativa (§ 6º do art. 86 da LDO/2003) da CMO e que, de acordo com a conclusão a que chegou o TCU no seu Acórdão nº 509/2003 (Plenário), no sentido de que as irregularidades encontradas não recomendam a paralisação da obra, votamos por que esta Comissão exclua do Quadro VII da LOA/2003 (Lei nº 10.640, de 14/01/2003) a obra de construção do Hospital Terciário de Natal – RN – Contrato 010/89 SOE/AJ, integrante do Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Sala da Comissão, de \_\_\_\_\_ de 2003. – **Gilberto Mestrinho**, Presidente – **João Ribeiro**, Relator.



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Exclui do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, a obra de construção do Hospital Terciário de Natal – RN – Contrato 010/89 SOE/AJ, integrante do Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Quadro VII, anexo à Lei Orçamentária para 2003 (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 – LOA/2003), a obra de construção do Hospital Terciário de Natal – RN – Contrato 010/89 SOE/AJ, integrante do Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária 36901 – Fundo Nacional de Saúde.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de 2003. – **João Ribeiro**, Relator.

Ofício nº S – 42/2003-CMO (CIRCULAR)

Brasília, 3 de novembro de 2003

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Relatório apresentado pelo Senador João Ribeiro ao Aviso nº 8/2003-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 509, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de construção do Hospital Terciário de Natal, Unidade Mista de Saúde de Capim Macio e Unidade Mista de Saúde de Igapó (TC nº 004.904/2003-1)” o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL.

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecido no art.35, inciso VII, letra c da Resolução nº 01/2001-CN, combinado com a proposta do Deputado Ricardo Barros, aprovada na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5-6-2002, o prazo para apresentação de emendas ao Relatório e aos Projetos de Decreto Legislativo será nos dias 4 e 5-11-2003 – 2 (dois) dias úteis.

Informo, outrossim, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e aos PDL's encontra-se acessível na *página da Comissão na internet*.

Atenciosamente, – **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

**Conclusão**

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 18 de novembro de 2003, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador João Ribeiro ao Aviso nº 8/2003-CN, que nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, foi favorável à exclusão, do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, da obra de construção do Hospital Terciário de Natal – RN – Contrato nº 10/89 SOE/AJ, integrante do Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária 36.901 – Fundo Nacional de Saúde. Ao relatório e ao projeto de decreto legislativo, nos dias 4 e 5-11-2003, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Serys Slhessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Antônio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-Presidente, Alexandre Cardoso, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, Carlos Melles, Carlos Nader, Cláudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Heleno Silva, Homero Barreto, Humberto Michiles, João Batista, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Manoel Salviano, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, 18 de novembro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho** – Senador **João Ribeiro**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 18, DE 2003-CN**

**Exclui do Quadro VII, anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, a obra de construção do Hospital Terciário de Natal – RN – Contrato nº 10/89 SOE/AJ, integrante do Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária 36.901 – Fundo Nacional de Saúde.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Quadro VII, anexo à Lei Orçamentária para 2003 (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 – LOA/2003), a obra de construção do Hospital Terciário de Natal – RN – Contrato nº 10/89 SOE/AJ, integrante do Programa de Trabalho da Unidade Orçamentária 36.901 – Fundo Nacional de Saúde.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Senador **João Ribeiro**, Relator.

**PARECER Nº 118, DE 2003-CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 18, de 2003-CN (nº 899/2003 e 2.470/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 589, de 2003-TCU (Plenário) bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás – Divisa DF/GO – Entroncamento BR-153/GO (TC nº 4.264/2003-1)”.**

**I – Relatório**

Trata o presente parecer do Aviso nº 18, de 2003-CN (nº 899/2003 e 2.470/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 589, de 2003-TCU (Plenário) bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás – Divisa DF/GO – Entroncamento BR-153/GO (TC nº 4.264/2003-1)”. O Aviso nº 2.470-SGS-TCU, de 24-9-2003, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.414/2003, trazendo novas informações acerca dessas obras, foi anexado a este.

As obras objeto do presente aviso tiveram indícios de irregularidades graves apontados pela Secretaria

de Controle Externo no Estado de Goiás – Secex/GO, do Tribunal de Contas da União (TCU), que motivou a inclusão da obra no Quadro VII anexo à LOA/2003, nos termos do art. 86 da LOA/2003, **caput**, que assim mencionou: “O projeto e a lei orçamentária anual poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, nos termos do § 6º deste artigo”.

**II – Voto do Relator**

Trata-se de obra de restauração e duplicação da BR-060, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 até a divisa DF/GO, com extensão de 94,2 km, que propiciará a melhoria no fluxo de veículos, facilitando o escoamento da produção agroindustrial da região. Foi executada 70% da obra, sendo estimado para a sua conclusão um valor de R\$69.900.000,00. Na LOA/2003 há uma dotação de R\$16.000.000,00 no subtítulo 26.782.0237.3768.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás – Divisa DF/GO – Entroncamento BR-153/GO. Não há restos a pagar inscritos.

As irregularidades graves identificadas pelo TCU que recomendaram a suspensão cautelar da obra foram: não-observância do SICRO – Sistema de Custos Rodoviários, elaborado pelo próprio DNIT, quando da celebração dos contratos PG58/98, PG-059/98 e PG-198/99, cujos preços estão, em média, respectivamente, 51,94%, 27,7% e 25% acima dos valores constantes do referido sistema; e aprovação dos projetos básicos (contratos PD/1 2-13/97 e PD/1 2-14/97) elaborados de forma imprecisa, resultando em alterações substanciais ao longo da obra. Acerca destas irregularidades, o TCU, por meio do Acórdão nº 589, de 28 de maio de 2003, deliberou em:

“9.1 comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional sobre a ocorrência de irregularidades graves nas obras objeto deste processo, recomendando o não prosseguimento dos serviços, tendo em vista a constatação de superfaturamento das obras, além da existência de irregularidades graves nos contratos de execução e supervisão das obras;

...

9.3 apensar o presente processo ao TC 003.584/2001-0;”

Àquela época, o Ministro Adylson Motta, Relator, afirmou que estes fatos que estavam sendo apurados no processo TC 003.584/2001-0, que estava então em análise na Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB, do TCU. Após a conclusão dos trabalhos da Secob, o Ministro Marcos Vinícios Vilaça, Relator, fez os seguintes comentários, no âmbito do seu relatório, a respeito das irregularidades no Contrato PG-198/99:

“22. Realmente, se a empresa cotou seus custos unitários considerando areia e brita comerciais e efetivamente comprou os insumos, que recursos a maior ela recebeu? Nenhum. O fato de o projeto básico ter indicado as jazidas para exploração não é suficiente para justificar a imputação de débito. Mais ainda se o contratante firmou a avença em atenção à proposta apresentada à administração, mesmo com inobservância do projeto básico. Não existe obrigatoriedade de a empresa licitante observar a orientação contida no projeto básico se comprovada a sua impossibilidade, física ou jurídica...”

23. Além disso, não me parece ter havido a intenção de causar prejuízo ao erário, pois a construtora não está auferindo vantagem do procedimento adotado. Ao contrário, se o projeto básico indicou jazidas para extração de areia e produção de brita e a empresa cotou preço comercial, ela correu o risco de ofertar preço mais alto na licitação. Por isso, o prejuízo não chegou a se constituir; na verdade a falha (não-observância do disposto no projeto básico) provocou a potencialidade de dano ao erário, mas não o dano em si. Dessa forma, afasto a imputação de débito à Empa, bem assim ao gestor.

24. Por outro lado, nada impede que a empresa seja instada a alterar, a partir de agora, o procedimento, cabendo à Administração negociar para que, demonstrada a viabilidade, a empresa explore as jazidas indicadas no projeto básico ou outras existentes na região e que atendam aos requisitos da obra em exame.”

No tocante às irregularidades no Contrato PG-59/98 o Ministro Relator fez os seguintes comentários:

“26. Quanto ao contrato celebrado com a CMC a situação é diferente. De acordo com as informações constantes dos autos, apesar de a proposta considerar areia e brita comerciais, a empreiteira está explorando jazida da região, o que sai mais barato. Assim, ela está produzindo brita e está sendo remunerada por brita comercial. No caso da areia, a unidade técnica informa que o insumo está sendo obtido por meio de troca com a brita produzida em excesso. Nesse caso, há prejuízo ao erário, a ser descontado das futuras medições.”

Acerca das irregularidades no Contrato PG-59198 o Ministro Relator citou que:

“30. De acordo com a empresa (fls. 1107/1109 – vol. 8), inicialmente houve exploração de brita, mas, após a primeira paralisação da obra, a contratada passou a adquirir o insumo. Quanto à areia, a contratada alega que, devido a limitações técnicas (fl. 1109 – vol. 8), não explorou a jazida indicada no projeto básico e decidiu por adquirir comercialmente o insumo de produtores instalados na região. É importante ressaltar que a Secob não rebate as informações prestadas pela empresa. Ademais, o DNIT confirma que a empresa vinha adquirindo os insumos comercialmente (fls. 643/644, vol. 5).

31. Até a instrução de fl. 713 – vol. 6, da Secex/GO, nada indicava que a Egesa viesse extraindo areia e produzindo brita. Ao contrário. A Secob, em suas análises, imputa débito unicamente pelo fato de a empresa ter desobedecido o projeto básico, que indicava a possibilidade de exploração das jazidas. A toda evidência, a indicação da Secex/GO de que a Egesa estaria explorando e não adquirindo os insumos deveu-se a um equívoco da unidade técnica. Assim, diante dos *elementos constantes dos autos, estou convencido de que a empresa optou pela aquisição comercial da areia e da brita.*

32. Assim, a exemplo do contrato celebrado com a Empa, não há débito a imputar à Egesa.”

Tendo em vista o posicionamento supra citado do Ministro Relator, o TCU, por meio do Acórdão nº 1.414, de 24 de setembro de 2003, deliberou em:

“9.1 determinar ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT que:

9.1.1 condicione junto à CMC Engenharia e Construções S/A a continuidade do contrato PG-059/98 à formalização de termo aditivo, a ser encaminhado a este Tribunal por cópia no prazo de 30 (trinta) dias, estabelecendo:

9.1.1.1 a repactuação dos preços do contrato no que concerne a areia e brita, de forma a adequar seus preços unitários à realidade da obra, no que se refere ao fato de a empresa estar explorando jazidas desses insumos, em vez de estar, conforme contratado, adquirindo comercialmente;

9.1.1.2 o desconto, nas futuras medições, dos valores pagos a maior no contrato PG-59/98, atualizados a partir de sua data-base, dando ciência a este Tribunal, para fins de verificação e futuros trabalhos de fiscalização;

...

9.1.3 faça gestões junto à Empa S/A – Serviços de Engenharia no sentido de que, comprovada a existência de jazidas na região que atendam aos requisitos da obra, a construtora passe a produzir brita e extrair areia, condicionando, neste caso, a continuidade do contrato à formalização de termo aditivo, a ser encaminhado a este Tribunal por cópia no prazo de 30 (trinta) dias, estabelecendo a repactuação dos preços do contrato no que concerne a estes insumos;

....

9.3 informar à Presidência e à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que:

9.3.1 o Programa de Trabalho PT 26.782.0237.3768.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás – Divisa DF/GO – Entroncamento BR-153/GO não consta do Quadro VII da Lei nº 10.640/2003 (LOA 2003);

9.3.2 uma vez adotada as providências constantes dos itens 9.1.1 e 9.1.3, não haverá obstáculos à transferência de recursos previstos no orçamento da União para os contratos abaixo listados, para a conclusão dos serviços de pavimentação e execução das obras de duplicação e restauração da

rodovia BR-060, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 (Anápolis) e a divisa DF/GO:

– Contrato PG nº 198/99, firmado com a empresa Empa S/A – Serviços de Engenharia, tendo por objeto a duplicação e restauração da rodovia BR-060, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 (Anápolis) e a divisa DF/GO, segmento km 0,0 – km 18,0;

– Contrato PG-059/98, firmado com a empresa CMC Engenharia e Construções S/A, tendo por objeto a duplicação e restauração da rodovia BR-060, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 (Anápolis) e a divisa DF/GO, segmento km 50,4-km 94,2;

9.3.3 não há obstáculos à transferência de recursos previstos no orçamento da União para o contrato firmado com a Egesa (PG-058/98), caso ainda exista fatura pendente de pagamento;”

No tocante ao item 9.3.1. do Acórdão, há um equívoco pois o subtítulo referente às obras em análise está incluso no Quadro VII anexo à LOA/2003. Quanto às condições para a liberação da execução dos contratos PG-059/98 e PG198/99, tendo em vista já ter espirado o prazo estipulado pelo TCU para o DNIT efetuar os ajustes neste contratos, convém solicitar àquela Corte informações acerca do seu atendimento.

Em face do exposto, voto:

**a)** pela exclusão do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de janeiro de 2003, do Contrato nº PG-058/98, referente a parte das obras adequação de Trechos Rodoviários na BR-060, trecho da divisa DF/GO até o entroncamento BR-153/GO, no Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo anexo;

**b)** para que esta Comissão solicite que o TCU, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 86 da LDO/2003, se pronuncie conclusivamente, até 30 de novembro de 2003, acerca da adoção pelo DNIT das providências constantes dos itens 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão 1.414/2003 – TCU – Plenário.

Sala da Comissão, de novembro de 2003. – Deputado **Ricardo Barros**, Relator.



## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

**Exclui o Contrato PG-058/98, referente a parte das obras adequação de Trechos Rodoviários na BR-060, trecho da divisa DF/GO até o entroncamento BR-153/GO, no Estado de Goiás, do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 o contrato PG-058/98, da unidade orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, referente ao subtítulo 26.782.0237.3768.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás – Divisa DF/GO – Entroncamento BR-153/GO.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no artigo anterior, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de novembro de 2003. —  
Deputado **Ricardo Barros**, Relator.

Ofício nº S-046/2003-CMO (CIRCULAR)

Brasília, 5 de novembro de 2003

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o relatório apresentado pelo Deputado Ricardo Barros ao Aviso nº 18/2003-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 589, de 2003-TCU (Plenário) bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao Levantamento de Auditoria realizado nas obras de adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás – Divisa DF/GO – Entroncamento BR-153/GO (TC nº 004.264/2003-1)” o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL.

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra **c** da Resolução nº 1/2001-CN, combinado com a proposta do Deputado Ricardo Barros, aprovada na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5-6-2002, o prazo para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo será nos dias 6 e 7-11-2003 – 2 (dois) dias úteis.

Informo, outrossim, que o formulário para apresentação de emendas ao relatório e aos PDL encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, — **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

## Conclusão

A Comissão Mista De Planos, Orçamentos Públicos E Fiscalização, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 18 de novembro de 2003, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Ricardo Barros ao Aviso nº 018/2003-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, foi favorável à exclusão, do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, do contrato PG-058/98, referentes a parte das obras de Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060, trecho da divisa DF/GO até o entroncamento BR-153/GO, no Estado de Goiás. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 6 e 7-11-2003, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Serys Slhessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Antônio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-Presidente, Alexandre Cardoso, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, Carlos Melles, Carlos Nader, Claudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Hetenildo Ribeiro, Heleno Silva, Homero Barreto, Humberto Michiles, João Batista, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Manoel Salviano, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Nelsori Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Wílson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, 18 de novembro de 2003 —  
Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente — Deputado, **Ricardo Barros**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 19, DE 2003-CN**

**Exclui o Contrato PG-058/98, referente a parte das obras adequação de Trechos Rodoviários na BR-060, trecho da divisa DF/GO até o entroncamento BR-153/G0, no Estado de Goiás, do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 o contrato PG-058/98, da unidade orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, referente ao subtítulo 26.782.0237.3768.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás – Divisa DF/GO – Entroncamento BR-153/G0.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no artigo anterior, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2003 \_  
Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Ricardo Barros**, Relator.

**PARECER Nº 119, DE 2003-CN**

**Da Comissão Mista de Planos Orçamentos públicos e Fiscalização, sobre o Aviso no 21, de 2003-CN (nº 574/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 468, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam referente ao levantamento de Auditoria realizada junto ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, que tem por objeto as obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/TO– (TC004.556/2003-6)”.**

**I – Relatório**

Trata o presente parecer do Aviso nº 21, de 2003-CN (nº 574/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 468, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam referente ao levanta-

mento de Auditoria realizada junto ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, que tem por objeto as obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/TO– (TC-004.556/2003-6)”.

A obra objeto do presente aviso apresentou indícios de irregularidades graves apontados em auditoria foi realizada pela Secretaria de Controle Externo no Distrito Federal – Secex/DF, do Tribunal de Contas da União, que motivou a sua inclusão no Quadro VII anexo à LOA/2003, nos termos do art. 86 da LDO/2003, **caput**, que assim mencionou: “O projeto e a lei orçamentária anual poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, nos termos do § 6º deste artigo”.

**II – Voto do Relator**

Trata-se de obra que visa a duplicação de 18,5 km e a restauração de outros 31,5, dos quais 13 km já se encontram duplicados. A duplicação do trecho da BR-060 compreendido entre o DF e a divisa DF/GO irá melhorar o fluxo de veículos num local onde o tráfego é muito intenso e a pista existente está sobrecarregada. O estado de conservação da pista existente é ruim e este fato, associado à inexistência de duplicação neste trecho da BR-060, tem ocasionado vários acidentes de trânsito, muitas vezes com vítimas fatais. Foi executada 65% da obra, sendo estimado para a sua conclusão um valor de R\$25.701.979,15. Na LOA/2003 há uma dotação de R\$12.000.000,00 no subtítulo 26.782.0237.5730.0015 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/GO. Não há restos a pagar inscritos.

Na fiscalização realizada pela TCU em 2000, foram encontrados indícios de fraude no processo licitatório, de superfaturamento na contratação do projeto e de inconsistências entre o Projeto Básico e o Projeto Executivo. Por meio da Decisão nº 299/2001-Plenário, foi requisitada ao Comando do Exército brasileiro a prestação de serviços técnicos para aferição das irregularidades constatadas. Após a confirmação das irregularidades pelo Exército, a Decisão nº 858/2001-Plenário converteu os autos em

Tomada de Contas Especial (TCE), tendo sido, autorizada também a suspensão da transferência de recursos para a conclusão dos serviços de pavimentação e a execução de obras de caráter emergencial.

A Tomada de Contas Especial foi julgada na Sessão Plenária de 14-8-2002, tendo sido prolatado o Acórdão nº 293/2002-TCU-Plenário, que concluiu pela comprovação de superfaturamento nos serviços, pela responsabilização solidária dos agentes pelo débito de R\$885.980,53 e pela imputação de multa aos responsáveis. A obra encontra-se paralisada desde dezembro de 2000 em virtude de irregularidades graves apontadas pelo TCU. No tocante aos contratos e convênios o TCU aponta para a ocorrência das seguintes irregularidades graves: superfaturamento nos Contratos 21/2000 (DER/DF) e 53/2000; irregularidades no processo licitatório nos contratos 21/2000 (DER-DF), 102/2000 (DER/DF), 090/2000 (DERIDF) e 53/2000; e alterações indevidas nos projetos e especificações no Convênio nº 317.628. Foram verificadas, também, outras irregularidades menos graves nos contratos nºs 53/2000 e 102/2000 concernentes a impropriedades na documentação daquele e impropriedades na celebração deste. Houve, ainda, impropriedades na celebração do Convênio nº 317.628.

Ainda assim, o TCU sugere a continuação das obras, uma vez que sua paralisação pode gerar deterioração dos serviços já executados, com conseqüente dano ao Erário, não havendo prejuízo à Administração Pública a continuidade das obras e a concomitante avaliação pelos diversos órgãos acerca das irregularidades já apuradas. Em função disso, o TCU deliberou em:

*“9.1 comunicará Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional sobre a necessidade de se dar prosseguimento às obras objeto desta fiscalização, retendo-se nas futuras liberações o valor relativo ao débito apurado na Tomada de Contas Especial (TC 010.471/2000-8) até que este Tribunal se manifeste de forma terminativa acerca deste débito);”*

Em face do exposto, voto pela exclusão do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, das obras de Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/GO, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Sala da Comissão, em de outubro de 2003. – Deputado **Roberto Balestra**, Relator.

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

**Exclui contratos referentes às obras de Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/GO, da Unidade Orçamentária 39.252 – DNIT, no Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, todos os contratos e convênios referentes ao subtítulo 26.782.0237.5730.0015 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal -Divisa DF/GO, da unidade orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, devendo nas próximas liberações ser descontado o valor relativo ao débito apurado na Tomada de Contas Especial (TC 010.471/2000-8) realizada pelo TCU.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro das obras referentes ao subtítulo mencionado no artigo anterior, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de novembro de 2003. – Deputado **Roberto Balestra**, Relator.

Ofício nº s-45/2003-CMO (CIRCULAR)

Brasília, 5 de novembro de 2003

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Relatório apresentado pelo Deputado Roberto Balestra ao Aviso nº 21/2003-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 468, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam referente ao levantamento de Auditoria realizada junto ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, que tem por objeto as obras de adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/TO– (TC-004.556/2003-6)” o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL.

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra c da Resolução nº 1/2001-CN, combinado com a proposta do Deputado Ricardo Barros, aprovada na 12ª Reunião Ordinária,



realizada em 5-6-2002, o prazo para apresentação de emendas ao relatório e aos projetos de decreto legislativo será nos dias 6 e 7-11-2003–02 (dois) dias úteis.

Informo, outrossim, que o formulário para apresentação de emendas ao relatório e aos PDL encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, – **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

### Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 18 de novembro de 2003, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Roberto Balestra ao Aviso nº 21/2003-CN, que nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, foi favorável à exclusão, do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, dos contratos referentes às obras de Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/GO, da Unidade Orçamentária 39252 – DNIT. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 6 e 7-11-2003, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelha, César Borges, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Serys Slhessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Antônio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-Presidente, Alexandre Cardoso, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, Carlos Melles, Carlos Nader, Claudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Heleno Silva, Homero Barreto, Humberto Michiles, João Batista, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Barba, José Carlos Elias, José Chaves, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio César, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Manoel Salviano, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora

Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sandro Mabel, Suas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, 18 de novembro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Roberto Balestra**, Relator.

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2003-CN

**Exclui contratos referentes às obras de Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/GO, da Unidade Orçamentária 39.252 – DNIT, no Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídos do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, todos os contratos e convênios referentes ao subtítulo 26.782.0237.5730.0015 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-060/DF – Distrito Federal – Divisa DF/GO, da unidade orçamentária 39.252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, devendo nas próximas liberações ser descontado o valor relativo ao débito apurado na Tomada de Contas Especial (TC 010.471/2000-8) realizada pelo TCU.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro das obras referentes ao subtítulo mencionado no artigo anterior, encaminhando relatório a Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Roberto Balestra**, Relator.

### PARECER Nº 120, DE 2003-CN

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 41, de 2003-CN (nº 1.354/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 800, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam referente ao levantamento de au-**



ditoria realizado nas obras de construção de ponte sobre o rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí (TC nº 007.162/2003-5)”.

### I – Relatório

Trata o presente parecer do Aviso nº 41, de 2003-CN (nº 1.354/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº

800, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção de ponte sobre o rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí (TC nº 007.162/2003-5)”.

As obras objeto do presente Aviso tiveram indícios de irregularidades graves apontados em fiscalização realizada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí – Secex/PI, do Tribunal de Contas da União (TCU), que motivou a inclusão da obra no Quadro VII anexo à LOA/2003, nos termos do art. 86 da LDO/2003, caput, que assim mencionou: “O projeto e a lei orçamentária anual poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, nos termos do § 6º deste artigo”.

### II – Voto do Relator

Trata-se de ponte sobre o rio Poty que será construída em tecnologia estaiada, com extensão de 363,00 m e largura de 28,90 m, oferecendo três faixas de tráfego em cada sentido, ciclovia e passeio para pedestre, visando melhorar a interligação das zonas centro e leste de Teresina/PI, atualmente com o nível de saturação de tráfego esgotado, ocasionando constantes congestionamentos nos horários de pico. Em complementação à ponte, será construído um mirante, com elevador e escadas, além de áreas para eventos. A obra não foi iniciada, sendo estimado para a sua realização um valor de R\$ 39.246.547,99. Em exercícios anteriores foi liberado para a obra um montante de R\$ 12.310.000,00 da União e R\$ 24.110,28 de contrapartida da Prefeitura Municipal de Teresina, no âmbito de contratos de repasse entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA). Este valor está aplicado na CAIXA, apresentando um saldo, em 14-5-2003, de R\$14.164.093,44.

Na LOA12003 há uma dotação de R\$12.000.000,00 no subtítulo 15.451.0805.1951.0672 – Ações de Reestruturação Urbana, Interligação de Áreas Urbanas e de Adequação de Vias -Construção de Obras de Infra-Estrutura Urbana – Teresina – PI. Não há restos a pagar inscritos.

As irregularidades graves identificadas pelo TCU que recomendaram a suspensão cautelar da obra foram: sobre preço no Projeto Básico da Concorrência nº 001/2001; e restrição ao caráter competitivo da licitação. Em função dessas destas irregularidades, o TCU, por meio do Acórdão nº 312/2003 TCU – Plenário, decidiu:

9.2. determinará Prefeitura Municipal de Teresina/Pique:

*9.2.1. adote medidas com vistas à alteração do edital da Concorrência nº 001/2001, fazendo constar daquela peça, bem como da minuta do contrato que vier a ser celebrado com a empresa vencedora do referido certame, regra dispondo que, caso se faça necessária a celebração de termos aditivos, versando sobre inclusões de novos itens ou acréscimos de quantitativos de itens da obra de construção da Ponte sobre o Rio Poty deverão ser observados os preços praticados no mercado, considerando como limite máximo as tabelas de referência de preço de construção civil adotadas pela Caixa Econômica Federal;*

*9.2.2.adote, nas fórmulas de reajuste dos preços contratuais, índices de reajuste iniciais e finais correspondentes, respectivamente, à data-base das propostas prevista no ato convocatório e à data do adimplemento de cada parcela do contrato, nos termos do art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993 e do Decreto nº 1.054/1994;*

*9.3. autorizar a continuidade da Concorrência nº 001/2001, condicionando-se, porém, essa autorização, à implementação das medidas alvitadas no item anterior.”*

Após nova fiscalização, o TCU constatou que as irregularidades inicialmente apontadas como grave em relação à Concorrência nº 001/2001 foram saneadas, tendo sido cumpridas fielmente as determinações contidas no item 1º do Acórdão TCU nº 312/2003. Portanto, o TCU, por meio do Acórdão nº 800/2003, decidiu:

*“9.1. – Informar á Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que as irregularidades inicialmente apontadas como grave em relação à Concorrência nº 001/2001 foram saneadas, tendo sido cumpridas fielmente as determinações contidas no item 9.2 do Acórdão TCU nº 312/2003, não mais havendo empecilho á continuidade do empreendimento;”*

Em face do exposto, voto pela exclusão do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, das obras de construção de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Sala da Comissão, de novembro de 2003. – Deputado **Leal Varella**, Relator.

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

**Exclui as obras de construção de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí, do Quadro VII anexo à Lei no 10.640, de 14 de janeiro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 as obras de construção de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí, da unidade orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, referente ao subtítulo 15.451.0805.1951.0672 – Ações de Reestruturação Urbana, Interligação de Áreas Urbanas e de Adequação de Vias – Construção de Obras de Infra-Estrutura Urbana – Teresina – PI.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no artigo anterior, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §10, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de novembro de 2003. – Deputado **Leal Varella**, Relator.

Ofício nºs 4412003-CMO (CIRCULAR)

Brasília, 4 de novembro de 2003

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Relatório apresentado pelo Deputado Leal Varella ao Aviso nº 41/2003-CN, que encaminha ao Congres-

so Nacional cópia do Acórdão nº 800, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras de construção de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí (TC nº 007.162/2003-5)” o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL.

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecido no art.35, inciso VII, letra “c” da Resolução nº 1/2001-CN, combinado com a proposta do Deputado Ricardo Barros, aprovada na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5-6-2002, o prazo para apresentação de emendas ao Relatório e aos Projetos de Decreto Legislativo será nos dias 05 e 6-11-2003 – 2 (dois) dias úteis.

Informo, outrossim, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e aos PDL’s encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, – **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

#### **Conclusão**

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 18 de novembro de 2003, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado Lael Varella ao Aviso nº 41/2003-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, foi favorável à exclusão das obras de construção de ponte sobre o rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí, do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 5 e 6-11-2003, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Serys Slhessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Antônio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-Presidente, Alexandre Cardoso, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, Carlos Melles, Carlos Nader, Cláudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fa-

binho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Heleno Silva, Homero Barreto, Humberto Michiles, João Batista, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Manoel Salviano, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Vírgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, 18 de novembro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Lael Varella**, Relator

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2003-CN**

**Exclui as obras de construção de ponte sobre o rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí, do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 as obras de construção de ponte sobre o Rio Poty, em Teresina, Estado do Piauí, da unidade orçamentária 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, referente ao subtítulo 15.451.0805.1951.0672 – Ações de Reestruturação Urbana, Interligação de Áreas Urbanas e de Adequação de Vias – Construção de Obras de Infra-Estrutura Urbana – Teresina – PI.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no artigo anterior, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Lael Varella**, Relator.

#### **PARECER Nº 121, DE 2003-CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 052, de 2003-CN (nº 1.443/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 866, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação formulada pela Secex/RN com vistas a apurar possíveis irregularidades em obras no Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte (TC – 005.814/2002-9).”**

#### **I – Relatório**

Trata o presente parecer do Aviso nº 52, de 2003-CN (nº 1.443/2003, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 866, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação formulada pela Secex/RN com vistas a apurar possíveis irregularidades em obras no Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte (TC – 005.814/2002-9).”

As obras objeto do presente Aviso tiveram indícios de irregularidades graves apontados em fiscalização realizada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio grande do Norte – Secex/RN, do Tribunal de Contas da União (TCU), que motivou a inclusão da obra no Quadro VII anexo à LOA/2003, nos termos do art. 86 da LDO/2003, caput, que assim mencionou: “O projeto e a lei orçamentária anual poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves informados pelo Tribunal de Contas da União, permanecendo a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios, condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, nos termos do § 6º deste artigo.”

#### **II – Voto do Relator**

Trata-se de obras de ampliação do cais comercial, numa extensão de 140 metros; ampliação da bacia de evolução; e construção do terminal marítimo de passageiros do Porto de Natal-RN. Estas obras visam atender o aumento de demanda da movimentação de cargas decorrente da previsão de implantação do projeto Pólo Gás-Sal, que movimentará aproximada-

mente 1.000.000 t/ano, bem como a demanda de empresas privadas que queiram investir no Porto. A ampliação do cais já foi concluída; a ampliação da bacia de evolução foi licitada e contratada, não chegando a ser iniciada, tendo em vista a identificação de irregularidades graves no processo licitatório; e o terminal marítimo de passageiros não foi ainda licitado. Foi realizado 44% das obras, sendo estimada a necessidade de R\$23.568.138,59 para a sua conclusão. Na LOA/2003 há uma dotação de R\$460.000,00 no subtítulo 26.784.0909.0637.0024 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Melhoramento das Instalações do Porto de Natal – No Estado do Rio Grande do Norte. Não há restos a pagar inscritos. O programa de trabalho 26.784.0235.5864.0024 – Melhoramento das Instalações do Porto de Natal – No Estado do Rio Grande do Norte, que não apresenta dotações no âmbito LOA/2003 mas está incluso no seu Quadro VII, também se refere a estas obras.

As irregularidades identificadas pelo TCU foram: inexistência de licença de operação, conforme determinado pela Resolução Conama nº 237/97, art. 8º, inciso III; execução orçamentária irregular; desclassificação indevida da Concorrência nº 14/2001 da empresa que apresentou o menor preço; classificação de proposta contendo itens com sobrepreço; aceitação de proposta com custo superior, decorrente da maneira escolhida por essa empresa para executar os serviços demandados; e impropriedades relacionadas à documentação. Diante disso, o TCU determinou a anulação dessa licitação e dos atos dela decorrentes, por meio da Decisão nº 1.041/2002 – Plenário (TC-005.814/2002-9). Tendo em vista o cumprimento das suas determinações, o TCU, por meio do Acórdão nº 866/2003 TCU – Plenário, decidiu:

*“9.5. informar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que, uma vez anulada a Concorrência nº 14,2001, em cumprimento à Decisão 1.041/2002-Plenário, não restaram, até o presente momento, outras irregularidades que impeçam a execução do Plano de Trabalho nº 26.784.0235.5864.0024;”*

Contudo, no Relatório Sintético de Fiscalização de Obras em 2003, encaminhado pelo TCU ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 94 da LDO/2004, aquele órgão informa acerca da obtenção da licença ambiental para realização das obras:

*“Inquirida a exhibir a citada licença, a direção da Codern apresentou à equipe de auditoria declaração emitida pelo Idema, em 10-4-2003, Órgão ambiental estadual, informando que um pedido de licença de operação se encontra em tramitação naquela entidade.”*

Em face do exposto, voto pela exclusão do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, das obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal, condicionada à obtenção da licença de operação, conforme determinado pela Resolução Conama nº 237/97, art. 8º, inciso III, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Sala da Comissão, de novembro de 2003. – Deputado **João Grandão**, Relator.

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

**Exclui as obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídas do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 as obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, referente aos subtítulos 26.784.0909.0637.0024 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Melhoramento das Instalações do Porto de Natal – No Estado do Rio Grande do Norte, da unidade orçamentária 39101 – Ministério dos Transportes; e 26.784.0235.5864.0024 – Melhoramento das Instalações do Porto de Natal – No Estado do Rio Grande do Norte, da unidade orçamentária 39217 – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN.

Parágrafo único. A autorização de que trata o **caput** está condicionada à obtenção, pela Codern, da licença de operação, conforme previsto na Resolução Conama nº 237/97, art. 8º, inciso III.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no artigo anterior, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de novembro de 2003. – Deputado **João Grandão**, Relator.



Ofício nº S-049/2003-CMO (CIRCULAR)

Brasília, 11 de novembro de 2003

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Relatório apresentado pelo Deputado João Grandão ao Aviso nº 52/2003-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 866, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação formulada pela Secex/RN com vistas a apurar possíveis irregularidades em obras no Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte (TC – 005.814/2002-9)” o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL.

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra **c** da Resolução nº 1/2001-CN, combinado com a proposta do Deputado Ricardo Barros, aprovada na 12ª Reunião Ordinária, realizada 5-6-2002, o prazo para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo será nos dias 12 e 13-11-2003 – 2 (dois) dias úteis.

Informo, outrossim, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e ao PDL encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, – **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

### Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 18 de novembro de 2003, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Deputado João Grandão ao Aviso nº 52/2003-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, foi favorável à exclusão das obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 12 e 13-11-2003, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Serys Slhessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Antônio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-Presidente, Alexandre Cardoso, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale,

Antonio Cambraia, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, Carlos Melles, Carlos Nader, Claudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Heleno Silva, Homero Barreto, Humberto Michiles, João Batista, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Manoel Salviano, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário Heringer, Mário Negromonte, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, 18 de novembro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **João Grandão**, Relator.

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2003-CN

**Exclui as obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excluídas do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003 as obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, referente aos subtítulos 26.784.0909.0637.0024 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Melhoramento das Instalações do Porto de Natal – No Estado do Rio Grande do Norte, da unidade orçamentária 39/01 – Ministério dos Transportes; e 26.784.0235.5864.0024 – Melhoramento das Instalações do Porto de Natal – No Estado do Rio Grande do Norte, da unidade orçamentária 39217 – Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN.

Parágrafo único. A autorização de que trata o **caput** está condicionada à obtenção, pela Codern, da

licença de operação, conforme previsto na Resolução Conama nº 237/97, art. 8º, inciso III.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no artigo anterior, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de, 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **João Grandão**, Relator.

#### **PARECER Nº 122, DE 2003-CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre Aviso nº 91, de 2003 – CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.290, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras do Metrô de Salvador (BA) – Trecho Lapa – Pirajá (TC nº 011.360/2003-8)”.**

Autor: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador **Almeida lima**

### **1 – RELATÓRIO**

#### **1.1 – Histórico**

Por meio do Aviso nº 91, de 2003 – CN nº (2.244-SGS-TCU/2003, na origem), o Tribunal de Contas da União encaminha a esta Comissão cópia do Acórdão nº 1.290, de 2003 – TCU (Plenário), proferido sobre relatório de auditoria realizada nas obras do Metrô de Salvador, trecho Lapa – Pirajá.

A auditoria foi realizada pela Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia – SECEX/BA – em cumprimento ao Plano Especial de Auditoria de Obras 2003 (FISCOBRAS 2003), constatando a ocorrência de irregularidades graves na execução das obras. Tais irregularidades, conforme consta do relatório, estão sendo apuradas em processo específico (p.3).

Posteriormente, por meio do Aviso nº 2.688-SGS-TCU, datado de 15 de outubro de 2003, o Presidente do Tribunal encaminha a esta Comissão cópia do Acórdão nº 1.546/2003-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, em que fica assentada a seguinte decisão (cópias em anexo):

“9.1 – informar às Presidências do Congresso Nacional e da Comissão Mista

de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que a inclusão das obras de Implantação do Metrô de Salvador/BA no Quadro VII da Lei nº 10.640, de 14-1-2003 (LOA/2003) decorreu de indícios de falhas verificadas no Contrato relativo à Licitação AS-02, firmado para a contratação da “Concessão Pública para Operação, Fornecimento e Implantação de Sistemas e Material Rodante para o Sistema Metroviário de Salvador/BA”, e que, ante a rescisão do mencionado Contrato, não mais persistem os óbices à execução orçamentária, física e financeira relativa às obras de implantação do Metrô de Salvador/BA”.

O documento sob apreciação foi encaminhado pelo TCU a este colegiado para conhecimento e consequente deliberação, tendo em vista o que prescrevem os parágrafos 5º e 6º do artigo 86 da Lei de Diretrizes orçamentárias para o exercício de 2003(LDO/2003) – Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002.

É o relatório.

#### **1.2 – Análise da Matéria**

Em razão das irregularidades graves apuradas, as obras do Metrô de Salvador encontram-se listadas no Quadro VII da lei orçamentária do corrente exercício de 2003, bem como constam da relação encaminhada pelo TCU, para orientar o processo de apreciação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2004, conforme prevê o art. 94 da LDO/2004.

Todavia, a decisão constante do Acórdão nº 1.546/2003-TCU-Plenário, encaminhada a esta Comissão por intermédio do Aviso nº 2.688-SGS-TCU, acima mencionado, torna insubsistente a motivação de inclusão das obras do Metrô de Salvador no Quadro VII da lei orçamentária anual para o exercício de 2003.

Com efeito, se os vícios de irregularidades apurados residiam no contrato firmado para “Concessão Pública para Operação, Fornecimento e Implantação de Sistemas e Material Rodante para o Sistema Metroviário de Salvador/BA”, resulta evidente que esses vícios não mais persistem, ante a rescisão do mencionado contrato. E não mais persistindo, é perfeitamente cabível a liberação da execução orçamentária, física e financeira das obras sob alusão, conforme determinam os citados parágrafos 5º e 6º do artigo 86 da LDO/2003.

#### **2 – Voto do Relator**

Diante do exposto, e considerando o Acórdão nº 1.546/2003-TCU-Plenário, datado de 15-10-2003, o

nosso voto é no sentido da liberação da execução orçamentária, física e financeira das obras do Metrô de Salvador/BA, trecho Lapa – Pirajá, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, 2003.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº , DE 2003**

**Autoriza a execução orçamentária, física e financeira da dotação constante do orçamento fiscal da União, para o exercício financeiro de 2003, alocada ao subtítulo 26.783.0222.5366.0103 – Implantação do Metrô de Salvador/BA – Trecho Lapa-Pirajá e constante do Quadro VII – Obras com indícios de Irregularidades Graves – da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à execução orçamentária, física e financeira da dotação constante do orçamento fiscal da União, para o exercício financeiro de 2003, alocada ao subtítulo 26.783.0222.5366.0103 – Implantação do Metrô de Salvador, no Estado da Bahia, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, no valor de R\$63.500.000,00 (sessenta e três milhões e quinhentos mil reais).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente, Senador **Almeida Lima**, Relator.

Ofício nº S-48/2003-CMO (CIRCULAR)

Brasília, 11 de novembro de 2003

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Relatório apresentado pelo Senador Almeida Lima ao Aviso nº 91/2003-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1.290, de 2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam sobre auditoria realizada nas obras do Metrô de Salvador (BA), trecho Lapa-Pirajá (TC nº 011.360/2003-8)” o qual concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo – PDL.

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra **c** da Resolução nº 1/2001-CN, combinado com a proposta do Deputado Ricardo Barros, aprovada na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5-6-2002, o prazo para apresentação de emen-

das ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo será nos dias 12 e 13-11-2003 –2 (dois) dias úteis.

Informo, outrossim, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e aos PDL's encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, – **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

**Conclusão**

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Vigésima Quarta Reunião Ordinária, em 18 de novembro de 2003, Aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Almeida Lima ao Aviso nº 91/2003-CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, foi favorável à autorização da execução orçamentária, física e financeira da dotação constante do orçamento fiscal da União, para o exercício financeiro de 2003, alocada ao subtítulo 26.783.0222.5366.0103 – Implantação do Metrô de Salvador/BA – trecho Lapa – Pirajá e constante do Quadro VII – Obras com indícios de irregularidades Graves – da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 12 e 13-11-2003, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Aelton Freitas, Amir Lando, Ana Júlia Carepa, Augusto Botelho, César Borges, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Saturnino, Romero Jucá, Serys Shessarenko e Sibá Machado; e os Deputados Pauderney Avelino, Primeiro Vice-Presidente, Antônio Carlos Mendes Thame, Terceiro Vice-Presidente, Alexandre Cardoso, Almir Moura, André Luiz, André Zacharow, Anivaldo Vale, Antonio Cambraia, Ary Vanazzi, Bismarck Maia, Carlos Melles, Carlos Nader, Claudio Cajado, Colbert Martins, Dr. Benedito Dias, Dr. Evilásio, Dr. Hélio, Dr. Rosinha, Eduardo Sciarra, Eduardo Seabra, Elaine Costa, Elimar Máximo Damasceno, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Helenildo Ribeiro, Heleno Silva, Homero Barreto, Humberto Michiles, João Batista, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Pimentel, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Kátia Abreu, Laura Carneiro, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Leonardo Vilela, Luiz Carreira, Manato, Manoel Salviano, Marcelino Fraga, Márcio Reinaldo Moreira, Mário He-

ringer, Mário Negromonte, Nelson Meurer, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Ricardo Barros, Roberto Balestra, Sandro Mabel, Silas Brasileiro, Tadeu Filippelli, Virgílio Guimarães, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Roberto, Wilson Santiago, Zé Gerardo e Zezéu Ribeiro.

Sala de Reuniões, 18 de novembro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Senador **Almeida Lima**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 23, DE 2003-CN**

**Autoriza a execução orçamentária, física e financeira da dotação constante do orçamento fiscal da União, para o exercício financeiro de 2003, alocada ao subtítulo 26.783.0222.5366.0103 – Implantação do Metrô de Salvador/BA – Trecho Lapa-Pirajá e constante do Quadro VII – Obras com Índícios de Irregularidades Graves – da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à execução orçamentária, física e financeira da dotação constante do orçamento fiscal da União, para o exercício financeiro de 2003, alocada ao subtítulo 26.783.0222.5366.0103 – Implantação do Metrô de Salvador, no Estado da Bahia, a cargo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, no valor de R\$63.500.000,00 (sessenta e três milhões e quinhentos mil reais).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente, Senador **Almeida Lima**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Os pareceres lidos vão à publicação. Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Deputado, digo, o Senador João Ribeiro, por três minutos.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer que me sinto

orgulhoso por V. Ex<sup>a</sup> ter me chamado de Deputado; isso se deve à nossa convivência na Câmara dos Deputados. É um orgulho para mim ter sido seu colega na Câmara dos Deputados, pois a Câmara desenvolve um trabalho muito importante para a população brasileira e para o País, juntamente com o Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, foi criada recentemente, precisamente no dia 11 deste mês em Brasília, a Associação Brasileira de Frigoríficos – Abrafri, entidade que nasce com mais de 100 frigoríficos associados e pelo menos 7 sindicatos de carnes dos Estados do Tocantins, Pará, Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. O presidente da Associação será o Sr. José João Batista Stival, presidente do Sindicarne do Estado do Tocantins e suplente deste Senador. O objetivo da criação da entidade é integrar os pequenos e médios frigoríficos para atingir o mercado externo, uma vez que o Brasil acaba de alcançar a primeira posição mundial na exportação de carnes, e democratizar o acesso dos abatedouros e matadouros à cadeia de produção de carne, abrindo o mercado de carnes para o mundo, sobretudo para os frigoríficos que ainda não fazem parte dessa cadeia. Pelas informações que temos não quero aqui citar nomes, apenas um grupo muito restrito controla a exportação de carnes no Brasil. Ora, os frigoríficos que estão se associando agora e que querem participar livremente da concorrência têm o direito de participar. E nós, do Congresso Nacional – Câmara e Senado –, temos que brigar por isso, porque não pode haver esse tipo de proteção nem pelo Governo nem pelos proprietários de frigoríficos, daqueles que vêm controlando a exportação de carnes.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar registrada essa notícia. Pretendo pedir uma audiência pública, não sei se na Comissão de Fiscalização e Controle ou na Comissão de Assuntos Econômicos, e talvez o Senador Jonas Pinheiro, que conhece bem essa área, possa me ajudar nisso para que possamos elucidar o assunto, porque não pode haver certos tipos de protecionismo, sobretudo quanto às exportações.

Foi muito importante a criação dessa entidade, pois é preciso que todos tenham a oportunidade e o direito de participar das exportações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Antes de passar a palavra ao segundo orador, agradeço a referência elogiosa à minha pessoa e à minha atuação, fruto de uma amizade de muitos anos. V.



Ex<sup>a</sup> pontificou na Câmara dos Deputados como um dos grandes Parlamentares, legítimo representante do povo do seu Estado, o Tocantins, e hoje empresta sua inteligência e seu espírito público à mais alta Casa do Poder Legislativo do nosso País, orgulho para todos nós, que é o Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, abordarei duas questões de suma importância. Uma se refere ao desdobramento de uma relação de acordos firmados no ano passado, que abrange categorias do serviço público no que diz respeito à sua reestruturação, aos planos de carreira e que envolve diversos segmentos da Administração Pública Federal.

Já avançamos em alguns desses acordos no Congresso Nacional a partir de votações feitas na Câmara e no Senado, como é o caso dos trabalhadores do Ibama, do Banco Central, mas há ainda diversas pendências que envolvem os médicos peritos da Previdência, os trabalhadores do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, da Receita Federal, da Advocacia-Geral da União.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, eu apelo para que, de uma vez por todas, tenhamos oportunidade de negociação a partir do núcleo estabelecido pelo Governo, para que, ainda neste ano, até 15 de dezembro, apreciemos todas as matérias que envolvem carreiras do serviço público, permitindo, assim, melhor ajuste, melhoria nas condições de trabalho e, conseqüentemente, ampliação da capacidade de atendimento à população. Essa é a questão central e a função primordial do serviço público.

Hoje, por volta do meio-dia, faremos outra reunião com o Governo na perspectiva de listar essas carreiras e esses setores, para que, apreciando essa matéria, tenhamos oportunidade de atender à demanda que aflige os servidores públicos. E, lá atrás, há um compromisso firmado, necessário para o bom e pleno funcionamento da estrutura pública. Aqui, nesta sessão do Congresso, ainda votaremos um crédito que atende exatamente a um desses pleitos, envolvendo a área dos trabalhadores do Ministério do Meio Ambiente. Portanto, é importante que apreciemos esse crédito, para atender uma parte da demanda.

Sr. Presidente, para finalizar, quero registrar a importante sessão que fizemos ontem na Câmara dos Deputados, com a instalação da Frente Parlamentar de Apoio às Escolas Famílias Agrícolas. V. Ex<sup>a</sup> vem de um Estado que sabe da importância das

Escolas Famílias Agrícolas, não só em Pernambuco como na Bahia, no Brasil inteiro. Portanto, lançamos ontem a Frente, e é importante fortalecer essa instituição. Para isso, é mister buscar recursos, vincular a atividade de ministérios às Escolas Famílias Agrícolas, aproveitando a capilaridade delas no Brasil, destinar a elas recursos do Fundef, fazer parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tudo isso possibilitará a capacitação e o treinamento de agricultores e a formação de monitores. É importante fortalecer essa estrutura que, ao longo dos anos, viveu à margem e sobreviveu de doações, a partir de um esforço brutal dos trabalhadores, dos educadores, das famílias do campo brasileiro. É uma experiência bem-sucedida, que ajudou a manter no campo diversos companheiros, na medida em que foi possibilitando a educação, correta e suficiente, dos trabalhadores rurais e de seus filhos.

A experiência da Escola Família Agrícola é uma experiência vitoriosa, e agora, para sua permanência, é necessário que a apoiemos, que a suportemos, tanto do ponto de vista orçamentário quanto da integração com diversos projetos desenvolvidos pelos ministérios.

Assim, quero convidar os Srs. Congressistas a ingressar na Frente Parlamentar de Apoio às Escolas Famílias Agrícolas e a transformar-se em seus apoiadores, em efetivos colaboradores para o desenvolvimento e consolidação dessa prática vitoriosa no Brasil e que muito pode contribuir, daqui para frente, com a política agrária, com a política de atendimento ao homem do campo e principalmente com o desenvolvimento em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, estamos em um momento importante para o Congresso Nacional, pois vamos votar o primeiro Orçamento apresentado a esta Casa pelo novo Governo. Pretendemos que este Orçamento represente efetivamente as metas anunciadas pelo Senhor Presidente Lula e sua equipe, e que possamos ver representado no Orçamento as condições para o cumprimento das promessas de campanha feitas por aqueles que venceram as eleições do ano passado. Gostaríamos de ver, neste Orçamento, recursos para a geração de 10 milhões de empregos necessários para que o País possa, efetivamente, dar cidadania a muitos pais de família e aos jovens, que querem participar do mercado de tra-

balho; gostaríamos de ver recursos destinados ao aumento do salário mínimo, bandeira defendida pelos companheiros do PT; um superávit que permitisse o crescimento sustentado da economia brasileira, a estruturação das empresas, o fortalecimento da empresa privada, para gerar empregos e, por intermédio deles, distribuir riqueza no País.

Sr. Presidente, esta é uma oportunidade importante para nós, que governamos no passado – fui Líder do Governo Fernando Henrique nesta Casa e gostaria de lembrar que, durante aquele período, alcançamos metas importantes, especialmente na área social. Quero dizer a V. Ex<sup>as</sup> que a manchete sobre o aumento de 50% no trabalho infantil este ano foi realmente desastrosa para o Brasil, que vinha consolidando índices de melhoria social amplos.

Sr. Presidente, ao fazer estas observações, também gostaria de pedir o apoio das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Congressistas para a alteração da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, que será discutida em breve nesta Casa, e que representa um avanço importante. Com a aprovação dessa alteração, vamos poder rediscutir toda a tramitação, no Congresso Nacional, dos projetos da LDO, do projeto de Orçamento, dos créditos e, com isso, de forma significativa, dar celeridade aos trabalhos da Comissão. Também poderemos, no Congresso Nacional, construir um entendimento muito firme, muito sólido, de que a Comissão de Orçamento terá condições efetivas de votar, dentro do princípio do exercício da Maioria, a LDO, e o Orçamento, nos prazos exigidos. A Resolução, pelos prazos que concede, não permite que sejam cumpridos os prazos de votação sem que haja concessões pela unanimidade dos Congressistas.

Com regras melhores, poderemos fazer que a Maioria possa exercer a sua vontade e votar o Orçamento em prazos que sejam os do interesse da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia. (Pausa.)

Sr. Deputado, caso V. Ex<sup>a</sup> esteja ocupado, posso conceder a palavra ao orador seguinte. Depois a concederei a V. Ex<sup>a</sup>. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Pauderney Avelino.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de três minutos na tribuna, Sr. Deputado.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM. Para uma breve comunicação. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, venho hoje a esta tribuna para tratar de um assunto do qual tenho falado constantemente. Essa rigorosa política fiscal, esse rigoroso tratamento fiscal que o Governo vem dando à população brasileira, seja pela via do contingenciamento do Orçamento da União, seja pela via do aumento dos tributos, elevando a carga tributária, já tão pesada para os contribuintes brasileiros, vem causando uma série de danos à população.

Não bastasse o nível de desemprego, que é o mais elevado de que temos notícia, não bastasse essa rígida política monetária que o Governo vem implementando, de juros elevados, e a despeito de estar reduzindo gradativamente os juros nominais executados pela taxa básica do Banco Central, nós entendemos que os juros reais ainda estão excessivamente elevados e não podemos continuar convivendo com taxas nesse patamar.

Mas o que reputo ser mais grave, tão grave quanto o aumento do desemprego, é a notícia que ontem e hoje os jornais nos trazem: o aumento do trabalho infantil no nosso País. E todos sabem que esse aumento brutal de 50% no índice de trabalho infantil deve-se, única e exclusivamente, ao arrocho fiscal, tributário e monetário que o Governo do PT vem aplicando.

Não podemos compactuar com isso, não vamos compactuar com isso! Estamos na Oposição para denunciar. O Orçamento que aprovamos no Congresso Nacional está quase totalmente contingenciado. Não há investimentos no nosso País, não há investimentos do Governo Federal. E não podemos aceitar a propaganda feita pelo Governo, que diz que está tudo bem. Como pode estar tudo bem se as crianças estão deixando as salas de aula para voltar para o trabalho?

Essas crianças já estavam deixando o trabalho infantil, nas minas de carvão, nos lixões, e em tantas outras atividades que não são próprias para a idade, para ir para as salas de aula. Agora, tristemente, estamos vendo a viagem de retorno dessas crianças das salas de aula das escolas para as ruas, para os lixões, para as minas de carvão, enfim, para essas atividades insalubres.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, entendemos que a postura do Partido da Frente Liberal não poderia ser outra senão a de criticar e apontar soluções. E temos soluções a apontar. A primeira delas é que esse Governo não poderia continuar fazendo um acordo com o FMI que requer um superávit primário extorsivo para a população brasileira. Esse acordo

é danoso para a população, é danoso para o próprio Governo.

Será que não vêem que não temos condição de continuar produzindo um superávit primário além da conta, além daquilo que o País pode aceitar? Não há investimentos!

Sr. Presidente, espero, ardentemente, que o Ministro da Fazenda – atendendo a um requerimento que eu aprovei, com a ajuda dos Parlamentares do Governo, para que S. Ex<sup>a</sup> venha a esta Casa –, nos esclareça por que foi feito esse acordo, por que ele continua a ser feito, já que o Brasil não necessita mais dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira. *Fazendo soar a campanha.*) – Nobre Deputado, peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua o seu pronunciamento.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM) – Concluo, Sr. Presidente, fazendo um apelo. Que o Governo tenha dó das crianças, tenha dó dos pais desempregados e comece a executar o Orçamento, que é pobre, mas que precisamos ver executado, sob pena do desemprego continuar e de nossas crianças continuarem saindo das escolas para voltar para o trabalho infantil.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Rodrigo Maia.

**O SR. RODRIGO MAIA** (PFL – RJ. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, venho à tribuna para deixar dois registros na Casa. Na semana passada, na Câmara dos Deputados, aprovamos um projeto, de minha autoria, que irá ao Senado, e que propõe liberar os depósitos judiciais destinados aos Municípios. A União e os Estados já têm esses recursos do litígio, e os Municípios não tinham. E devido à política econômica extremamente recessiva do Governo do PT, muitos Municípios terão dificuldade de fechar suas contas e de pagar inclusive o décimo terceiro salário.

O projeto, como falei, é de minha autoria, com apoio do Governo, sem dúvida nenhuma, até pela preocupação que tem. Espero vê-lo aprovado, de forma urgente, nesta Casa.

Ontem, Sr. Presidente, aprovamos também, em consenso, a regulamentação do salário-educação. Há anos existe uma briga para que o salário-educação seja passado diretamente aos Municípios, e os Governadores da maior parte dos Estados do Brasil não o fazem. Como era um projeto que vinha do Senado, a decisão dos Líderes do Governo de pedir preferência para esse projeto foi fundamental. A partir de agora o Rio de Janeiro – assim como todos os Municípios –,

que há mais de quinze anos está em litígio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, e que tem uma rede municipal de 1.040 escolas – a maior rede pública municipal, talvez, da América Latina –, vai receber o que é seu e que o Estado do Rio vem tomando. Com correção, hoje, isso significa mais de R\$1 bilhão. Foi uma decisão acertada das Lideranças do Governo, que teve todo o apoio do meu Partido, o PFL.

Outro tema são os investimentos que o Governo vem anunciando na área de saneamento. Fico perplexo com a cara-de-pau, com o pouco respeito que tem o Governo com essa área. Já é a vigésima manchete sobre a questão do saneamento, só que o mais importante até agora não veio a esta Casa, que é o projeto de lei que cria o marco regulatório.

O Governo anterior apresentou um projeto, presidi a Comissão na Câmara, o PSDB tinha a relatoria, e a Oposição, na época, conseguiu, com o Governo do Estado de São Paulo, obstruir a votação do relatório na Comissão. E se não votamos na Comissão não conseguimos votar no plenário.

O Governo atual tirou o projeto da Casa e até agora não encaminhou nenhum para substituí-lo. Não há como fazer investimentos na área de saneamento se não tivermos o marco regulatório definido. A apresentação ontem do PPP piorou a situação, porque o setor privado só poderá investir em saneamento se houver um marco regulatório. Fico preocupado e perplexo em ver como o Governo gosta de vocalizar esse tema, que é fundamental para o País, porque afeta a saúde pública, mas não tem coragem de encaminhar o marco regulatório, porque certamente ele gera conflitos entre Estados e Municípios, entre a base do PT e o setor privado – na proposta anterior, éramos favoráveis às concessões para o setor privado, já que não há recursos suficientes no Brasil para investimento nesse setor. Mas o Governo, como já disse, gosta da manchete de jornal de que vai investir R\$6 bilhões em saneamento no ano que vem e não manda a lei. Sem lei não há investimento em saneamento, há somente a manchete no jornal.

Aliás, o Governo é especialista em lançar projeto e não executar. Esse é um governo muito ruim na operação e talvez tenha uma grande estrutura na vocalização. Por isso apelo aos Deputados e Senadores que cobremos do Governo, já que vamos aprovar o Orçamento para o próximo ano, que ele tenha os recursos para o saneamento, e tenha também a lei, porque sem ela o setor privado não tem condições de colocar recursos nesse setor no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Takayama.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de três minutos.

**O SR. TAKAYAMA** (PMDB – PR. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, nesta oportunidade, inauguro a minha fala na sessão bicameral.

Quando ingressei na Câmara dos Deputados, como Deputado Federal, imaginei que muitas coisas poderiam não acontecer. Havia algumas informações que tentavam, vamos dizer, denegrir a imagem da Casa, por isso eu imaginava que havia muitos interesses escusos. Mas, ao longo desse processo, percebo que a lisura do comportamento dos Parlamentares na busca das soluções me dá o prazer, a satisfação de me debruçar na luta pelas soluções dos problemas desta imensa e extraordinária Nação, que agrega pessoas de todas as outras nações. Eu mesmo, como filho de japoneses, tenho orgulho de ser brasileiro.

Ao ver este País caminhando para o seu desenvolvimento, mas ainda tropeçando em diversos problemas, com uma economia estagnada, salários que realmente não condizem com o que o trabalhador merece, o número de injustiças sociais, entendemos que precisamos dar a nossa contribuição a esse chamado sacerdócio cívico.

Há três meses, mais especificamente no dia 7 de agosto, apresentei um requerimento às Comissões de Defesa do Consumidor e também de Fiscalização Financeira e de Controle, na Câmara, para levantar uma questão, após ser procurado por alguns sindicatos, como o Sindirepa, a Abriv e o Sindifup. O que são esses sindicatos? O Sindirepa é o Sindicato dos Reparadores dos Veículos Automotores. Na linguagem popular seriam os latoeiros que consertam veículos. O Sindifup é o sindicato dos funileiros e pintores de veículos automotivos. E a Abriv é a Associação Brasileira das Reparadoras Independentes de Veículos, que agrega todos esses sindicatos de São Paulo.

Ao ser procurado por pessoas como o Wilson Bil e tantos outros companheiros, no Paraná, percebi que havia algo que não coadunava com a busca de solução de problemas. Mais de 30 mil oficinas de lataria e pintura haviam fechado na ocasião. E eles, na agonia, na tentativa da sobrevivência da categoria, procuraram-me dizendo que alguém teria que fazer algo, pois o pedido de regulamentação estava engavetado havia mais de sete anos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha)*

**O SR. TAKAYAMA** (PMDB – PR) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pausa para perguntar o tempo de que disponho, para não ultrapassá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Já está ultrapassado em 50 segundos.

**O SR. TAKAYAMA** (PMDB – PR) – Pensei que poderia falar por 30 minutos.

Diante disso, para concluir, Sr. Presidente, peço a convivência da sua bondade com o meu erro, por ser inaugural a minha fala no Congresso, para dizer que procurei suscitar o assunto com os nossos companheiros da Comissão de Defesa do Consumidor, para que pudéssemos resolvê-lo, e descobrimos que estávamos diante da ponta de um **iceberg**.

No dia 7 de agosto, varamos a madrugada na votação – fomos até as 5 horas da manhã –, quando imaginávamos que não haveria ninguém presente. E quero registrar o meu agradecimento a pessoas como Simão Sessin e Givaldo Carimbão, que às 8 horas já estavam na Comissão para ouvir essas categorias.

Diante do volume de denúncias e problemas que nos trouxeram, a própria **Rede Globo** captou as informações e as transformou em matéria dos 30 anos do **Fantástico**. Tentamos emplacar uma CPI, mas enfrentamos dificuldade, por já haver uma fila.

Por isso, Sr. Presidente, quero registrar a minha gratidão a esse homem por quem temos uma profunda admiração, o Senador Romeu Tuma, por ter incluído aqui uma comissão mista, para que essa CPI pudesse vingar. Nesses três meses, sinto-me recompensando nessa luta, para que possamos, juntos, fazer um levantamento sobre os problemas que estão acontecendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (PFL – BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, venho aqui, mais uma vez, criticar a trapalhada promovida pelo Ministério da Previdência em decisões que absolutamente destoam de atitudes e ações que devem nortear a conduta de um Ministério com tamanha responsabilidade diante de quem deve servir.

Sr. Presidente, no início deste mês, o companheiro Berzoini, Ministro da Previdência, exigiu o recadastramento, sem aviso prévio, dos idosos com mais de 90 anos, levando um transtorno enorme a essa parte da nossa população, já permanentemente tão sofrida, e gerando tumultos em filas nos postos do INSS. Houve reações firmes dos Plenários do Sena-



do e da Câmara dos Deputados e dos meios de comunicação. S. Ex<sup>a</sup> teve, então, de pedir desculpas publicamente pela atitude açodada. Não bastasse esse procedimento, retorna o Ministro Ricardo Berzoini a exigir, Sr. Presidente, que o prazo seja cumprido – seria, hoje, no dia 20 –, para que aqueles que pleiteiam revisão das suas aposentadorias, advindas antes de 20 de novembro de 1998, tenham seus direitos atendidos de forma administrativa.

Sabemos que essa questão já foi decidida pela Justiça brasileira. Não cabe mais ao INSS postergar o atendimento a esses pleitos de forma administrativa. Isso significa continuar no equívoco, significa continuar tratando os idosos de forma desumana. E não entendemos a razão disso, Sr. Presidente, porque votamos na Câmara dos Deputados – e está aqui para ser brevemente votada – a reforma da previdência, que resolve conjunturalmente o problema da previdência. No entanto, ficam alguns técnicos – e, por decisão do seu titular no Ministério da Previdência Social, o companheiro Berzoini – a tomar medidas que vão resultar em poucos trocados de economia, em detrimento do bem-estar, da saúde e da dignidade dos idosos do nosso País.

Será possível, Sr. Presidente, que seja necessário um levante de Deputados, de Senadores, do conjunto da sociedade civil organizada, dos meios de comunicação, para que o Ministro da Previdência sempre recue nas suas decisões?

É preciso que o Governo atente para seus compromissos históricos. O PT do Governo atual não pode esquecer o seu passado, o seu compromisso e as suas bandeiras históricas e jogar todos na vala comum. Onde fica o compromisso do PT com os idosos? Onde fica o compromisso com os aposentados, já que os funcionários foram esquecidos?

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, por termos ajudado a aprovar na Câmara a reforma da previdência, queremos a solução do déficit previdenciário, mas não à custa do sofrimento dos idosos. Tenho um avô de 101 anos de idade, que, por ter um neto Deputado Federal, pôde ir à porta do INSS num veículo com motorista. Mas e os milhões de idosos que não têm essa condição e que tiveram de se submeter a transporte público, a sofrimento debaixo de sol e de chuva, para terem seus direitos garantidos? Sr. Presidente, precisamos ter mais respeito com os nossos velhinhos.

Espero que o levante dos Parlamentares do Congresso Nacional, da mídia responsável e de muitos outros sirva de alerta, para que qualquer medida

que se tome na previdência, com cujo objetivo final todos nós concordamos, tenha antecedência e prazo para ser cumprida.

Fala-se, por exemplo, que, diante dessa algazarra promovida no Ministério da Previdência, será editada uma medida provisória elastecendo o prazo para cinco anos, para que se proponham as revisões dos benefícios.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (PFL – BA) – A Justiça já decidiu – volto a repetir, Sr. Presidente, concluindo meu pronunciamento – que não compete mais, de forma administrativa, postergar. Aqueles que têm o seu pleito proposto devem ser administrativamente atendidos. Agora, resolveram elastecer o prazo por mais cinco anos. Por que, então, se tomou a medida de encerrar hoje? Já se fala que não será mais encerrado. Medidas como essa, Sr. Presidente, ofuscam muito, e mais ainda, a imagem do Governo.

Portanto, espero que, quando tratarmos dos idosos deste País, dos nossos velhinhos, tenhamos um pouco mais de cautela, dignidade e principalmente respeito, porque, um dia, todos nós poderemos estar na situação em que eles estão.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Zonta, último orador inscrito no período de Breves Comunicações.

**O SR. ZONTA** (PP – SC. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, senhoras e senhores que assistem a esta sessão do Congresso Nacional, trago um tema que está em discussão no Congresso, tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados: o Orçamento para 2004.

Está muito claro para todos nós, brasileiros e políticos, que um Governo define suas prioridades no seu Orçamento. No Orçamento, é apontada a prioridade que o Governo dá às atividades.

Estranhamos e lamentamos, ao examinar a proposta orçamentária e, ainda ontem, ao discutir as emendas na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, que não tenham sido caracterizadas, na proposta do Orçamento do Governo enviada ao Congresso, prioridades à pesquisa agrícola e pecuária. Tivemos de prestar socorro a essa área por meio de uma emenda na Comissão de Agricultura. Sem pesquisa, não se vai a lugar algum. E fica bem claro que o Governo não definiu a pesquisa como prioridade.

Também tivemos de socorrer, com emenda, a assistência técnica, assim como a pesca. Criada uma Secretaria Especial, a prioridade não foi definida, por-

que, parte da Secretaria Nacional da Pesca ficou sem orçamento. Mas que tipo de prioridade é essa? Sem orçamento, não há possibilidade de desenvolver, neste País, um setor tão importante quanto a pesca.

Pasmem, senhores: já ocorre neste ano, e este é o alerta que queremos deixar aqui, a defesa sanitária, animal e vegetal, fator preponderante para que possamos seguir na ampliação das exportações, caracterizado o agronegócio como o pêndulo de superávit da balança comercial brasileira. Mais uma vez, vai-se consagrar neste ano um superávit na área do agronegócio superior a US\$20 bilhões. Até hoje, nenhum tostão foi liberado ao Ministério da Agricultura e deste para os Estados que fazem a defesa sanitária animal, para que eles cumpram os seus programas. Corremos um seriíssimo risco de, daqui a pouco, vermos as nossas exportações prejudicadas. Por isso, fica esse alerta, esse chamamento. No Orçamento para 2004, novamente é falha essa prioridade da defesa sanitária animal e vegetal.

Por isso, nesta sessão do Congresso Nacional, estreamos nesta tribuna para trazer essas preocupações. Apelamos ao bom senso dos caros Srs. Congressistas, para que, no exame das emendas do Orçamento de 2004, levemos em consideração a recomposição daquilo que é prioridade, especialmente no setor de pesquisa, de assistência técnica, de defesa sanitária animal e vegetal e também, por que não dizer, da pesca.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira.) – Antes de darmos início à Ordem do Dia, concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do PP.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de consultar V. Ex<sup>a</sup> se há sobre a mesa um projeto de resolução de alteração da Resolução nº 1 do Congresso Nacional. Eu pediria preferência para essa matéria, que foi fruto de um acordo, pois gostaríamos de vê-la aprovada antes de dar curso à Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência informa a V. Ex<sup>a</sup> que existe sobre a mesa um anteprojeto que altera a Resolução nº 1 do Congresso Nacional, mas que ainda não preenche a exigência, porque só tem as assinaturas dos membros da Mesa da Câmara, não tem a assinatura de nenhum integrante da Mesa do Senado Federal. Para colher as assinaturas dos integrantes – inclusive, o

Senador Romeu Tuma já se prontificou a fazê-lo –, é preciso, primeiro, que o Presidente do Senado Federal o assine, e S. Ex<sup>a</sup>, até agora, não o fez.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Líder do Governo, o nobre Congressista Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, encaminhei, na última sessão do Congresso, matéria similar a essa que consubstancia o presente projeto de alteração da Resolução nº 1, de 2000, inclusive, prevendo a perda de eficácia a partir de 30 de maio do próximo ano. Devo dizer que a encaminhei – e, aqui, V. Ex<sup>a</sup> não gostaria de rever até os termos daquela discussão – para honrar um entendimento firmado, e o Governo é favorável. Apenas estamos com alguma dificuldade de obter a assinatura do Presidente, que, neste momento, está numa audiência e se encontra inacessível. Assim que S. Ex<sup>a</sup> terminar essa audiência, tenho a absoluta certeza de que sua assinatura deverá ser aposta a esse anteprojeto de mudança da citada Resolução.

Portanto, Sr. Presidente, eu pediria que encaminhassemos essa matéria, já que é extrapauta, no decorrer da sessão. Toda a nossa Assessoria está atrás das assinaturas, inclusive, o Vice-Presidente Paulo Paim. Já temos a assinatura de um membro da Mesa, o Senador Romeu Tuma, e outros já estão identificados para a assinatura. Apenas o Presidente se encontra num lugar inacessível, neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência pede a compreensão do Deputado Ricardo Barros, para que possamos iniciar a Ordem do Dia. Logo que tivermos as assinaturas dos membros da Mesa do Senado Federal, colocaremos a matéria em votação extrapauta.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já fizemos diversas concessões. Levei pessoalmente, ontem, às 17h, ao Presidente José Sarney esse projeto de resolução, com as assinaturas da Mesa da Câmara. Desde então, estamos aguardando que estivesse em condições de ser votado. Dessa forma, insisto na preferência desse projeto, porque é objeto de um acordo. Não podendo haver essa preferência, vou invocar o art. 29, §2º, do Regimento Comum. Havendo a expectativa da chegada do acordo – tenho amplo interesse na sua aprovação, porque penso que isso é bom para todo o Congresso Nacional –, não teremos nenhuma dificuldade em continuar ouvindo aqui os

demais colegas oradores, até que essa matéria possa chegar para ser apreciada em primeiro lugar.

Além disso, Sr. Presidente, tenho efetivamente que invocar as condições regimentais de **quorum** para a continuidade da sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Esta Presidência informa a V. Ex<sup>a</sup> que há um acordo para ser votada essa matéria. Não há nenhum obstáculo da parte do Presidente desta sessão, que é o 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional. O Senador Romeu Tuma já foi designado Relator da matéria e já disse que seu parecer favorável.

Esta Casa funciona por meio de entendimentos, que para mim, Deputado Inocêncio Oliveira, “valem pelo fio do bigode”. Apesar de não usar bigode, para mim, esses entendimentos valem pela palavra. Esta Casa funciona por entendimentos, acordos, por meio do olho no olho, sobretudo quando se tem o sentimento de que esse acordo foi feito de forma pública.

Se V. Ex<sup>a</sup> deseja suspender a sessão, não tenho outra medida senão acatá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Líder do Partido da Frente Liberal, o ilustre Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, a proposta do Deputado Ricardo Barros pretende substituir todas as regras construídas com um grupo misto de Deputados e Senadores que vêm regendo a Comissão por vários anos. Acompanhei à época essa construção. O Presidente era o Senador Antonio Carlos Magalhães, que constituiu a Comissão, e as oposições da época – recordo-me muito bem da atuação do Deputado Sérgio Miranda – tinham muito interesse em que houvesse regras claras para estabelecer o direito dos Deputados comuns e assegurar que estes poderiam ter as emendas.

O que se propõe é retirar esse item do Regimento, a Resolução nº 1, sem colocar nada no seu lugar. Como Minoria, como Oposição, fico preocupado, embora o Deputado Alberto Goldman, Líder do PSDB, esteja de acordo, não posso aceitar que substitua isso por nada. Eu concordaria que se definisse o prazo de validade na resolução aprovada na semana passada. Evidentemente, com essa decisão, eu concordaria e também concordaria com que a mudança da Resolução nº 1, até a eventual revogação com data marcada, fosse o primeiro item da pauta da próxima sessão.

Este seria um acordo intermediário: aprovaríamos hoje a resolução que apenas estabelece uma data de validade para a resolução aprovada na sessão da semana passada e definiríamos que a Resolução nº 1 seria tratada como o primeiro item da próxima sessão. Além desse ponto, não posso ir, porque não avaliei isso. Na primeira conversa que tive com os assessores especializados do meu Partido – aliás, ouvi também a Secretaria da Mesa –, eles me afirmaram que ficariam muito preocupados com uma vacância dessa dimensão na Comissão de Orçamento, mesmo que se constituísse uma vacância para o próximo ano.

Portanto, com base nisso, não posso concordar com uma votação da revogação, para a partir do início do próximo ano, da Resolução nº 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Eu queria fazer um apelo ao Deputado Ricardo Barros. A proposta do Líder do Partido da Frente Liberal, corroborada por todos os Srs. Deputados presentes e pelo Líder do Governo, o ilustre Senador Amir Lando, visa a que, na próxima sessão, qualquer que seja a quantidade de créditos colocados para votação, esse seria o primeiro item da pauta.

Eu queria fazer um apelo nos seguintes termos: os demais dispositivos não têm nenhum prejuízo, pois as Bancadas com mais de 18 Parlamentares já incluíram as três emendas dos Srs. Senadores, com caráter estruturante. Então, não vejo nenhum prejuízo sobre isso. O prejuízo maior – o Líder do PFL foi muito feliz quando mencionou, e outros Parlamentares já o tinham feito – é a falta de uma resolução da Comissão Mista de Orçamento que possa coordenar e orientar os trabalhos daquele órgão técnico.

Creio que, neste momento, em que precisamos votar, o mais rapidamente possível, todos os créditos e, sobretudo, o Orçamento Geral da União do próximo ano, é fundamental que haja regras definidas. E, a partir de 2004, quando houver a extinção dessa resolução, ficaríamos com uma **vacatio legis** e teríamos de criar outra resolução para orientar esse trabalho.

Considero que o Líder do PFL foi muito feliz em sua abordagem.

**O SR. ROBERTO BALESTRA** (PP – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto Balestra, pela ordem, para falar sobre esse assunto.

**O SR. ROBERTO BALESTRA** (PP – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, por mais incrível que possa pa-

recer, por ser companheiro de partido do Deputado Ricardo Barros – estamos defendendo a mesma causa –, tenho por S. Ex<sup>a</sup> um profundo respeito e entendo que S. Ex<sup>a</sup>, legitimamente, está tentando alcançar uma mudança na Comissão de Orçamento. Num primeiro momento, a maioria dos membros que a compõem sempre desejou fazer algumas alterações. Faço um apelo ao nobre Deputado Ricardo Barros, como já o fiz no início da semana, na reunião da Comissão, para que S. Ex<sup>a</sup> entenda a necessidade da continuidade da sessão, porque, mesmo não sendo do Partido do Governo, sou obrigado a reconhecer que, na Comissão, o Governo honrou todos os acordos celebrados, e não seria esse a não ser cumprido. O nobre Senador Amir Lando por diversas vezes reiterou o compromisso do Governo de acatar a mudança proposta pelo nobre Deputado Ricardo Barros a essa resolução.

Aliás, parece que as coisas vão mudar, porque o nobre Senador José Sarney chegou ao plenário, e é possível que a divergência seja sanada.

De qualquer maneira, fica o nosso apelo pela necessidade urgente de aprovar esses créditos em razão da falta de recursos, mais do que clara, existente nos Ministérios. Lembro que, na sessão anterior, houve o apelo do Deputado Pauderney Avelino em razão da necessidade de a Petrobras ter recurso suficiente para atender à região Amazônica.

Sr. Presidente, mais uma vez, apelo ao Deputado Ricardo Barros. Tenho certeza de que S. Ex<sup>a</sup> vai compreender a necessidade desse gesto.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência anuncia em plenário a presença do ilustre Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador José Sarney, que mostra aos Congressistas os problemas concernentes à aprovação da alteração da Resolução nº 1.

Suspendo a sessão por alguns minutos, para que possamos definir alguns pontos em relação à votação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Está suspensa a sessão.

*(Suspensa a sessão às 13 horas e 12 minutos, é reaberta às 13 horas e 15 minutos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Declaro reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi-

mos do Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador José Sarney, um apelo para ampliarmos ainda mais o prazo para que a Resolução nº 1 do Congresso Nacional seja derogada. Estamos de acordo com esse prazo. O art. 2º do Projeto de Resolução passa a vigorar com um texto em que consta a data de 30 de julho para a extinção da vigência da Resolução nº 1. Disse ainda o Presidente do Congresso Nacional que vai designar comissão de trabalho para estabelecer as novas regras para a votação do Orçamento da União.

Sr. Presidente, efetivamente, essa Resolução sofreu alterações durante o tempo, tendo iniciado com dez emendas de Bancada – o que era o lógico e adequado, porque são 11 Parlamentares. Portanto, se são 11 Parlamentares e 10 emendas, o conjunto das emendas tem de representar a vontade da maioria da Bancada. O resultado foi o aumento para 15 emendas e, depois, para 18 emendas. Efetivamente, isso acaba criando distorções, porque, nesse momento, 60% dos Parlamentares da Câmara e do Senado têm direito a uma emenda de Bancada para si – não que isso ocorra em todas as Bancadas, mas a possibilidade existe.

Há, ainda, outros problemas. A resolução apresenta prazos excessivos para publicações e para apresentação de emendas, que queremos reduzir. Todas as vezes em que recebemos comunicado da Comissão de Orçamento, somos informados de que o prazo de emendas é o previsto no Regimento, combinado com uma proposta apresentada por mim, que reduz esse prazo de emendas, para que seja possível dar a velocidade necessária à tramitação.

Além disso, hoje a informática permite mais velocidade, as gráficas são mais ágeis, e podemos efetivamente cumprir prazos menores que os dispostos no Regimento.

Para que possamos ter uma resolução mais adequada à realidade e mais interessante para o Congresso Nacional, que permita que as emendas de Bancada possam representar a vontade coletiva dos Parlamentares de cada Estado, concordo com essa ampliação de prazo e insisto na preferência para votação dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Proponho ao Deputado Ricardo Barros uma pequena alteração.

O nosso Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional nomeará um grupo de trabalho, a partir do próximo ano, para fazer uma nova resolução. Poderia ficar a data de 30 de julho, com o seguinte adendo: “ou até quando se votar uma nova resolu-



ção”; caso contrário, ficaríamos com **vacatio legis**, o que não é bom para a Comissão de Orçamento. Para os Partidos de Oposição, será horrível, pois não teremos nenhuma condição de apresentar nossas emendas. O Governo poderá não permitir emenda parlamentar, emenda de Bancada, nada.

Isso é ruim para a instituição, é mais um rolo compressor que se quer colocar sobre a Oposição no Congresso Nacional, sobretudo na Comissão de Orçamento.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já fui Líder do Governo no Congresso Nacional e posso assegurar-lhe que é exatamente a Base do Governo que vai ter mais pressa na aprovação dessa resolução.

Não quero polemizar, estou apenas tentando corrigir um erro, porque este Plenário votou na semana passada a tal emenda de Senador. Tratou-se de um erro, ocorrido contra a vontade do Presidente José Sarney e do Presidente da Câmara, João Paulo, que o expressou numa reunião com os Senadores, que obstruíram por 60 dias a Comissão de Orçamento para ter cada um o direito de uma emenda.

Nossa resolução atual – pasmem – reza: “nas Bancadas estaduais integradas por mais de 18 Parlamentares, fica assegurada a iniciativa aos Senadores de propor três emendas, cabendo aos Deputados a iniciativa da apresentação do restante das emendas”. A Câmara não é resto, a Câmara não é menos que o Senado! Os Senadores são Parlamentares como nós. Não nos vão oprimir.

Fiz um acordo com os Senadores na sala do Presidente José Sarney para que essa alteração fosse feita, para que o texto fosse mais ameno como esse que está apresentado para alteração da resolução em que reza que a representação do Senado apresentará emendas de caráter estruturante. Estou vendo que há resistência ainda dos Srs. Senadores em conceder a nós, Parlamentares da Câmara, o mesmo tratamento.

Sr. Presidente, a letra “a” do art. 25 diz o seguinte: “... no mínimo 18 e no máximo 23 emendas”. Ou seja, aqui está dito que são, no mínimo, 18 emendas e que, nos Estados que possuem mais de dezoito e Parlamentares, o Senador tem direito a uma emenda. Então, 60% dos Parlamentares deste Congresso Nacional terão direito a uma emenda de Bancada para si. Isso não é bom para o Congresso. Isso vai gerar nova CPI dos Anões do Orçamento e acabar virando um escândalo. A imprensa, no ano vem, vai colocar a foto do Senador, do empreiteiro, da obra em todas essas questões.

Sr. Presidente, gostaria muito de ter estado aqui na sessão da quinta-feira. Não pude, mas viajei tranquilo, porque havia feito o acordo com o Líder do Governo no Congresso, com o Presidente da Comissão do Orçamento, Senador Gilberto Mestrinho, e com o Presidente Sarney. Mas quando cheguei à minha cidade, soube que o acordo não foi honrado.

Ora, não vou permitir que essa emenda de Senador progrida. Se há vontade de fazer com que essa emenda de Senador seja permanente, então, Sr. Presidente do Congresso Nacional, será preciso ter votação com **quorum** permanente na Comissão do Orçamento e neste plenário, porque não podemos admitir a diminuição da Câmara dessa forma.

Aliás, faço aqui uma homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, porque a Mesa da Câmara, com a sua participação, na quarta-feira passada, quando recebeu esse texto o recusou. E foi feito um pedido de vista conjunta de todos os membros da Mesa para que esta matéria de emenda de Senador não prosperasse. E sei que, no fundo, é esse o entendimento de S. Ex<sup>a</sup>, como também do Presidente João Paulo e da maioria dos Parlamentares dessa Comissão. E foram todos atropelados por uma (...) de Senadores, que obstruíram e depois, lamentavelmente, foi resolvido, Sr. Presidente, lá no Palácio.

Então, Sr. Presidente, insisto no cumprimento do acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que retirasse esse termo. Determino à Taquigrafia que retire o termo “chantagem”, pois não se coaduna com os integrantes do nosso Senado Federal.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Entendo que há imensa confusão, Sr. Presidente. Estamos de acordo, em termos de Governo, e já nos manifestamos favoravelmente à proposta do Deputado Ricardo Barros. Agora é importante dizer que estamos construindo uma falácia, estamos passando para a opinião pública um fato e um cenário inexistente.

Sr. Presidente, em verdade, a indicação de três emendas pela Bancada de Senadores de cada unidade da Federação, ou o fato de cada Senador fazer indicação de uma emenda não representa nenhuma mudança na essência. Portanto, adotar uma ou outra redação não vai alterar nem a natureza, nem coisa

nenhuma, porque, na verdade, está-se dando o direito de uma indicação para cada representação do Senado. Não haverá CPI dos Anões por essa razão e tampouco motivo de preocupação, Sr. Presidente, porque essas são emendas de Bancadas e continuarão a ser.

Ora, Sr. Presidente, se há desvio eventual, eles devem ser corrigidos, mas não se pode fazer uma imputação genérica ao Senado a esse respeito. Por isso, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão, não há motivo para isso, não há razão de confronto entre as duas Câmaras do Congresso brasileiro, o Senado e a Câmara dos Deputados. O sistema bicameral deve viver de maneira harmônica, cooperativa, complementar, no interesse do País, Sr. Presidente.

De modo que se trata apenas de dicção legal, mas não no sentido de que a Câmara seja resto. De maneira nenhuma, inclusive essa redação foi feita pelas Mesas da Câmara e do Senado. Entendo que a Mesa da Câmara jamais sentiu agressão nessa redação proposta.

Por isso, Sr. Presidente, vamos amainar essa questão. Não há razão para conflitos e nem para desavença entre a Câmara e o Senado.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, já que eu sou Presidente e fui um dos Parlamentares que ajudou a redigir aquele Projeto de Resolução, que culminou na sua aprovação.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Deputado Ricardo Barros pode ter seus motivos para contra o Projeto de Resolução, mas não é dado nem a S. Ex<sup>a</sup> e nem a nenhum Parlamentar o direito de agredir a instituição Congresso Nacional. Pode até não ter sido esse o objetivo, mas as palavras que foram proferidas pelo Deputado Ricardo Barros aqui agridem a instituição Congresso Nacional, e, fazendo parte deste Congresso Nacional, não posso concordar com elas, mesmo porque o prazo para a apresentação das emendas individuais e de Bancada terminou ontem, portanto, estamos falando aqui sobre uma Resolução que já está valendo e cujo prazo encerrou-se ontem.

E mais, Sr. Presidente, as emendas são de Bancada, não de Senadores. Peço a atenção do Deputado Ricardo Barros e dos demais Senadores. Essas emendas são apresentadas às Bancadas, não se trata de emenda de Senador. Os Deputados, em maioria de dois terços, deverão aprovar a indicação dos Senadores, como também os Senadores deverão aprovar, pela maioria de dois terços, a indicação dos Srs. Deputados. A Câmara dos Deputados e essa Resolu-

ção não querem dizer que os Deputados são tratados com menor valor que os Senadores, não. Não somos resto; ao contrário, somos os representantes legítimos do povo. O entendimento dado foi das emendas remanescentes, por isso foi tratado como restante, não que haja essa interpretação. A Câmara não foi atingida, os Deputados não foram atingidos, e não aceito os termos colocados aqui pelo Deputado Ricardo Barros. Nós não teremos uma nova CPI dos Anões, pois as discussões no Orçamento são feitas às claras, com transparência e com a participação da imprensa, inclusive. Todos participam, portanto, não haverá, Sr. Presidente, um novo episódio igual àquele, porque o Regimento não permite que isso aconteça mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua, nobre Deputado.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM) – Portanto, Sr. Presidente, essa matéria está vencida. Todos nós concordamos em votar uma proposição que possa ser discutida novamente no ano que vem. Não há problema algum. Mas não posso aceitar a forma como S. Ex<sup>a</sup> agrediu o Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) – Com muita satisfação, passo a palavra ao ilustre Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nosso representante do Amazonas fez a defesa que me caberia, como único Senador presente junto com o Vice-Líder do Governo, que praticamente fica imobilizado de se manifestar em defesa do Senado.

Não participei de reunião nenhuma. Agora é que fui para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Sempre trabalhei com o Deputado Ricardo Barros quando Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso. Como Senador escolhido por quase oito milhões de votos, sempre procurei agir com dignidade e respeito àqueles que votaram em mim. Sempre atendi S. Ex<sup>a</sup> e o acompanhei nas soluções dos problemas de interesse do Governo.

Portanto, o fato é inaceitável. V. Ex<sup>a</sup> fez muito bem ao mandar retirar a palavra “chantagem”. Nenhum Senador se presta a um estelionato público, já que fomos eleitos pela população. Não se pode falar já de uma suspeição sobre a criação de uma CPI dos Anões, que demonstrou a desmoralização das Comissões de Orçamento, corrigida por esta CPI, como disse o Deputado, por meio de novos e mais rígidos regimentos, para que não possa realmente haver desvio, comportamento menos lícito entre empresas construtoras e Parlamentares ou toda aquela gama

de criminalidade que foi apurada e levada ao conhecimento público.

Portanto, Sr. Presidente, é inaceitável que, de maneira geral, os Senadores sejam agredidos em sua própria Casa. Acredito que o Deputado Ricardo Barros não falou de coração, nem com a consciência, já suspeitando de Senadores desta Casa; S. Ex<sup>a</sup> o fez na vontade de aprovar sua emenda, da qual não há discordância, pelo menos é o que sinto. Trata-se apenas da questão do prazo e da **vacatio legis**. V. Ex<sup>a</sup> tão bem alertou, e o Presidente José Sarney também se preocupou em não deixar um vazio, com o qual nada poderá ser feito, já que estamos às vésperas da aprovação do Orçamento dentro do prazo legal.

Então, faço um apelo ao Deputado Ricardo Barros no sentido de que retire essa pseudo-suspeita sobre os Senadores, porque todos aqui agem com dignidade, representando seus eleitores.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência tem sobre a mesa uma proposta de entendimento e vai fazê-la ao Deputado Ricardo Barros.

Foi aprovada a alteração da Resolução nº 1, que se transformou na Resolução nº 2, cujo §1º diz:

Nas bancadas estaduais integradas por mais de 18 Parlamentares, fica assegurada a iniciativa aos Senadores de propor três emendas, cabendo aos Deputados a iniciativa de apresentação do restante das emendas, a serem apresentadas nos termos do inciso II deste artigo.

Há a proposta de se fazer uma emenda supressiva para o próximo ano – a deste ano já foi aprovada. Se V. Ex<sup>a</sup> concordar, poderá enviar a emenda à Mesa, que a submeterá à decisão soberana do Plenário. Assim, haverá o entendimento.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR) – Sr. Presidente, o art. 25 da resolução ficará revogado a partir de 30 de maio de 2004, e a Resolução como um todo, de acordo com o texto sugerido por V. Ex<sup>a</sup>, perderá sua eficácia em 30 de julho – conforme o Presidente José Sarney solicitou – ou até que o Congresso tome nova deliberação. Então, aceitaria a sua sugestão para o conjunto total da resolução, mas, quanto ao art. 25, em vez de alterarmos o texto aprovado na sessão anterior do Congresso, nós o revogaríamos integralmente, a partir da data mencionada, 30 de julho, à qual não tenho nenhuma restrição.

No entanto, a ressalva que S. Ex<sup>a</sup> propõe, que é o adendo “ou até que o Congresso tome nova deliberação”, seria colocada no art. 2º e se referiria ao conjunto total da Resolução nº 1.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Agora, se for retirado o art. 25, as Bancadas ficarão sem nenhuma emenda. A menos que se mantenha o adendo de que ele valeria até que o Presidente José Sarney instituísse o grupo de trabalho, ou seja, até que outra alteração fosse feita no art. 25. Senão, haveria **vacatio legis**, e as Bancadas ficariam sem nenhuma emenda.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa discussão tomou muito tempo da Comissão de Orçamento. Os trabalhos foram obstruídos por vários meses, e nós deliberamos por acordo, para que houvesse produção na Casa sobre matérias importantes e o Governo pudesse andar. Essa matéria é vencida, mas houve insatisfação por parte do Parlamentar Ricardo Barros, diante do acordo não-cumprido.

Faço aqui uma sugestão, Sr. Presidente: vamos apenas alterar o prazo – solicito a atenção do Deputado Ricardo Barros – para julho de 2004, tendo em vista que será criado um grupo de trabalho; o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, assegurou que o constituirá. Ora, se está previsto que esse grupo de trabalho fará uma resolução que contemple todas as partes ainda insatisfeitas, por que excluir o inciso II do art. 25? Vai-se criar um problema de **vacatio legis**.

Então, Sr. Presidente, faço um apelo para o bom entendimento: admitamos o prazo para julho de 2004. Criar-se-á o grupo de trabalho, e será atendida essa reivindicação do colega Ricardo Barros, sem prejuízo do que já foi feito, inclusive, no prazo de meia-noite de ontem. Penso ser o melhor, até mesmo porque precisamos avançar na deliberação de algumas matérias nesta tarde.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou exercendo o meu primeiro mandato no Senado. Sempre fui médico no meu Estado e estou há trinta anos trabalhando. Lá sempre zelei pela minha honra. Ainda não entendi bem se o Deputado Ricardo retirou a palavra “chantagista”, usada para designar os Senadores da Comissão. S. Ex<sup>a</sup> a retirou?

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Sim.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Não ouvi S. Ex<sup>a</sup> dizer que a retirou. É dessa forma que V. Ex<sup>a</sup> a considera retirada? Eu não estou entendendo bem. Ainda estou sentindo-me ofendido, já que não sou chantagista. Sou um homem que sempre zelou pela honra e não vim aqui para ser chamado de chantagista ou por qualquer palavra de baixo calão. Quem está falando aqui é o cidadão Augusto Botelho, de Roraima.

Sr. Presidente, se a palavra “chantagista” está retirada em relação ao Senado, eu a tomarei como um ímpeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência constata que a matéria, fruto dessa tentativa de entendimento, não tem a assinatura do Senado. Assim, há um vício de origem.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consultei o Deputado Ricardo Barros e os demais Deputados e parece-me que já temos um patamar de entendimento adequado. Penso que podemos avançar até a semana que vem. Qual é o patamar? A revogação do dispositivo que se refere à iniciativa das três emendas adicionais, que são emendas de bancada, ou seja, aprovadas pelas bancadas, bem como o texto de V. Ex<sup>a</sup> a respeito da Resolução nº 1 como um todo.

Fica apenas uma pendência quanto ao número total de emendas de bancada, Deputado Ricardo Barros, sobre a qual teríamos uma semana a mais para debater. Já sairíamos daqui com o entendimento de que esse ponto será alterado e ganharíamos tempo para discutir o número global de emendas de bancada.

Entendo, portanto, que poderíamos passar para os demais itens da pauta, tendo firmado o compromisso, a partir desse patamar de entendimento, de avançarmos mais, até a semana que vem.

Eu pediria que esse nível de entendimento fosse considerado consolidado e que não interrompêssemos a seqüência da sessão, tendo em vista que há pontos muito importantes para o País que não podem ficar prejudicados.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo, Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Nação assiste a nossa sessão. Estamos todos aqui empenhados em fazer alterações que sejam plausíveis, racionais, mas, sobretudo, do entendimento geral.

O Governo já se manifestou favorável ao projeto do Deputado Ricardo Barros, todavia não tem o condão de agora reunir toda a Oposição em torno do projeto de S. Ex<sup>a</sup>. Essa exigência, Sr. Presidente, é demasiada. Será que a Nação vai esperar a liberação de créditos importantes para o crescimento, para o desenvolvimento, para atender pessoal, para atender à miséria e às ações sociais do Governo, em razão de um detalhe que não está no nosso nível de decisão?

Sr. Presidente, quero fazer um apelo dramático, em nome da governabilidade, do bem-estar geral do povo brasileiro, porque não podemos admitir o fato de uma posição apoiada por nós ser motivo da paralisação dos trabalhos.

É evidente que temos o Regimento, e ele é claro no que diz respeito a essas circunstâncias. No entanto, considerando o nível de entendimento que sempre vivenciamos, eu queria fazer um apelo ao bom-senso. O País não pode parar em razão de uma questão que, para nós, não altera a essência da matéria. É preciso dizer que a redação proposta pelo Deputado Ricardo Barros não altera a matéria, a não ser no que se refere à perda de eficácia da Resolução nº 01, de 2000.

Esse é um tema que cabe a todos os Parlamentares avaliar. Não posso impor que o PFL, o PSDB e todos os Partidos aqui representados entendam da mesma maneira. O Governo o apóia, Sr. Presidente. O nosso acordo se dá em termos de apoio, e não de aprovação.

O Governo não pode impor ao Congresso Nacional, nem à Câmara, nem ao Senado, qualquer decisão. Vivemos na democracia, que significa a vontade da maioria, Sr. Presidente. Não há como impor, não há como fazer um rolo compressor. Até nesse aspecto, é preciso dizer isso. Queremos que viva o entendimento, e que sobreviva o interesse do País.

Esses créditos são importantes. Aquele que impedir a aprovação desses créditos será, com absoluta certeza, responsabilizado pela história. Não podemos continuar com esse nível de exigência, às vezes de idiosincrasias pessoais.

Sr. Presidente, o interesse público há de sobreviver. O interesse geral deve comandar os trabalhos desta reunião, como sempre tem comandado na Comissão de Orçamento, num entendimento amplo com



a Oposição e com todos os Partidos, porque todos entendem que, acima das individualidades, está o coletivo, está a Nação.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer ao Deputado Ricardo Barros que penso como S. Ex<sup>a</sup>.

Quando eu era Presidente da Comissão de Orçamento, na última legislatura, S. Ex<sup>a</sup>, o Deputado Pauderney Avelino e eu trabalhamos no sentido de corrigir uma distorção.

O Estado de São Paulo, do Senador Romeu Tuma, tinha o mesmo número de emendas de um Estado com 08 Deputados e 03 Senadores. Corrigimos isso – V. Ex<sup>a</sup> o sabe, Sr. Presidente Inocêncio Oliveira – e aumentamos o número para 15. Na época, queria eu que houvesse o máximo de 11, variando com o número de Parlamentares: para cada 10 Parlamentares, mais uma emenda. Este seria o caminho normal, mas ficou sendo 15 para cada grupo de 10 Parlamentares mais uma, o que fez com que aumentasse o número de emendas de São Paulo e se mantivesse o número nos Estados menores.

Neste ano, o PFL e eu, por intermédio do Deputado José Carlos Machado, durante todo o tempo nos opusemos, na Comissão de Orçamento, à aprovação de duas emendas para cada Senador, mas encontramos a forma que foi aprovada na semana passada, que seriam 03 emendas a mais para os Estados maiores; emendas estas que não eram dos Senadores, mas das Bancadas. Os Senadores iriam propor de forma estruturante, e as Bancadas iriam aprovar.

Quero dizer que, no meu Estado, foi assim, nenhum Senador apresentou emenda estruturante, e acredito que o mesmo ocorreu em quase todos os Estados – não sei se em todos.

Portanto, faço um apelo ao Deputado Ricardo Barros. V. Ex<sup>a</sup> e eu, Deputado Ricardo Barros, pensamos da mesma forma. Então, vamos hoje revogar, a partir de maio, a resolução da semana passada. Vamos estabelecer que o Congresso Nacional aprove uma nova resolução até o dia 30 de junho.

O Presidente Sarney veio aqui e, com a sua experiência, trouxe essa sugestão e disse, pessoalmente, que se comprometeria a instituir uma comissão para tratar do assunto. Acredito que essa sugestão evoluiria muito mais e acabaríamos com a idéia de ter o mínimo de 18, que acho demais.

Portanto, faço o apelo ao Deputado Ricardo Barros, confiando na posição lúcida do Presidente José Sarney. Entendo que isso resolveria o problema. Revogaríamos a resolução da semana passada

– a Assessoria informaria o número – e estabeleceríamos, até junho, uma nova resolução, sem alterar apenas o art. 25, mas toda a resolução.

Creio que o Deputado Ricardo Barros deveria, inclusive, ser o Relator da matéria.

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (PFL – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, entendo que a intenção do Líder José Carlos Aleluia é a de solucionar o impasse. No entanto, entendo que, como não há assinatura dos Srs. Parlamentares que compõem a Mesa do Senado, não há como apresentar nem a proposta do Líder Aleluia. Portanto, poderíamos marcar uma nova sessão mais tarde ou amanhã e votarmos isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Às 18h30, se V. Ex<sup>as</sup> quiserem, a Presidência poderia atendê-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Surgiu o seguinte: se houver um entendimento, eu o passaria ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador José Sarney, e o Presidente o assinaria.

Quero dizer ao Plenário que, se desejar aprovar esses créditos suplementares fundamentais para a vida do País, no campo da educação, no campo da saúde, no campo da Previdência Social, para o pagamento dos nossos aposentados, dos nossos pensionistas, no campo do Ministério dos Transportes, para a restauração das nossas BRs, etc., a oportunidade é agora, porque, às 14h em ponto, não se poderá votar mais nada. Inicia-se a sessão ordinária da Câmara, e devo presidir a Ordem do Dia hoje. O Presidente João Paulo Cunha viajou e me pediu para fazê-lo.

Vou ficar em Brasília, não vou viajar. Às 18h30, poderíamos convocar uma sessão, tirando apenas esse primeiro artigo, e uma palavra do Senador José Sarney, para mim, vale tudo. S. Ex<sup>a</sup> é um homem de palavra, é um homem sério, é um homem correto, é um homem que honra não só o Parlamento brasileiro, mas a vida deste País. Ex-presidente da República e em todos os cargos que ocupou saiu-se sempre honradamente, sempre exerceu suas funções com a maior dignidade. Por isso, acredito que uma palavra do Senador Sarney bastaria para qualquer um de nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que esta questão é muito polêmica. Não há assinaturas para qualquer alteração, ou seja, não há projeto de resolução sobre a mesa, porque não há as assinaturas.

Estamos discutindo a tese, da qual discordei na semana passada, mas, infelizmente, foram aprovados por este Plenário a introdução da emenda de Senador e o aumento para 18 emendas de cada Estado.



A minha tese é a de que o número de emendas de Bancada tem de ser inferior ao número de Parlamentares. E o meu objetivo, ao revogar a resolução, é abrir a discussão para que possamos nos entender sobre isso. Não tenha dúvida, Sr. Presidente, de que, se não revogarmos a matéria, as concessões aumentarão.

Em consideração à presença do Presidente José Sarney, no plenário, que demonstra a sua preocupação com a matéria e até as referências que S. Ex<sup>a</sup> fez a esta resolução, votada numa reunião que tivemos com o Presidente da Comissão Gilberto Mes-trinho, com o Senadores Amir Lando, Fernando Bezerra e Sérgio Guerra, direi o seguinte: espero que essa resolução esteja sobre a mesa na próxima reunião do Congresso Nacional.

Peço ao Líder do Governo no Congresso, Senador Amir Lando, que, por gentileza, promova o entendimento entre todas as Lideranças.

Quero dizer ao Líder José Carlos Aleluia que, quando o PFL obstruiu a votação de créditos, na última sessão do Congresso – cerca de 05 bilhões não foram aprovados, porque o PFL não quis –, não ficamos discutindo as motivações do Partido. Estou sendo explícito sobre as minhas motivações.

Portanto, Sr. Presidente, vou dar mais uma vez a oportunidade de buscarmos o entendimento.

Faço um apelo muito efetivo a todos os interessados na matéria no sentido de que procurem se manifestar sobre ela, para não chegarmos aqui pensando que temos um acordo e ficarmos discutindo a matéria.

Eu gostaria que o Líder Amir Lando se empenhasse para que efetivamente a matéria da alteração da resolução do Congresso estivesse sobre a mesa, na próxima sessão do Congresso Nacional, que seja de amplo acordo e que atenda aos preceitos estabelecidos.

Quero também dizer, Senador Romeu Tuma, que aceito as considerações de V. Ex<sup>a</sup> sobre o meu pronunciamento. Não vim aqui para ofender ninguém, mas tenho preocupação, porque Parlamentar não pode ter emenda de Bancada para si.

Por isso estou pedindo a revogação da resolução.

Muito obrigado.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o texto proposto anteriormente está sobre a mesa com uma pequena alteração de data, mas com o que nos comprometemos foi colocado na mesa e formalizamos o apoio. De modo que o Governo não está em débito quanto a esta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2003-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5, de 2003, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2003, em favor de diversas empresas federais, crédito especial no valor total de R\$3.895.568.955,00 (três bilhões, oitocentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais), para os fins que especifica”.

Ao projeto de lei foi apresentada uma emenda.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 113, de 2003 – CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição da emenda apresentada.

É o seguinte o parecer

#### PARECER Nº 113, DE 2003-CN

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 5, de 2003-CN, que “abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito especial no valor total de R\$3.895.568.955,00 para os fins que especifica”.**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Pauderney Avelino**

### I – Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 46, de 2003-CN (nº 196/2003, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que abre ao Orçamento de Investimento crédito especial no valor total de R\$3.895.568.955,00 (três bilhões, oitocentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil e novecentos e cinquenta e cinco reais), em favor de diversas empresas estatais, para os fins que especifica.

De conformidade com a Exposição de Motivos nº 125/2003-MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, os créditos solicitados têm por finalidade adequar as dotações orçamentárias das empresas em questão, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício, bem como ajustar a programação das empresas do setor de petróleo, em função da incorporação pela Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS de sua subsi-

diária Petrobrás Internacional S.A – BRASPETRO, decidida em Assembléia Geral dos acionistas daquela empresa, ocorrida em 30-9-2002. A partir dessa decisão, tornou-se necessária à inclusão, no Orçamento de Investimento para 2003, das empresas Braspetro Oil Services Company – BRASOIL, Petrobras Netherlands B.V. – PN-BV, Braspetro Oil Company – BOC e Petrobrás Internacional Braspetro B.V. – PIB-BV, que passaram à condição de subsidiárias diretas da Pe-

trobrás e cujas programações orçamentárias estavam anteriormente inseridas no consolidado do Grupo Braspetro. A proposição em análise objetiva também à inclusão da programação de investimentos de uma nova subsidiária: a Petrobrás Negócios Eletrônicos S.A – E-PETRO.

O Quadro I a seguir apresenta a destinação dos referidos crédito – sa, bem como as respectivas fontes de financiamento:

**QUADRO I**

Empresa / Programa / Ação	Valor (R\$)	Fonte dos Recursos
<b>Grupo ELETROBRÁS</b>	<b>3.480.000</b>	
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS	2.000.000	Cancelamento de dotação da própria empresa
. Manutenção de bens imóveis	2.000.000	
- Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A	1.480.000	Cancelamento de dotação da própria empresa
. Manutenção de bens imóveis	1.480.000	
<b>Grupo PETROBRÁS</b>	<b>3.888.752.320</b>	
- Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS	19.427.500	Geração própria / Operações de crédito externas
. Ampliação da capacidade da malha de gasodutos na região Nordeste e implantação de gasodutos na região Sudeste	19.427.500	
- Braspetro Oil Services Company - BRASOIL	321.013	Geração própria
. Manutenção de plataformas de produção de petróleo e gás natural no exterior	321.013	
- Petrobrás Netherlands B.V – PN-BV	1.543.112.027	Geração própria / Operações de crédito externas / Outros recursos de longo prazo
. Aquisição de bens destinados à pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural no exterior	783.313.487	
. Conversão de navios e plataformas em unidades de produção no exterior	759.798.540	
- Braspetro Oil Company – BOC	112.493.234	Geração própria
. Apropriação de reservas de óleo, condensado e gás natural no exterior	112.493.234	
- Petrobrás Internacional Braspetro B.V.	2.203.398.546	Geração própria / Operações de crédito externas / Outros recursos de longo prazo da Controladora
. Manutenção da infra-estrutura operacional do parque de refino no exterior	256.962.142	
. Manutenção da infra-estrutura operacional da geração de energia elétrica no exterior	64.804.792	
. Ampliação da capacidade de transporte de gás no exterior	133.231.947	
. Implantação de rede de distribuição de derivados de petróleo e gás no exterior	10.015.483	
. Apropriação de reservas de óleo, condensado e gás natural no exterior	1.738.384.182	
- Petrobrás Negócios Eletrônicos S.A – E-PETRO	10.000.000	Geração própria
. Implantação do comércio eletrônico	10.000.000	

Empresa / Programa / Ação	Valor (R\$)	Fonte dos Recursos
<b>Companhias Docas</b>	<b>3.336.635</b>	
- <b>Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA</b>	<b>1.000.000</b>	Geração própria
. Dragagem de aprofundamento no porto de Vitória	1.000.000	
- <b>Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ</b>	<b>2.336.635</b>	Geração Própria / Saldos de repasses do Tesouro de exercícios anteriores
. Construção do terminal de minério, gusa e produtos siderúrgicos do porto de Sepetiba	1.000.000	
. Construção do terminal de contêineres no Cais do Caju - RJ	1.336.635	

Foi apresentada uma emenda ao projeto de lei em exame no prazo regimental.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2000-2003 (Lei nº 9.989, de 21.7.2000) ou com sua revisão (Lei nº 10.297, de 26.10.2001) e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003 – LDO/2003 (Lei nº 10.524, de 25.7.2002).

Quanto à emenda nº 00001, de autoria do Deputado Edson Ezequiel, não obstante o mérito da iniciativa, deve-se observar que a Petrobras Netherlands B.V., empresa objeto da emenda, é subsidiária da Petrobras International Finance Company, tendo sido constituída e registrada na Holanda, em maio de 2001, com o objetivo de operar, entre outras atividades, as relacionadas ao Repetro (Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação), tais como a compra, venda, aluguel, afretamento de materiais e equipamentos para exploração e produção de petróleo e gás. Assim sendo, trata-se de empresa, subsidiária do grupo Petrobrás, constituída exclusivamente com o propósito de desenvolver atividades no exterior, razão pela qual opinamos pela **rejeição** da emenda.

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 05, de 2003 -CN, na forma proposta pelo Poder Executivo e pela **rejeição** da **emenda nº 00001**.

Sala da Comissão, em 13 de NOVEMBRO de 2003.



Deputado PAUDERNEY AVELINO  
Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

## PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2003-CN

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais federais, crédito especial no valor total de R\$ 3.895.568.955,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003) crédito especial no valor total de R\$ 3.895.568.955,00 (três bilhões, oitocentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e sessenta e oito mil e novecentos e cinquenta e cinco reais), em favor de diversas empresas estatais federais, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de operações de crédito externas, de outros recursos de longo prazo e de repasses do Tesouro Nacional em exercícios anteriores, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I a esta Lei, e de cancelamentos em outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		3.892.232.320
26 TRANSPORTE		3.336.635
	TOTAL - GERAL	3.895.568.955
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		256.962.142
753 ENERGIA ELÉTRICA		68.284.792
753 PETRÓLEO		3.547.557.886
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		3.336.635
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		19.427.500
	TOTAL - GERAL	3.895.568.955
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
25 ENERGIA		3.892.232.320
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		256.962.142
753 ENERGIA ELÉTRICA		68.284.792
753 PETRÓLEO		3.547.557.886
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		19.427.500
26 TRANSPORTE		3.336.635
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		3.336.635
	TOTAL - GERAL	3.895.568.955
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0230 CORREDOR LESTE		3.336.635
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO		2.315.891.780
0284 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL		1.543.433.040
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL		19.427.500
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		13.480.000
	TOTAL - GERAL	3.895.568.955
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		3.892.232.320
39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		3.336.635
	TOTAL - GERAL	3.895.568.955
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		3.892.088.955
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		1.533.162.403
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		1.533.162.403
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.288.985
6.2.1.0.00.00 TESOURO		2.288.985
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.288.985
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		756.895.740
6.3.1.0.00.00 EXTERNAS		756.895.740
6.5.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		1.599.741.827
6.5.2.0.00.00 CONTROLADORA		683.874.656
6.9.3.0.00.00 OUTRAS ESTATAIS		915.867.171
TOTAL DA RECEITA...3.892.088.955	RECEITAS CORRENTES...1.533.162.403	RECEITAS DE CAPITAL...2.358.926.552
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DO ORGAO : R\$ 3.892.232.320</b>		
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>		
25 ENERGIA		3.892.232.320
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>		
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		256.962.142
752 ENERGIA ELETRICA		68.284.792
753 PETROLEO		3.547.557.886
755 TRANSPORTES ESPECIAIS		19.427.500
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>		
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO		2.315.891.780
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL		1.543.433.040
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL		19.427.500
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		13.480.000
<b>QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS</b>		
32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A.		2.000.000
32225 EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL S. A.		1.480.000
32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.		19.427.500
32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY		321.013
32282 PETROBRAS NETHERLANDS B. V.		1.543.112.027
32286 BRASPETRO OIL COMPANY		112.493.234
32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B. V.		2.203.398.546
32289 PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A.		10.000.000
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		3.892.232.320
<b>TOTAL</b>		<b>3.892.232.320</b>
<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		3.888.752.320
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		1.532.114.753
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		1.532.114.753
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		756.895.740
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS		756.895.740
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		1.599.741.827
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		683.874.656
6.9.3.0.00.00 OUTRAS ESTATAIS		915.867.171
<b>TOTAL DA RECEITA</b> 3.888.752.320    RECEITAS CORRENTES      1.532.114.753    RECEITAS DE CAPITAL      2.356.637.567		

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO ESPECIAL RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.000.000</b>		
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>		
25 ENERGIA		2.000.000
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>		
752 ENERGIA ELETRICA		2.000.000
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.000.000
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.000.000
<b>TOTAL</b>		<b>2.000.000</b>



ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S. A.

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								2.000.000
		ATIVIDADES						
25 752	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS						2.000.000
25 752	0807 4101 0001	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL						2.000.000
			1	4 - INV	90	0	495	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								2.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32225 - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S. A.

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.480.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			1.480.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
752 ENERGIA ELETRICA			1.480.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			1.480.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			1.480.000
TOTAL			1.480.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32225 - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S. A.

## ANEXO I

## CREDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	MOD	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								1.480.000
		ATIVIDADES						
25 752	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS						1.480.000
25 752	0807 4101 0040	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO SUL						1.480.000
			I	4 - INV	90	0	495	1.480.000
TOTAL - INVESTIMENTO								1.480.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S. A.

## ANEXO I

## CREDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 19.427.500

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		19.427.500

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
785 TRANSPORTES ESPECIAIS		19.427.500

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL		19.427.500

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		19.427.500

TOTAL		19.427.500
-------	--	------------

QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			19.427.500
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			12.433.600
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			12.433.600
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO			6.993.900
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS			6.993.900
TOTAL DA RECEITA	19.427.500	RECEITAS CORRENTES	12.433.600
		RECEITAS DE CAPITAL	6.993.900

ORGÃO : 32000, MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S. A.

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL								19.427.500
		PROJETOS						
25 785	0289 1173	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE						5.610.000
25 785	0289 1173 0020	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE						5.610.000
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 69	I	4 - INV	90	0	495	5.610.000
25 785	0289 3111	IMPLANTACAO DO GASODUTO CAMPINAS - CUBATAO (SP) DE 145 KM						650.000
25 785	0289 3111 0035	IMPLANTACAO DO GASODUTO CAMPINAS - CUBATAO (SP) DE 145 KM - NO ESTADO DE SAO PAULO						650.000
		GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 54	I	4 - INV	90	0	495	650.000
25 785	0289 3798	IMPLANTACAO DA UNIDADE II DE PROCESSAMENTO DE CONDENSADO DE GAS NATURAL EM CABIUNAS(RJ)						11.407.500
25 785	0289 3798 0033	IMPLANTACAO DA UNIDADE II DE PROCESSAMENTO DE CONDENSADO DE GAS NATURAL EM CABIUNAS(RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						11.407.500
		UNIDADE IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	I	4 - INV	90	0	495	11.407.500
25 785	0289 5161	IMPLANTACAO DO GASODUTO SAO CARLOS (SP) - CONGONHAS (MG) DE 480 KM						1.760.000
25 785	0289 5161 0030	IMPLANTACAO DO GASODUTO SAO CARLOS (SP) - CONGONHAS (MG) DE 480 KM - NA REGIAO SUDESTE						1.760.000
		GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 49	I	4 - INV	90	0	495	1.760.000
TOTAL - INVESTIMENTO								19.427.500

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 321.013

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA

321.013

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
753 PETROLEO

321.013

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL

321.013

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

321.013

TOTAL

321.013

<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			321.013
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			321.013
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			321.013
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>321.013</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>321.013</b>
		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

## ANEXO I

## CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL</b>								<b>321.013</b>
		<b>ATIVIDADES</b>						
25 753	0286 2252	MANUTENÇÃO DE PLATAFORMAS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL						321.013
25 753	0286 2252 0002	MANUTENÇÃO DE PLATAFORMAS DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR						321.013
			1	4 - INV	90	0	495	321.013
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>321.013</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32232 - PETROBRAS NETHERLANDS B. V.

## ANEXO I

## CRÉDITO ESPECIAL

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.543.112.027**

**QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES**  
**25 ENERGIA**

| 1.543.112.027

**QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES**  
**753 PETRÓLEO**

| 1.543.112.027

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS**  
**0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL**

| 1.543.112.027

**QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

| 1.543.112.027

**TOTAL**

| 1.543.112.027

## QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			1.543.112.027
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			10.000.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			10.000.000
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO			168.874.000
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS			168.874.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			1.364.238.027
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			448.370.856
6.9.3.0.00.00 OUTRAS ESTATAIS			915.867.171
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>1.543.112.027</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>10.000.000</b>
		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.533.112.027</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B. V.

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL								1.543.112.027
		ATIVIDADES						
25 753	0286 2851	AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL						783.313.487
25 753	0286 2851 0002	AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR						783.313.487
		BEM ADQUIRIDO (%) 100	I	4 - INV	90	0	495	783.313.487
		PROJETOS						
25 753	0286 1924	CONVERSAO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUCAO						759.798.540
25 753	0286 1924 0002	CONVERSAO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUCAO - NO EXTERIOR						759.798.540
		EQUIPAMENTO CONVERTIDO (% DE EXECUCAO FISICA) 37	I	4 - INV	90	0	495	759.798.540
TOTAL - INVESTIMENTO								1.543.112.027

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32286 - BRASPETRO OIL COMPANY

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 112.493.234

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES								
25 ENERGIA								112.493.234
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES								
753 PETROLEO								112.493.234
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS								
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETROLEO								112.493.234
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA								
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO								112.493.234
TOTAL								112.493.234
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA								
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO								112.493.234
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS								112.493.234
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA								112.493.234
TOTAL DA RECEITA	112.493.234	RECEITAS CORRENTES	112.493.234	RECEITAS DE CAPITAL				0



ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32286 - BRASPETRO OIL COMPANY

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO								112.493.234
		PROJETOS						
25 753	0282 3345	APROPRIAÇÃO DE RESERVAS DE ÓLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						112.493.234
25 753	0282 3345 0002	APROPRIAÇÃO DE RESERVAS DE ÓLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						112.493.234
		RESERVA PROVADA APROPRIADA (MIL BARRIS DE ÓLEO EQUIVALENTE) 6365	1	4 - INV	90	0	495	112.493.234
TOTAL - INVESTIMENTO								112.493.234

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B. V.

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.203.398.546

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES  
25 ENERGIA

2.203.398.546

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES  
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL  
751 ENERGIA ELÉTRICA  
753 PETRÓLEO256.962.142  
64.804.792  
1.881.631.612QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS  
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO

2.203.398.546

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

2.203.398.546

TOTAL

2.203.398.546

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS  
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA  
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO  
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS  
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO  
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA2.203.398.546  
1.386.866.906  
1.386.866.906  
581.027.840  
581.027.840  
235.503.800  
235.503.800

TOTAL DA RECEITA 2.203.398.546 RECEITAS CORRENTES 1.386.866.906 RECEITAS DE CAPITAL 816.531.640

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B. V.

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								2.203.398.546
		ATIVIDADES						
25 662	0282 4108	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO						256.962.142
25 662	0282 4108 0002	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NO EXTERIOR	I	4 - INV	90	0	495	256.962.142
25 752	0282 2246	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA						64.804.792
25 752	0282 2246 0002	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NO EXTERIOR	I	4 - INV	90	0	495	64.804.792
		PROJETOS						
25 753	0282 3281	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR						133.231.947
25 753	0282 3281 0002	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	I	4 - INV	90	0	495	133.231.947
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5						
25 753	0282 3289	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR						10.015.483
25 753	0282 3289 0002	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	I	4 - INV	90	0	495	10.015.483
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 2						
25 753	0282 3345	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						1.738.384.182
25 753	0282 3345 0002	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	I	4 - INV	90	0	495	1.738.384.182
		RESERVA PROVADA APROPRIADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE) 76829						
TOTAL - INVESTIMENTO								2.203.398.546

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32289 - PETROBRAS NEGOCIOS ELETRONICOS S.A.

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES							
25 ENERGIA							10.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES							
753 PETROLEO							10.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS							
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							10.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA							
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO							10.000.000
TOTAL							
							10.000.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA							
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO							10.000.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS							10.000.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA							10.000.000
TOTAL DA RECEITA	10.000.000	RECEITAS CORRENTES	10.000.000	RECEITAS DE CAPITAL			0

UNIDADE : 32289 - PETROBRAS NEGOCIOS ELETRONICOS S.A.

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES			
UNIDADE : 39211 - COMPANHIA DOCAIS DO ESPÍRITO SANTO			
ANEXO I		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.000.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE			1.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			1.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0236 CORREDOR LESTE			1.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			1.000.000
TOTAL			1.000.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			1.000.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			1.000.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			1.000.000
TOTAL DA RECEITA	1.000.000	RECEITAS CORRENTES	1.000.000
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL				
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00				
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U T E	VALOR
0230 CORREDOR LESTE			2.336.635				
		PROJETOS					
26 784	0230 3338	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE MINERIO, GUSA E PRODUTOS SIDERURGICOS - PORTO DE SEPETIBA (RJ)					1.000.000
26 784	0230 3338 0033	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE MINERIO, GUSA E PRODUTOS SIDERURGICOS - PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					1.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	90	0 495	1.000.000
26 784	0230 3340	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE CONTENEIRES NO CAIS DO CATU (RJ)					1.336.635
26 784	0230 3340 0033	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE CONTENEIRES NO CAIS DO CATU (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					1.336.635
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 18	1	4 - INV	90	0 495	1.336.635
TOTAL - INVESTIMENTO			2.336.635				

ANEXO II	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
25 ENERGIA	3.480.000
TOTAL - GERAL	3.480.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
752 ENERGIA ELÉTRICA	3.480.000
TOTAL - GERAL	3.480.000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES	
25 ENERGIA	3.480.000
752 ENERGIA ELÉTRICA	3.480.000
TOTAL - GERAL	3.480.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0295 ENERGIA NO EIXO SUL	1.480.000
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	2.000.000
TOTAL - GERAL	3.480.000
QUADRO SINTESE POR ORGAO	
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	3.480.000
TOTAL - GERAL	3.480.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 3.480.000	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
25 ENERGIA	3.480.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
752 ENERGIA ELETRICA	3.480.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0295 ENERGIA NO EIXO SUL	1.480.000
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	2.000.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS	
32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S. A.	2.000.000
32225 EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S. A.	1.480.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	3.480.000
TOTAL	3.480.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S. A.

ANEXO II	CREDITO ESPECIAL
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.000.000	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES	
25 ENERGIA	2.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	
752 ENERGIA ELETRICA	2.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	2.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	2.000.000
TOTAL	2.000.000



FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NO EEXO SUL								1.480.000
		PROJETOS						
25 752	0295 3250	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO SUL (467 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E 500 KV E SUBESTACOES COM 2. 807 MVA)						1.480.000
25 752	0295 3250 0040	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO SUL (467 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E 500 KV E SUBESTACOES COM 2. 807 MVA) - NA REGIAO SUL						1.480.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	90	0	495	1.480.000
TOTAL - INVESTIMENTO								1.480.000

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – **Item 2:****PROJETO DE LEI Nº 6, DE 2003-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6, de 2003, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor de R\$3.627.966.513,00 (três bilhões, seiscentos e vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e treze reais), e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$5.993.862.251,00 (cinco bilhões, novecentos e noventa e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta e um reais), para os fins que especifica”.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 105, de 2003-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 6, DE 2003-CN**

Abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 3.627.966.513,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 5.993.862.251,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003) crédito suplementar no valor total de R\$ 3.627.966.513,00 (três bilhões, seiscentos e vinte e sete milhões, novecentos e sessenta e seis mil e quinhentos e treze reais), em favor de diversas empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são oriundos de geração própria, de saldo de exercícios anteriores de repasses do Tesouro Nacional, de operações de crédito internas e externas e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e de cancelamentos em outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 10.640/2003) no valor global de R\$ 5.993.862.251,00 (cinco bilhões, novecentos e noventa e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e duzentos e cinquenta e um reais), relativamente às dotações orçamentárias de diversas empresas estatais, constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I	CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>	
20 AGRICULTURA	2.000.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	20.295.289
24 COMUNICAÇÕES	64.766.501
25 ENERGIA	3.515.890.225
26 TRANSPORTE	25.014.498
<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>3.627.966.513</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b>	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	191.534.063
605 ABASTECIMENTO	2.000.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	643.567.519
692 COMERCIALIZAÇÃO	26.045.361
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	9.649.988
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS	64.766.501
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	2.000.347
752 ENERGIA ELÉTRICA	378.112.960
753 PETRÓLEO	1.667.848.723
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	21.368.498
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	666.999.613
<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>3.627.966.513</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES</b>	
20 AGRICULTURA	2.000.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	20.295.289
24 COMUNICAÇÕES	64.766.501
25 ENERGIA	3.515.890.225
26 TRANSPORTE	25.014.498
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	191.534.063
605 ABASTECIMENTO	2.000.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	643.567.519
692 COMERCIALIZAÇÃO	26.045.361
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	9.649.988
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS	64.766.501
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	2.000.347
752 ENERGIA ELÉTRICA	378.112.960
753 PETRÓLEO	1.667.848.723
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	21.368.498
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	666.999.613
<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>3.627.966.513</b>

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO	2.800.000
0235 CORREDOR NORDESTE	1.773.711
0237 CORREDOR ARAGUAIA - TOCANTINS	5.979.969
0256 SERVIÇOS POSTAIS	13.200.000
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	59.729.876
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL	17.250.000
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.407.523.377
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET	2.080.347
0288 REFINO DE PETRÓLEO	643.567.519
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL	660.999.613
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	9.477.518
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE	18.361.000
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	52.496.955
0295 ENERGIA NO EIXO SUL	7.300.000
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE	124.673.380
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	17.159.000
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL	143.071.986
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	151.534.063
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL	3.400.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	285.511.999
<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>3.627.966.513</b>

QUADRO SÍNTESE POR ORGAO	
22000 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	2.000.000
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA	18.049.988
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	3.532.598.344
39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	10.551.680
41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	64.766.501
<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>3.627.966.513</b>

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.713.117.020
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.487.397.607
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.487.397.607
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	349.969
6.2.1.0.00.00 TESOURO	349.969
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	349.969
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	949.086.887
6.3.1.0.00.00 INTERNAS	149.086.887
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	800.000.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	276.282.557
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA	140.361.000
6.9.9.0.00.00 OUTRAS FONTES	135.921.557
<b>TOTAL DA RECEITA...</b>	<b>2.713.117.020 RECEITAS CORRENTES...1.487.397.607 RECEITAS DE CAPITAL...1.225.719.413</b>

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES	
20 AGRICULTURA	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES	
605 ABASTECIMENTO	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS	
22212 COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SÃO PAULO	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.000.000

<b>TOTAL</b>	<b>2.000.000</b>
--------------	------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.000.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	2.000.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	2.000.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>2.000.000 RECEITAS CORRENTES 2.000.000 RECEITAS DE CAPITAL 0</b>

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 22212 - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES	
20 AGRICULTURA	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES	
605 ABASTECIMENTO	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.000.000

<b>TOTAL</b>	<b>2.000.000</b>
--------------	------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.000.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	2.000.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	2.000.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>2.000.000 RECEITAS CORRENTES 2.000.000 RECEITAS DE CAPITAL 0</b>

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 22212 - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO

ANEXO 1			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA Acao/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								2.000.000
ATIVIDADES								
20 605	0807 4105	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL						2.000.000
20 605	0807 4105 0035	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL - NO ESTADO DE SAO PAULO						2.000.000
			1	4 - INV	90	0	495	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								2.000.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO 1 CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 18.049.988

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
23 COMERCIO E SERVICOS { 18.049.988

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
692 COMERCIALIZACAO 4.400.000  
694 SERVICOS FINANCEIROS 9.649.988

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL 3.480.000  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 14.569.988

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS  
25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S. A. 1.169.988  
25230 COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S. A. 8.400.000  
25271 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A. 8.480.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO { 18.049.988

TOTAL } 18.049.988

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 18.049.988  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 18.049.988  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 18.049.988  
TOTAL DA RECEITA 18.049.988 RECEITAS CORRENTES 18.049.988 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

UNIDADE : 25215 - IRB - BRASIL RESSEGUROS S. A.

ANEXO 1 CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.169.988

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
23 COMERCIO E SERVICOS { 1.169.988

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
694 SERVICOS FINANCEIROS { 1.169.988

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO { 1.169.988

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO { 1.169.988

TOTAL } 1.169.988

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 1.169.988  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 1.169.988  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 1.169.988  
TOTAL DA RECEITA 1.169.988 RECEITAS CORRENTES 1.169.988 RECEITAS DE CAPITAL 0

UNIDADE : 25215 - IRB - BRASIL RESSEGUROS S. A.

CREDITO SUPPLEMENTAR

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**UNIDADE : 25230 - COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S. A.

### CREDITO SUPPLEMENTAR

**RECursos de todas as fontes - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 8.400.000**

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	8.400.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS	8.400.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	8.400.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>8.400.000</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.400.000</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0</b>

UNIDADE : 25230 - COBRA - COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S. A.

**CREDITO SUPPLEMENTAR**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								8.400.000
ATIVIDADES								
23 692	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						2.300.000
23 692	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	2.300.000
23 692	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						6.100.000
23 692	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	6.100.000
TOTAL - INVESTIMENTO								8.400.000



ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

UNIDADE : 25271 - BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 8.480.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
23 COMERCIO E SERVICOS | 8.480.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
694 SERVICOS FINANCEIROS | 8.480.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL | 3.480.000  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 5.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 8.480.000

TOTAL | 8.480.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 8.480.000  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 8.480.000  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA | 8.480.000  
TOTAL DA RECEITA 8.480.000 RECEITAS CORRENTES 8.480.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

UNIDADE : 25271 - BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	J U	F T E	VALOR
0781 INVESTIMENTO DE INSTITUICOES FINANCEIRAS EM INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL								3.480.000
		ATIVIDADES						
23 694	0781 4106	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO						3.480.000
23 694	0781 4106 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	3.480.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								5.000.000
		ATIVIDADES						
23 694	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						5.000.000
23 694	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	5.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								8.480.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 3.532.598.344

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
23 COMERCIO E SERVICOS | 2.245.301  
25 ENERGIA | 3.515.890.225  
26 TRANSPORTE | 14.462.818

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA | 151.534.063  
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL | 643.547.519  
692 COMERCIALIZAÇÃO | 17.645.301  
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA | 2.080.347  
752 ENERGIA ELÉTRICA | 378.112.940  
753 PETRÓLEO | 1.667.849.723  
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO | 10.808.818  
785 TRANSPORTES ESPECIAIS | 660.999.613

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	59.729.876
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GAS NATURAL E ALCOOL	17.250.000
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL	1.407.523.377
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GAS NATURAL - CONPET	2.000.347
0288 REFINO DE PETRÓLEO	643.547.519
0289 TRANSPORTE DUTOVÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL	660.999.613
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	9.477.518
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE	18.361.000
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	52.496.055
0295 ENERGIA NO EIXO SUL	7.300.000
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE	124.673.380
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	17.159.000
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL	143.071.990
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	151.534.063
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	217.374.610

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S. A.	10.876.578
32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A.	18.000.000
32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S. A.	140.361.000
32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	59.400.115
32228 FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S. A.	137.514.327
32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.	2.792.564.945
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A.	2.245.301
32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	895.940
32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA S. A.	2.159.000
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S. A.	14.462.818
32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA	8.704.000
32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S. A.	285.482.444
32285 5783 PARTICIPAÇÕES LTDA	59.729.876

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	3.532.598.344
<b>TOTAL</b>	<b>3.532.598.344</b>

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.683.515.352
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.458.145.908
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.458.145.908
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	949.086.887
6.3.1.0.00.00 INTERNAS	149.086.887
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	800.000.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	276.282.557
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA	140.361.000
6.9.9.0.00.00 OUTRAS FONTES	136.911.557
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>2.683.515.352</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.594.067.465</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.089.447.887</b>

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S. A.

ANEXO I	CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.876.578</b>	

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	10.876.578

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
752 ENERGIA ELÉTRICA	10.876.578

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE	10.876.578

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	10.876.578

<b>TOTAL</b>	<b>10.876.578</b>
--------------	-------------------

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S. A.

ANEXO I	CRÉDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
		<b>0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE</b>						<b>10.876.578</b>
		<b>ATIVIDADES</b>						
25	752	0296 4477						10.876.578
		MANUTENÇÃO DO COMPLEXO DE GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA (RJ) (TOTAL DE 1.966 MW)						
25	752	0296 4477 0033						10.876.578
		MANUTENÇÃO DO COMPLEXO DE GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA (RJ) (TOTAL DE 1.966 MW) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						
			1	4 - INV	90	0	495	10.876.578
		<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>						<b>10.876.578</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.000.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
25 ENERGIA		18.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		18.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS		15.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		3.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		18.000.000
TOTAL		18.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A.

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAA/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONS			15.000.000					
		PROJETOS						
25 752	0297 3427	ESTUDOS E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA						15.000.000
25 752	0297 3427 0001	ESTUDOS E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA - NACIONAL						15.000.000
		ESTUDO REALIZADO (%) 14	1	4 - INV	90	0	495	15.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			3.000.000					
		ATIVIDADES						
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						3.000.000
25 752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						3.000.000
			1	4 - INV	90	0	495	3.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO			18.000.000					

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S. A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 140.361.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
25 ENERGIA		140.361.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		140.361.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE		18.361.000
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL		122.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		140.361.000
TOTAL		140.361.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		140.361.000
6.9.0.0.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		140.361.000
6.9.2.0.00 CONTROLADORA		140.361.000
TOTAL DA RECEITA	140.361.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL 140.361.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S. A.

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO-SUBTÍTULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE								18.361.000
PROJETOS								
25 752	0292 1887	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTAÇÃO DA SE JAURU (MT) 400 MVA) E REFORÇO NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA)						18.361.000
25 752	0292 1887 0051	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTAÇÃO DA SE JAURU (MT) 400 MVA) E REFORÇO NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA) - NO ESTADO DO MATO GROSSO						18.361.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	90	0	495	18.361.000
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL								122.000.000
PROJETOS								
25 752	0298 3235	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA, DE 4.245 MW PARA 8.370 MW						122.000.000
25 752	0298 3235 0015	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA, DE 4.245 MW PARA 8.370 MW - NO ESTADO DO PARÁ						122.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	90	0	495	122.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								140.361.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 59.600.115			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA			59.600.115
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA			59.600.115
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			51.600.115 8.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			59.600.115
TOTAL			59.600.115
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA TOTAL DA RECEITA		59.600.115	59.600.115
RECEITAS CORRENTES		59.600.115	RECEITAS DE CAPITAL
			0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

ANEXO I

CREDITO SUPPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE								51.600.115
		PROJETOS						
25 752	0294 3371	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO BANABUIU - FORTALEZA - PICI (27,7 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES COM 566 MVA, TOTALIZANDO 2.800 MVA)						2.125.612
25 752	0294 3371 0023	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO BANABUIU - FORTALEZA - PICI (27,7 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES COM 566 MVA, TOTALIZANDO 2.800 MVA) - NO ESTADO DO CEARA						2.125.612
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	90	0	495	2.125.612
25 752	0294 3373	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO EM PERNAMBUCO (180 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 500 KV E DE 6 SUBESTACOES COM 1.240 MVA)						743.866
25 752	0294 3373 0026	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO EM PERNAMBUCO (180 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 500 KV E DE 6 SUBESTACOES COM 1.240 MVA) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO						743.866
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	90	0	495	743.866
25 752	0294 3376	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO NO CEARA (5 SUBESTACOES COM 1.133 MVA)						2.900.090
25 752	0294 3376 0023	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO NO CEARA (5 SUBESTACOES COM 1.133 MVA) - NO ESTADO DO CEARA						2.900.090
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	90	0	495	2.900.090
25 752	0294 5105	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA UTE CAMACARI PARA 350 MW (RECUPERACAO DAS UNIDADES EXISTENTES E INSTALACAO DE NOVAS UNIDADES GERADORAS)						45.830.547
25 752	0294 5105 0029	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA UTE CAMACARI PARA 350 MW (RECUPERACAO DAS UNIDADES EXISTENTES E INSTALACAO DE NOVAS UNIDADES GERADORAS) - NO ESTADO DA BAHIA						45.830.547
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 13	1	4 - INV	90	0	495	45.830.547
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								8.000.000
		ATIVIDADES						
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						8.000.000
25 752	0807 4103 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO NORDESTE						8.000.000
			1	4 - INV	90	0	495	8.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								59.600.115



ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32228 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S. A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 137.516.327

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 137.516.327

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA | 137.516.327

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE | 113.796.802  
0298 INTEGRACAO ELETRICA NORTE-SUL | 21.071.986  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 2.647.539

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 137.516.327

TOTAL | 137.516.327

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32228 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S. A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE								113.796.802
ATIVIDADES								
25 752	0296 4469	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (9.133 MW DE CAPACIDADE INSTALADA)						2.350.638
25 752	0296 4469 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (9.133 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	2.350.638
25 752	0296 4478	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA (17.705 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES TOTALIZANDO 81.970 MVA)						5.768.043
25 752	0296 4478 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA (17.705 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES TOTALIZANDO 81.970 MVA) - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	5.768.043
PROJETOS								
25 752	0296 3292	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS (MG) CAPACIDADE INSTALADA DE 1200 MW						14.455.264
25 752	0296 3292 0031	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS (MG) CAPACIDADE INSTALADA DE 1200 MW - NO ESTADO DE MINAS GERAIS USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 58	1	4 - INV	90	0	495	14.455.264
25 752	0296 3302	MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES (MG) CAPACIDADE INSTALADA DE 600 MW						26.332.249

25 752	0296 3302 0031	MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES (MG) CAPACIDADE INSTALADA DE 600 MW - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							26.332.249
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 17	1	4 - INV	90	0	495		26.332.249
25 752	0296 3414	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMELETRICA SANTA CRUZ (RJ) (FASE 1 - COM ACRESCIMO DE 350 MW)							10.686.613
25 752	0296 3414 0033	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMELETRICA SANTA CRUZ (RJ) (FASE 1 - COM ACRESCIMO DE 350 MW) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							10.686.613
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	90	0	495		10.686.613
25 752	0296 5121	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO BATEIAS (PR) - IBIUNA (SP) (328 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 500 KV E SUBESTACOES ASSOCIADAS)							8.217.592
25 752	0296 5121 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO BATEIAS (PR) - IBIUNA (SP) (328 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 500 KV E SUBESTACOES ASSOCIADAS) - NACIONAL							8.217.592
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	90	0	495		8.217.592
25 752	0296 5357	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE TRANSMISSAO RECEPTOR DE SAO PAULO (5 BANCOS DE CAPACITORES, NAS SUBESTACOES DE ITABERA E TIJUCO PRETO COM 2.042 MVAR)							4.300.281
25 752	0296 5357 0035	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO SISTEMA DE TRANSMISSAO RECEPTOR DE SAO PAULO (5 BANCOS DE CAPACITORES, NAS SUBESTACOES DE ITABERA E TIJUCO PRETO COM 2.042 MVAR) - NO ESTADO DE SAO PAULO							4.300.281
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - INV	90	0	495		4.300.281
25 752	0296 5359	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA SE TIJUCO PRETO (SP) - (3º BANCO DE AUTOTRANSFORMADORES 750/500 KV COM 1.650 MVA)							8.680.773
25 752	0296 5359 0035	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA SE TIJUCO PRETO (SP) - (3º BANCO DE AUTOTRANSFORMADORES 750/500 KV COM 1.650 MVA) - NO ESTADO DE SAO PAULO							8.680.773
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 13	1	4 - INV	90	0	495		8.680.773
25 752	0296 5361	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE CACHOEIRA PAULISTA (SP) A ADRIANOPOLIS (RJ), 3º CIRCUITO, COM APROXIMADAMENTE 177 KM DE LT EM 500 KV E SUBESTACOES ASSOCIADAS							22.332.404
25 752	0296 5361 0030	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE CACHOEIRA PAULISTA (SP) A ADRIANOPOLIS (RJ), 3º CIRCUITO, COM APROXIMADAMENTE 177 KM DE LT EM 500 KV E SUBESTACOES ASSOCIADAS - NA REGIAO SUDESTE							22.332.404
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 17	1	4 - INV	90	0	495		22.332.404
25 752	0296 7164	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO OURO PRETO (MG) - VITORIA (ES) - (370 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS DE 345 KV)							10.672.945
25 752	0296 7164 0030	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO OURO PRETO (MG) - VITORIA (ES) - (370 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS DE 345 KV) - NA REGIAO SUDESTE							10.672.945
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 7	1	4 - INV	90	0	495		10.672.945

## 0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL

21.071.986

		PROJETOS						
25	752	0298 5363	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA SE SAMAMBAIA - (DF) (3 BANCOS DE CAPACITORES SERIE, 500 KV - 774 MVAR)					17.262.552
25	752	0298 5363 0050	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA SE SAMAMBAIA - (DF) (3 BANCOS DE CAPACITORES SERIE, 500 KV - 774 MVAR) - NA REGIÃO CENTRO-OESTE					17.262.552
			OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 16	1	4 - INV	90	0	495
25	752	0298 5365	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA SE BANDEIRANTE - (GO) (ACRESCIMO DE 1 BANCO DE AUTOTRANSFORMADORES DE 345/230 KV - 225 MVA)					3.809.434
25	752	0298 5365 0050	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA SE BANDEIRANTE - (GO) (ACRESCIMO DE 1 BANCO DE AUTOTRANSFORMADORES DE 345/230 KV - 225 MVA) - NA REGIÃO CENTRO-OESTE					3.809.434
			OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 16	1	4 - INV	90	0	495
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								2.647.539
		ATIVIDADES						
25	752	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					2.647.539
25	752	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL					2.647.539
				1	4 - INV	90	0	495
TOTAL - INVESTIMENTO								137.516.327

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S. A.

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.792.564.945

## QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA | 2.792.564.945

## QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	151.534.063
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	358.085.075
692 COMERCIALIZAÇÃO	15.400.000
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	2.080.347
753 PETRÓLEO	1.608.119.847
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	657.345.613

## QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GAS NATURAL E ALCOOL	15.400.000
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GAS NATURAL	1.407.523.377
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GAS NATURAL - CONPET	2.080.347
0288 REFINO DE PETRÓLEO	358.085.075
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL	657.345.613
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	151.534.063
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	280.596.470

## QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 2.792.564.945

TOTAL

| 2.792.564.945

## QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.146.167.114
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.346.167.114
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.346.167.114
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	800.000.000
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	800.000.000
TOTAL DA RECEITA	2.146.167.114
RECEITAS CORRENTES	1.346.167.114
RECEITAS DE CAPITAL	800.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S. A.

ANEXO 1

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL</b>								<b>15.400.000</b>
<b>PROJETOS</b>								
25 692	0283 3336	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BUNKER						15.400.000
25 692	0283 3336 0001	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BUNKER - NACIONAL						15.400.000
		ESTABELECIMENTO IMPLANTADO (UNIDADE) 2	1	4 - INV	90	0	495	15.400.000
<b>0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL</b>								<b>1.407.523.377</b>
<b>ATIVIDADES</b>								
25 753	0286 2753	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUL (CAPACIDADE INSTALADA DE 6 MIL BPD)						6.615.179
25 753	0286 2753 0040	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUL (CAPACIDADE INSTALADA DE 6 MIL BPD) - NA REGIAO SUL						6.615.179
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	6.615.179
25 753	0286 2759	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 1.560 MIL BPD)						288.724.800
25 753	0286 2759 0030	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO SUDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 1.560 MIL BPD) - NA REGIAO SUDESTE						288.724.800
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	288.724.800
25 753	0286 4109	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL						183.630.998
25 753	0286 4109 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						183.630.998
			1	4 - INV	90	0	495	183.630.998
25 753	0286 4237	MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DOS SISTEMAS DE SEGURANCA, DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SAUDE NAS ATIVIDADES DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						18.115.965
25 753	0286 4237 0001	MANUTENCAO E APERFEICOAMENTO DOS SISTEMAS DE SEGURANCA, DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SAUDE NAS ATIVIDADES DE EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						18.115.965
			1	4 - INV	90	0	495	18.115.965
25 753	0286 4393	EXPLORACAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						566.076.149
25 753	0286 4393 0001	EXPLORACAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						566.076.149
		POCO EXPLORATORIO PERFURADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	90	0	495	566.076.149
<b>PROJETOS</b>								
25 753	0286 1119	DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE RONCADOR (RJ) (PRODUCAO DE 80 MIL BPD EM 2003)						185.744.073
25 753	0286 1119 0033	DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE RONCADOR (RJ) (PRODUCAO DE 80 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						185.744.073
		SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	90	0	495	185.744.073
25 753	0286 3095	DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NOS CAMPOS PETROLIFEROS DE BARRACUDA E CARATINGA (RJ) (PRODUCAO DE 70 MIL BPD EM 2003)						20.701.084
25 753	0286 3095 0033	DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NOS CAMPOS PETROLIFEROS DE BARRACUDA E CARATINGA (RJ) (PRODUCAO DE 70 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						20.701.084
		SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	90	0	495	20.701.084

25 753	0286 3317	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM SUL (RJ) (PRODUÇÃO DE 180 MIL BPD EM 2003)							137.915.129
25 753	0286 3317 0033	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NO CAMPO PETROLÍFERO DE MARLIM SUL (RJ) (PRODUÇÃO DE 180 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							137.915.129
		SISTEMA DE PRODUÇÃO IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	90	0	495		137.915.129
<b>0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPLI</b>									<b>2.080.347</b>
		ATIVIDADES							
25 751	0287 4394	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PARA RACIONALIZAÇÃO DO USO DA ENERGIA NAS ATIVIDADES DA PETROBRAS							2.080.347
25 751	0287 4394 0001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA PARA RACIONALIZAÇÃO DO USO DA ENERGIA NAS ATIVIDADES DA PETROBRAS - NACIONAL							2.080.347
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495		2.080.347
<b>0288 REFINO DE PETRÓLEO</b>									<b>358.085.075</b>
		ATIVIDADES							
25 662	0288 2767	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO							53.480.100
25 662	0288 2767 0001	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL							53.480.100
			1	4 - INV	90	0	495		53.480.100
25 662	0288 4108	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO							22.253.400
25 662	0288 4108 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NACIONAL							22.253.400
			1	4 - INV	90	0	495		22.253.400
		PROJETOS							
25 662	0288 3129	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIFE (BA)							15.757.990
25 662	0288 3129 0029	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA LANDULPHO ALVES DE MATARIFE (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							15.757.990
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	90	0	495		15.757.990
25 662	0288 3135	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ)							60.029.593
25 662	0288 3135 0033	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DUQUE DE CAXIAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							60.029.593
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	90	0	495		60.029.593
25 662	0288 3143	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG)							52.740.984
25 662	0288 3143 0031	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA GABRIEL PASSOS (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							52.740.984
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	90	0	495		52.740.984
25 662	0288 3151	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP)							1.096.300
25 662	0288 3151 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO							1.096.300
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	90	0	495		1.096.300
25 662	0288 3155	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE PAULÍNIA (SP)							141.744.608
25 662	0288 3155 0035	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA DE PAULÍNIA (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO							141.744.608
		REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	90	0	495		141.744.608
25 662	0288 3161	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS (PR)							10.982.100
25 662	0288 3161 0041	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA REFINARIA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS (PR) - NO ESTADO DO PARANÁ							10.982.100
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	90	0	495		10.982.100



## 0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL

657.345.613

		ATIVIDADES					
25 785	0289 4107	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL					138.446.953
25 785	0289 4107 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495
25 785	0289 4451	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO					423.800.000
25 785	0289 4451 0001	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495
		PROJETOS					
25 785	0289 1027	IMPLANTAÇÃO DE OLEODUTO REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - ILHA D'ÁGUA (RJ) DE 15 KM					62.164.000
25 785	0289 1027 0033	IMPLANTAÇÃO DE OLEODUTO REFINARIA DUQUE DE CAXIAS - ILHA D'ÁGUA (RJ) DE 15 KM - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	90	0	495
25 785	0289 1123	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE RECUPERADORA DE LÍQUIDOS EM CABIUNAS (RJ)					4.484.270
25 785	0289 1123 0033	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE RECUPERADORA DE LÍQUIDOS EM CABIUNAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	90	0	495
25 785	0289 5159	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIÃO SUDESTE					28.450.390
25 785	0289 5159 0030	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIÃO SUDESTE - NA REGIÃO SUDESTE	1	4 - INV	90	0	495

## 0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO

151.534.063

		ATIVIDADES					
25 572	0480 2005	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE					4.285.217
25 572	0480 2005 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495
25 572	0480 4112	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO					114.803.111
25 572	0480 4112 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495
25 572	0480 4113	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE REFINO					6.423.090
25 572	0480 4113 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE REFINO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495

25 572	0480 4115	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS DEMAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE PETRÓLEO						26.022.645
25 572	0480 4115 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS DEMAIS ATIVIDADES DA ÁREA DE PETRÓLEO - NACIONAL						26.022.645
		PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE) 16	1	4 - INV	90	0	495	26.022.645
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>								<b>200.596.470</b>
		<b>ATIVIDADES</b>						
25 753	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						44.823.548
25 753	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	44.823.548
25 753	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						155.372.956
25 753	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	155.372.956
		<b>PROJETOS</b>						
25 753	0807 1171	IMPLANTACAO DO COMERCIO ELETRONICO NA PETROBRAS						399.966
25 753	0807 1171 0001	IMPLANTACAO DO COMERCIO ELETRONICO NA PETROBRAS - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	399.966
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)						399.966
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>2.792.564.945</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A.

<b>ANEXO I</b>	<b>CREDITO SUPLEMENTAR</b>
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)</b>	<b>RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00</b>
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.245.301</b>	
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>	
23 COMERCIO E SERVICOS	2.245.301
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES</b>	
692 COMERCIALIZACAO	2.245.301
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>	
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GAS NATURAL E ALCOOL	1.850.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	395.301
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	2.245.301
<b>TOTAL</b>	<b>2.245.301</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A.

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA - ACAA/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL								1.850.000
		PROJETOS						
23 692	0283 3351	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES						1.850.000
23 692	0283 3351 0030	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES - NA REGIAO SUDESTE						1.850.000
		UNIDADE IMPLANTADA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	1.850.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								395.301
		ATIVIDADES						
23 692	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						395.301
23 692	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						395.301
			1	4 - INV	90	0	495	395.301
TOTAL - INVESTIMENTO								2.245.301

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 895.940			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			895.940
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
752 ENERGIA ELETRICA			895.940
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE			895.940
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			895.940
TOTAL			895.940

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE								895.940
		PROJETOS						
25 752	0294 3407	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI						895.940
25 752	0294 3407 0022	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI						895.940
		REDE AMPLIADA (KM) 18	1	4 - INV	90	0	495	895.940
TOTAL - INVESTIMENTO								895.940

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S. A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.159.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			2.159.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES			
752 ENERGIA ELETRICA			2.159.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS			2.159.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		}	2.159.000
TOTAL			2.159.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S. A.

## ANEXO I

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA. ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VAI OR
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS								2.159.000
		ATIVIDADES						
25 752	0297 2775	MANUTENCAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA						1.040.000
25 752	0297 2775 0011	MANUTENCAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA						1.040.000
			1	4 - INV	90	0	495	1.040.000
		PROJETOS						
25 752	0297 3404	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA						1.119.000
25 752	0297 3404 0011	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA REDE AMPLIADA (KM) 5						1.119.000
			1	4 - INV	90	0	495	1.119.000
TOTAL - INVESTIMENTO								2.159.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S. A.

## ANEXO I

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.462.818

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
26 TRANSPORTE

14.462.818

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO  
785 TRANSPORTES ESPECIAIS

10.808.818

3.654.000

## QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL  
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

3.654.000

9.477.518

1.331.300

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

14.462.818

TOTAL

14.462.818



ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S. A.

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL</b>								<b>3.654.000</b>
		PROJETOS						
26 785	0289 1045	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DE DUTOS E TERMINAIS						3.654.000
26 785	0289 1045 0001	IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DE DUTOS E TERMINAIS - NACIONAL						3.654.000
		INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	90	0	495	3.654.000
<b>0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS</b>								<b>9.477.518</b>
		PROJETOS						
26 784	0290 1061	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE NAVIOS						9.477.518
26 784	0290 1061 0033	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE NAVIOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						9.477.518
		NAVIO MODERNIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 15	1	4 - INV	90	0	495	9.477.518
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>								<b>1.331.300</b>
		PROJETOS						
26 784	0807 1059	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACOES PARA GESTAO EMPRESARIAL E CONTROLE OPERACIONAL						1.331.300
26 784	0807 1059 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE INFORMACOES PARA GESTAO EMPRESARIAL E CONTROLE OPERACIONAL - NACIONAL						1.331.300
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - INV	90	0	495	1.331.300
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>14.462.818</b>

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 10.551.680

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

26 TRANSPORTE | 10.551.680

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 10.551.680

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0229 CORREDOR SAO FRANCISCO | 2.800.000  
0235 CORREDOR NORDESTE | 1.771.711  
0237 CORREDOR ARAGUAIA - TOCANTINS | 5.979.969

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS

39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA | 2.800.000  
39215 COMPANHIA DOCAS DO PARA | 5.979.969  
39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE | 1.771.711

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 10.551.680

TOTAL

| 10.551.680

<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>			
6.0.00.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		9.551.680
6.1.00.00.00	RECURSOS PROPRIOS		9.201.711
6.1.1.0.00.00	GERACAO PROPRIA		9.201.711
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		349.969
6.2.1.0.00.00	TESOURO		349.969
6.2.1.3.0.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES		349.969
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>9.551.680</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.201.711</b>
		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>349.969</b>

**ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES**

UNIDADE : 39212 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.800.000**

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>	
26 TRANSPORTE	2.800.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	2.800.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b>	
<b>0229 CORREDOR SAO FRANCISCO</b>	<b>2.800.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
<b>495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO</b>	<b>2.800.000</b>

<b>TOTAL</b>	<b>2.800.000</b>
--------------	------------------

<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		2.800.000
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PROPRIOS		2.800.000
6.1.1.0.00.00	GERACAO PROPRIA		2.800.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>2.800.000</b>	
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.800.000</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>
			0

**ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES**

UNIDADE : 39212 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	MOD	U	FT E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-----	------	-----	---	------	-------

0229 CORREDOR SAO FRANCISCO

**2.800.000**

		PROJETOS						
26 784	0229 3308	RECUPERACAO E MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA DO PORTO DE ARATU (BA)						800.000
26 784	0229 3308 0029	RECUPERACAO E MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA DO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA	1	4 - INV	90	0	495	800.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3						
26 784	0229 3313	RECUPERACAO E MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA DO PORTO DE SALVADOR						2.000.000
26 784	0229 3313 0029	RECUPERACAO E MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA DO PORTO DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA	1	4 - INV	90	0	495	2.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 50						

**TOTAL - INVESTIMENTO**

2.800.000





ORGÃO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGÃO : R\$ 64.766.501

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES  
24 COMUNICAÇÕES

| 64.766.501

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES  
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS

| 64.766.501

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0256 SERVIÇOS POSTAIS

| 13.200.000

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

| 51.566.501

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

| 64.766.501

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

| 64.766.501

TOTAL

| 64.766.501

ORGÃO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 64.766.501

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES  
24 COMUNICAÇÕES

| 64.766.501

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES  
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS

| 64.766.501

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0256 SERVIÇOS POSTAIS

| 13.200.000

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

| 51.566.501

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

| 64.766.501

TOTAL

| 64.766.501

ORGÃO : 41000 - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00



FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	MOD	I U	FTE	VALOR
<b>0256 SERVICOS POSTAIS</b>								<b>13.200.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>						
24 721	0256 4095	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO						10.000.000
24 721	0256 4095 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL	I	4 - INV	90	0	495	10.000.000
		<b>PROJETOS</b>						
24 721	0256 3228	MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO						3.200.000
24 721	0256 3228 0001	MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL	I	4 - INV	90	0	495	3.200.000
		INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2						3.200.000

**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO****51.566.501**

		<b>ATIVIDADES</b>						
24 721	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						285.000
24 721	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	I	4 - INV	90	0	495	285.000
24 721	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						51.281.501
24 721	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	I	4 - INV	90	0	495	51.281.501
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>64.766.501</b>

**ANEXO II****CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00****QUADRO SINTESE POR FUNCOES**

22 INDÚSTRIA	270.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	149.489.651
24 COMUNICAÇÕES	66.214.292
25 ENERGIA	5.608.049.678
26 TRANSPORTE	169.838.630
<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>5.993.862.251</b>

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**

662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	4.237.000
692 COMERCIALIZAÇÃO	149.489.651
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS	66.214.292
752 ENERGIA ELÉTRICA	588.164.550
753 PETRÓLEO	4.333.139.748
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	169.838.630
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	682.778.380
<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>5.993.862.251</b>

<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES</b>	
22 INDÚSTRIA	270.000
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	270.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	149.489.651
692 COMERCIALIZAÇÃO	149.489.651
24 COMUNICAÇÕES	66.214.292
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS	66.214.292
25 ENERGIA	5.608.049.678
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3.967.000
752 ENERGIA ELÉTRICA	588.164.550
753 PETRÓLEO	4.333.139.748
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	682.778.380
26 TRANSPORTE	169.838.630
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	169.838.630
<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>5.993.862.251</b>

<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>	
0237 CORREDOR ARAGUAIA - TOCANTINS	1.000.000
0256 SERVIÇOS POSTAIS	59.414.292
0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	2.363.215.456
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL	141.849.884
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.941.188.286
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET	1.575.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO	3.967.000
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL	682.778.380
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	166.389.880
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE	25.592.000
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE	160.038
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	68.944.055
0295 ENERGIA NO EIXO SUL	12.218.940
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE	215.994.043
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	210.802.611
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL	21.212.038
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	5.950.010
0501 QUALIDADE AMBIENTAL	11.486.949
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	58.022.389
7006 LUZ NO CAMPO	2.101.000
<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>5.993.862.251</b>

<b>QUADRO SINTESE POR ORGAO</b>	
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	5.926.647.959
39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	1.000.000
41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	66.214.292
<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>5.993.862.251</b>

<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	5.079.012.758
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.924.285.007
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.924.285.007
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.700.011
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA	90.700.011
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	1.797.224.263
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	1.797.224.263
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	1.266.803.477
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA	1.266.803.477
<b>TOTAL DA RECEITA...5.079.012.758 RECEITAS CORRENTES...1.924.285.007 RECEITAS DE CAPITAL...3.154.727.751</b>	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 5.926.647.959

<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>	
22 INDÚSTRIA	270.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	149.489.651
25 ENERGIA	5.608.049.678
26 TRANSPORTE	168.838.630

<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>	
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	4.237.000
692 COMERCIALIZAÇÃO	149.489.651
752 ENERGIA ELÉTRICA	588.164.550
753 PETRÓLEO	4.333.139.748
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	168.838.630
785 TRANSPORTES ESPECIAIS	682.778.380

## QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	2.363.215.456
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ALCOOL	141.849.884
0286 OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.941.188.286
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL - CONPET	1.575.000
0288 REFINO DE PETRÓLEO	3.967.000
0289 TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL	682.778.380
0290 TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS	166.389.880
0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE	25.592.000
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE	160.038
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	68.944.055
0295 ENERGIA NO EIXO SUL	12.218.940
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE	215.994.043
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	210.802.611
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL	21.212.038
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO	5.950.010
0501 QUALIDADE AMBIENTAL	11.486.949
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	51.222.389
7006 LUZ NO CAMPO	2.101.000

## QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S. A.	73.876.578
32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S. A.	18.000.000
32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S. A.	149.361.000
32225 EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL S. A.	3.514.940
32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	59.600.115
32228 FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S. A.	175.497.490
32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.	646.397.831
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A.	149.489.651
32240 PETROBRAS GÁS S. A.	250.000
32241 PETROBRAS INTERNACIONAL S. A.	2.354.864.259
32242 PETROBRAS QUÍMICA S. A.	20.000
32248 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS	2.101.000
32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	895.940
32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA S. A.	5.613.487
32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA - BRASIL S. A.	376.155.863
32273 MANAUS ENERGIA S. A.	41.000.000
32274 PETROBRAS TRANSPORTE S. A.	84.019.636
32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY	84.819.000
32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA	8.704.000
32277 COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS	50.000.000
32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY	1.634.641.978
32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S. A.	474.000
32285 S283 PARTICIPAÇÕES LTDA	7.351.197

## QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	5.926.647.959
---	---------------

TOTAL	5.926.647.959
-------	---------------

## QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	5.077.564.967
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	1.922.837.216
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	1.922.837.216
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.700.011
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA	90.700.011
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	1.797.224.263
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS	1.797.224.263
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	1.266.803.477
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA	1.266.803.477
TOTAL DA RECEITA 5.077.564.967 RECEITAS CORRENTES 1.922.837.216 RECEITAS DE CAPITAL 3.154.727.751	

ÓRGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S. A.

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 73.876.578

## QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

25 ENERGIA	73.876.578
------------	------------

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCÖES					
752 ENERGIA ELETRICA				73.876.578	
<hr/>					
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS					
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE				73.355.578	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO				521.000	
<hr/>					
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA					
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO				73.876.578	
<hr/>					
TOTAL				73.876.578	
<hr/>					
QUADRO SINTESE POR RECEITA					
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO				63.000.000	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS				61.303.692	
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA				61.303.692	
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO				1.696.308	
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA				1.696.308	
TOTAL DA RECEITA	63.000.000	RECEITAS CORRENTES	61.303.692	RECEITAS DE CAPITAL	1.696.308

UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S. A.

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA: ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	V A L O R
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE								73.355.578
		PROJETOS						
25 752	0296 1853	SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ)						22.026.550
25 752	0296 1853 0033	SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						22.026.550
		GERADOR SUBSTITUIDO (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	90	0	495	22.026.550
25 752	0296 3233	IMPLANTACAO DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III (RJ) DE 1.309 MW						51.329.028
25 752	0296 3233 0033	IMPLANTACAO DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III (RJ) DE 1.309 MW - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						51.329.028
		UNIDADE IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	90	0	495	51.329.028
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								521.000
		ATIVIDADES						
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						200.000
25 752	0807 4102 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						200.000
			1	4 - INV	90	0	495	200.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						321.000
25 752	0807 4103 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						321.000
			1	4 - INV	90	0	495	321.000
TOTAL - INVESTIMENTO								73.876.578

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S. A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 18.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA | 18.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | 18.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 18.000.000

TOTAL | 18.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S. A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS								18.000.000
		PROJETOS						
25 752	0297 1037	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA DE ENERGIA ELETRICA NO AMAZONAS						18.000.000
25 752	0297 1037 0002	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA DE ENERGIA ELETRICA NO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS						18.000.000
		INFRA-ESTRUTURA REALIZADA (%)	1	4 - INV	90	0	495	18.000.000
		90						
TOTAL - INVESTIMENTO								18.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S. A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 149.361.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 149.361.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA | 149.361.000



**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**

0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE	25.592.000
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE	16.448.000
0397 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS	98.821.000
8807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	8.500.000

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	149.361.000
---	-------------

<b>TOTAL</b>	<b>149.361.000</b>
--------------	--------------------

**QUADRO SINTESE POR RECEITA**

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	149.361.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS	149.361.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA	149.361.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b> 149.361.000 <b>RECEITAS CORRENTES</b> 149.361.000 <b>RECEITAS DE CAPITAL</b> 0	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S. A.

**ANEXO II**

**CREDITO SUPLEMENTAR**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0291 ENERGIA NO EIXO ARCO NORTE</b>								<b>25.592.000</b>
25 752	0291 1885	RECAPACITACAO DAS UNIDADES GERADORAS 1 E 2 DA USINA HIDRELETRICA (UHE) COARACY NUNES (ACRESCIMO DE 4 MW)						4.000.000
25 752	0291 1885 0016	RECAPACITACAO DAS UNIDADES GERADORAS 1 E 2 DA USINA HIDRELETRICA (UHE) COARACY NUNES (ACRESCIMO DE 4 MW) - NO ESTADO DO AMAPA						4.000.000
		UNIDADE RECAPACITADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	90	0	495	4.000.000
25 752	0291 3243	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA, COM APROXIMADAMENTE 524 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 330 MVA						21.192.000
25 752	0291 3243 0016	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA, COM APROXIMADAMENTE 524 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 330 MVA - NO ESTADO DO AMAPA						21.192.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 9	1	4 - INV	90	0	495	21.192.000
25 752	0291 3366	IMPLANTACAO DE REFORCOS NA SUBESTACAO BOA VISTA, PARA REPASSE DE ENERGIA ELETRICA AO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE RORAIMA (CER)						400.000
25 752	0291 3366 0014	IMPLANTACAO DE REFORCOS NA SUBESTACAO BOA VISTA, PARA REPASSE DE ENERGIA ELETRICA AO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE RORAIMA (CER) - NO ESTADO DE RORAIMA						400.000
		VAO IMPLANTADO (UNIDADE) 2	1	4 - INV	90	0	495	400.000

**0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE**

**16.448.000**

		PROJETOS						
25 752	0294 1891	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHÃO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 600 MVA)						16.448.000
25 752	0294 1891 0021	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHÃO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE 600 MVA) - NO ESTADO DO MARANHÃO						16.448.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	90	0	495	16.448.000
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS								98.821.000
		ATIVIDADES						
25 752	0297 4462	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (8.045 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E 17.943 MVA DE SUBESTAÇÕES)						1.400.000
25 752	0297 4462 0010	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (8.045 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E 17.943 MVA DE SUBESTAÇÕES) - NA REGIÃO NORTE						1.400.000
			1	4 - INV	90	0	495	1.400.000
25 752	0297 4467	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (4.960 MW DE CAPACIDADE INSTALADA)						5.270.000
25 752	0297 4467 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (4.960 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) - NACIONAL						5.270.000
			1	4 - INV	90	0	495	5.270.000
		PROJETOS						
25 752	0297 1035	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM MANAUS						15.000.000
25 752	0297 1035 0002	INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS						15.000.000
		INFRA-ESTRUTURA REALIZADA (%) 100	1	4 - INV	90	0	495	15.000.000
25 752	0297 1879	RECAPACITAÇÃO DAS UNIDADES GERADORAS DO PARQUE TÉRMICO DE RONDONIA (ACRESCIMO DE 18 MW)						3.000.000
25 752	0297 1879 0011	RECAPACITAÇÃO DAS UNIDADES GERADORAS DO PARQUE TÉRMICO DE RONDONIA (ACRESCIMO DE 18 MW) - NO ESTADO DE RONDONIA						3.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 8	1	4 - INV	90	0	495	3.000.000
25 752	0297 1881	RECAPACITAÇÃO DAS UNIDADES GERADORAS DO PARQUE TÉRMICO DO ACRE						1.000.000
25 752	0297 1881 0012	RECAPACITAÇÃO DAS UNIDADES GERADORAS DO PARQUE TÉRMICO DO ACRE - NO ESTADO DO ACRE						1.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	1	4 - INV	90	0	495	1.000.000
25 752	0297 1897	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS)						56.881.000
25 752	0297 1897 0015	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) - NO ESTADO DO PARA						56.881.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 8	1	4 - INV	90	0	495	56.881.000
25 752	0297 3242	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO RONDONIA/ACRE (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 1.300 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E REFORÇOS DE 1.963 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS)						16.270.000
25 752	0297 3242 0010	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO RONDONIA/ACRE (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 1.300 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E REFORÇOS DE 1.963 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) - NA REGIÃO NORTE						16.270.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	90	0	495	16.270.000

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

8.500.000

		ATIVIDADES						
25 752	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS						1.500.000
25 752	0807 4101 0001	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL						1.500.000
			1	4 - INV	90	0	495	1.500.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						1.500.000
25 752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						1.500.000
			1	4 - INV	90	0	495	1.500.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						5.500.000
25 752	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL						5.500.000
			1	4 - INV	90	0	495	5.500.000
TOTAL - INVESTIMENTO								149.361.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32225 - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S. A.

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.514.940

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA

3.514.940

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

752 ENERGIA ELETRICA

3.514.940

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0295 ENERGIA NO EIXO SUL

3.514.940

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

3.514.940

TOTAL

3.514.940

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

3.514.940

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS

3.514.940

6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA

3.514.940

TOTAL DA RECEITA

3.514.940

RECEITAS CORRENTES

3.514.940

RECEITAS DE CAPITAL

0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32225 - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL S. A.

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

## 0295 ENERGIA NO EIXO SUL

3.514.940

		PROJETOS						
25 752	0295 3250	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO SUL (467 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E 500 KV E SUBESTACOES COM 2. 807 MVA)						3.514.940
25 752	0295 3250 0040	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO SUL (467 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E 500 KV E SUBESTACOES COM 2. 807 MVA) - NA REGIAO SUL						3.514.940
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	90	0	495	3.514.940
TOTAL - INVESTIMENTO								3.514.940

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 59.600.115

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA

59.600.115

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES

752 ENERGIA ELETRICA

59.600.115

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE

51.600.115

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

8.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

59.600.115

TOTAL

59.600.115

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

59.600.115

6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO

59.600.115

6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA

59.600.115

TOTAL DA RECEITA 59.600.115 RECEITAS CORRENTES

0 RECEITAS DE CAPITAL

59.600.115

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

**0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE**

**51.600.115**

		ATIVIDADES						
25 752	0294 4476	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (10. 407 MW DE CAPACIDADE INSTALADA)						10.753.589
25 752	0294 4476 0020	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (10. 407 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) - NA REGIAO NORDESTE	I	4 - INV	90	0	495	10.753.589
		PROJETOS						
25 752	0294 3370	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE (2. 833 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E DE 58 SUBESTACOES COM 6. 889 MVA)						12.400.883
25 752	0294 3370 0020	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE (2. 833 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 230 KV E DE 58 SUBESTACOES COM 6. 889 MVA) - NA REGIAO NORDESTE	I	4 - INV	90	0	495	12.400.883
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1						
25 752	0294 5107	SISTEMA DE TRANSMISSAO DO NORDESTE - IMPLANTACAO DE 4 SUBESTACOES SECCIONADORAS DE 230 KV						20.317.944
25 752	0294 5107 0020	SISTEMA DE TRANSMISSAO DO NORDESTE - IMPLANTACAO DE 4 SUBESTACOES SECCIONADORAS DE 230 KV - NA REGIAO NORDESTE	I	4 - INV	90	0	495	20.317.944
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 26						
25 752	0294 5482	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO: PRESIDENTE DUTRA (MA) - TERESINA - FORTALEZA II (LT DE 500 KW - 1º CIRCUITO P. DUTRA/FORTALEZA, APROX. 750 KM, 2º CIRCUITO EMERGENCIAL P. DUTRA/TERESINA APROX. 210 KM - E 3 SES ASSOCIADAS, COM 2. 550 MVA)						8.127.699
25 752	0294 5482 0020	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO: PRESIDENTE DUTRA (MA) - TERESINA - FORTALEZA II (LT DE 500 KW - 1º CIRCUITO P. DUTRA/FORTALEZA, APROX. 750 KM, 2º CIRCUITO EMERGENCIAL P. DUTRA/TERESINA APROX. 210 KM - E 3 SES ASSOCIADAS, COM 2. 550 MVA) - NA REGIAO NORDESTE	I	4 - INV	90	0	495	8.127.699
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1						

**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO**

**8.000.000**

		ATIVIDADES						
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						8.000.000
25 752	0807 4102 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO NORDESTE	I	4 - INV	90	0	495	8.000.000

**TOTAL - INVESTIMENTO**

**59.600.115**

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32228 - FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S. A.

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 175.497.490

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES  
25 ENERGIA

175.497.490

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES  
752 ENERGIA ELÉTRICA

175.497.490

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE  
0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE  
0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL  
0501 QUALIDADE AMBIENTAL160.038  
142.638.465  
21.212.038  
11.486.949QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

175.497.490

TOTAL

175.497.490

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS  
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA  
TOTAL DA RECEITA 37.981.163 RECEITAS CORRENTES 37.981.163 RECEITAS DE CAPITAL37.981.163  
37.981.163  
37.981.163  
0

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32228 - FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S. A.

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CRÉDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0292 ENERGIA NOS EIXOS DO CENTRO-OESTE								160.038
25 752	0292 3288	OBRAS COMPLEMENTARES NA ÁREA DO RESERVATÓRIO DO APROVEITAMENTO MÚLTIPLO MANSO (MT)						160.038
25 752	0292 3288 0051	OBRAS COMPLEMENTARES NA ÁREA DO RESERVATÓRIO DO APROVEITAMENTO MÚLTIPLO MANSO (MT) - NO ESTADO DO MATO GROSSO						160.038
		OBRA REALIZADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	90	0	495	160.038



## 0296 ENERGIA NA REDE SUDESTE

142.638.465

		ATIVIDADES					
25 752	0296 2192	REFORÇO NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO					56.056.950
25 752	0296 2192 0030	REFORÇO NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO - NA REGIÃO SUDESTE					56.056.950
		SISTEMA REFORÇADO (%) 45	1	4 - INV	90	0	56.056.950
25 752	0296 2194	REFORÇO NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS					32.751.619
25 752	0296 2194 0030	REFORÇO NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS - NA REGIÃO SUDESTE					32.751.619
		SISTEMA REFORÇADO (%) 46	1	4 - INV	90	0	32.751.619
25 752	0296 2196	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA					8.371.822
25 752	0296 2196 0001	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL					8.371.822
		SISTEMA ADEQUADO (%) 23	1	4 - INV	90	0	8.371.822
25 752	0296 2198	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA					24.001.724
25 752	0296 2198 0001	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL					24.001.724
		SISTEMA ADEQUADO (%) 24	1	4 - INV	90	0	24.001.724

		PROJETOS					
25 752	0296 3360	SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU (PR) - SÃO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750KV FOZ - IVAIPORA III, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II)					3.573.403
25 752	0296 3360 0001	SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ITAIPU (PR) - SÃO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750KV FOZ - IVAIPORA III, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II) - NACIONAL					3.573.403
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	90	0	3.573.403
25 752	0296 5117	IMPLANTAÇÃO DO CICLO COMBINADO DA UTE ROBERTO SILVEIRA - CAMPOS (RJ) COM ACRESCIMO DE 80 MW					6.567.843
25 752	0296 5117 0033	IMPLANTAÇÃO DO CICLO COMBINADO DA UTE ROBERTO SILVEIRA - CAMPOS (RJ) COM ACRESCIMO DE 80 MW - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					6.567.843
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 45	1	4 - INV	90	0	6.567.843
25 752	0296 5119	IMPLANTAÇÃO DO CICLO COMBINADO DA UTE SÃO GONÇALO (RJ) COM ACRESCIMO DE 193 MW					11.315.104
25 752	0296 5119 0033	IMPLANTAÇÃO DO CICLO COMBINADO DA UTE SÃO GONÇALO (RJ) COM ACRESCIMO DE 193 MW - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					11.315.104
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 48	1	4 - INV	90	0	11.315.104

## 0298 INTEGRAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL

21.212.038

		ATIVIDADES					
25 752	0298 2200	REFORÇO NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DO ESTADO DE GOIÁS E DO DISTRITO FEDERAL					21.212.038
25 752	0298 2200 0050	REFORÇO NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DO ESTADO DE GOIÁS E DO DISTRITO FEDERAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE					21.212.038
		SISTEMA REFORÇADO (%) 57	1	4 - INV	90	0	21.212.038

0501 QUALIDADE AMBIENTAL							11.486.949
		PROJETOS					
25 752	0501 5513	ESTUDO DE VIABILIDADE ENERGETICA E DE PRESERVACAO AMBIENTAL					11.486.949
25 752	0501 5513 0030	ESTUDO DE VIABILIDADE ENERGETICA E DE PRESERVACAO AMBIENTAL - NA REGIAO SUDESTE					11.486.949
		ESTUDO REALIZADO (%) 12	1	4 - INV	90	0	495
TOTAL - INVESTIMENTO							175.497.490

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S. A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 646.397.831

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 646.397.831

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 3.493.000  
753 PETROLEO | 336.282.314  
785 TRANSPORTES ESPECIAIS | 306.622.517

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL | 306.546.308  
0288 REFINO DE PETROLEO | 3.493.000  
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL | 306.622.517  
0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA AREA DE PETROLEO | 5.950.010  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 23.785.996

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 646.397.831

TOTAL | 646.397.831

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32230 - PETROLEO BRASILEIRO S. A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL								
306.546.308								

		ATIVIDADES						
25 753	0286 2751	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 60 MIL BPD)						101.738.149
25 753	0286 2751 0010	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 60 MIL BPD) - NA REGIAO NORTE						101.738.149
		SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495	101.738.149

25 753	0286 2761	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 270 MIL BPD)							139.055.090
25 753	0286 2761 0020	MANUTENCAO E RECUPERACAO DOS SISTEMAS DE PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NA REGIAO NORDESTE (CAPACIDADE INSTALADA DE 270 MIL BPD) - NA REGIAO NORDESTE SISTEMA MANTIDO (%)	1	4 - INV	90	0	495		139.055.090
		PROJETOS							
25 753	0286 3312	DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE MARLIM (RJ) (PRODUCAO DE 570 MIL BPD EM 2003)							65.753.069
25 753	0286 3312 0033	DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO DE OLEO E GAS NATURAL NO CAMPO PETROLIFERO DE MARLIM (RJ) (PRODUCAO DE 570 MIL BPD EM 2003) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SISTEMA DE PRODUCAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	90	0	495		65.753.069
		PROJETOS							
<b>0288 REFINO DE PETROLEO</b>									<b>3.493.000</b>
		PROJETOS							
25 662	0288 3125	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATAO (SP)							3.380.000
25 662	0288 3125 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATAO (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	90	0	495		3.380.000
25 662	0288 3157	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE CAPUAVA (SP)							113.000
25 662	0288 3157 0035	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DO SISTEMA DE PRODUCAO DA REFINARIA DE CAPUAVA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO REFINARIA ADAPTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	90	0	495		113.000
		PROJETOS							
<b>0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL</b>									<b>306.622.517</b>
		PROJETOS							
25 785	0289 3103	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE COMPRESSAO DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA DE I PARA 1,45 MILHAO DE M3/DIA							110.400.000
25 785	0289 3103 0032	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE COMPRESSAO DO GASODUTO LAGOA PARDA - VITORIA DE I PARA 1,45 MILHAO DE M3/DIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	90	0	495		110.400.000
25 785	0289 3109	IMPLANTACAO DE DUTO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP) URUCU - COARI (AM) DE 280 KM							40.972.516
25 785	0289 3109 0013	IMPLANTACAO DE DUTO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP) URUCU - COARI (AM) DE 280 KM - NO ESTADO DO AMAZONAS DUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 34	1	4 - INV	90	0	495		40.972.516
25 785	0289 3165	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE COLETA (1.500 M3) E PROCESSAMENTO (1.000 M3/DIA) DE GAS NATURAL DE CABIUNAS (RJ)							5.999.994
25 785	0289 3165 0033	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE COLETA (1.500 M3) E PROCESSAMENTO (1.000 M3/DIA) DE GAS NATURAL DE CABIUNAS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 99	1	4 - INV	90	0	495		5.999.994

25 785	0289 3441	IMPLANTACAO DE OLEODUTO BARRA DO FURADO (RJ) - CAMPOS ELISIOS (RJ) - REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP) DE 480 KM							139.250.007
25 785	0289 3441 0030	IMPLANTACAO DE OLEODUTO BARRA DO FURADO (RJ) - CAMPOS ELISIOS (RJ) - REFINARIA DO VALE DO PARAIBA (SP) DE 480 KM - NA REGIAO SUDESTE							139.250.007
		OLEODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 19	1	4 - INV	90	0	495		139.250.007
25 785	0289 5882	IMPLANTACAO DE GASODUTO NO RIO GRANDE DO NORTE							10.000.000
25 785	0289 5882 0024	IMPLANTACAO DE GASODUTO NO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							10.000.000
		GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 95	1	4 - INV	90	0	495		10.000.000
<b>0480 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA DE PETRÓLEO</b>									<b>5.950.010</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 753	0480 2763	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GAS NATURAL							5.950.010
25 753	0480 2763 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE GAS NATURAL - NACIONAL							5.950.010
		PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE) 24	1	4 - INV	90	0	495		5.950.010
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>23.785.996</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 753	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS							23.785.996
25 753	0807 4101 0001	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL							23.785.996
			1	4 - INV	90	0	495		23.785.996
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>646.397.831</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A.

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 149.489.651

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES  
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS

149.489.651

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES  
692 COMERCIALIZAÇÃO

149.489.651

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0282 ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO  
0283 DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GAS NATURAL E ALCOOL  
0287 RACIONALIZAÇÃO DO USO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DO GAS NATURAL - CONPET  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

1.000.000  
141.849.884  
1.575.000  
5.064.767

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

149.489.651

TOTAL

149.489.651

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS  
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA  
TOTAL DA RECEITA

147.244.350  
147.244.350  
147.244.350  
0

147.244.350 RECEITAS CORRENTES 147.244.350 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32239 - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S. A.

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO</b>								<b>1.000.000</b>
		<b>PROJETOS</b>						
23 692	0282 5484	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR						1.000.000
23 692	0282 5484 0002	IMPLANTACAO DE ESTABELECIMENTOS OPERACIONAIS - BR AVIATION NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						1.000.000
		ESTABELECIMENTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	90	0	495	1.000.000
<b>0283 DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO, GAS NATURAL E ALCOOL</b>								<b>141.849.884</b>
		<b>ATIVIDADES</b>						
23 692	0283 2787	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE PETROLEO E GAS NATURAL						4.660.289
23 692	0283 2787 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						4.660.289
			1	4 - INV	90	0	495	4.660.289
23 692	0283 2797	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						49.862.206
23 692	0283 2797 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						49.862.206
			1	4 - INV	90	0	495	49.862.206
23 692	0283 2799	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES						33.641.612
23 692	0283 2799 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A GRANDES CLIENTES - NACIONAL						33.641.612
			1	4 - INV	90	0	495	33.641.612
23 692	0283 2809	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA INDUSTRIAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						9.284.804
23 692	0283 2809 0001	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE PROTECAO AMBIENTAL E DE SEGURANCA INDUSTRIAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL						9.284.804
			1	4 - INV	90	0	495	9.284.804
		<b>PROJETOS</b>						
23 692	0283 3347	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						9.494.400
23 692	0283 3347 0020	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO NORDESTE						3.516.960
		INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 66	1	4 - INV	90	0	495	3.516.960
23 692	0283 3347 0050	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE						5.977.440
		INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 54	1	4 - INV	90	0	495	5.977.440

23 692	0283 3348	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL						34.906.573
23 692	0283 3348 0010	AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO NORTE						4.591.396
23 692	0283 3348 0020	POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 4 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	90	0	495	4.591.396 6.380.770
23 692	0283 3348 0030	POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 7 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO SUDESTE	1	4 - INV	90	0	495	6.380.770 13.424.899
23 692	0283 3348 0040	POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO SUL	1	4 - INV	90	0	495	13.424.899 6.005.432
23 692	0283 3348 0050	POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 4 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA VAREJISTA DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE	1	4 - INV	90	0	495	6.005.432 4.504.076
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 4	1	4 - INV	90	0	495	4.504.076

0287 RACIONALIZACAO DO USO DE DERIVADOS DE PETROLEO E DO GAS NATURAL -  
CONPET

1.575.000

		PROJETOS						
23 692	0287 5263	INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM)						1.575.000
23 692	0287 5263 0010	INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO NORTE						45.875
23 692	0287 5263 0020	CENTRO CONSTRUIDO (UNIDADE) 1 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO NORDESTE	1	4 - INV	90	0	495	45.875 366.990
23 692	0287 5263 0030	CENTRO CONSTRUIDO (UNIDADE) 5 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO SUDESTE	1	4 - INV	90	0	495	366.990 718.689
23 692	0287 5263 0040	CENTRO CONSTRUIDO (UNIDADE) 11 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO SUL	1	4 - INV	90	0	495	718.689 244.660
23 692	0287 5263 0050	CENTRO CONSTRUIDO (UNIDADE) 4 INSTALACAO DE CENTROS DE ACOMPANHAMENTO DO CONSUMO DE COMBUSTIVEIS NO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS (PROGRAMA SIGA BEM) - NA REGIAO CENTRO-OESTE	1	4 - INV	90	0	495	244.660 198.786
		CENTRO CONSTRUIDO (UNIDADE) 3	1	4 - INV	90	0	495	198.786



**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO**

**5.064.767**

		ATIVIDADES						
23 692	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS						92.725
23 692	0807 4101 0001	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	I	4 - INV	90	0	495	92.725
23 692	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						4.972.042
23 692	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	I	4 - INV	90	0	495	4.972.042
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>149.489.651</b>

**ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA**

**UNIDADE : 32240 - PETROBRAS GAS S. A.**

**ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 250.000**

<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>	
22 INDUSTRIA	250.000

<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>	
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	250.000

<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	250.000

<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	250.000

<b>TOTAL</b>	250.000
--------------	---------

<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>	
6.0.0.0.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	250.000
6.1.0.0.00 RECURSOS PROPRIOS	250.000
6.1.1.0.00 GERACAO PROPRIA	250.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>250.000</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>250.000</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0</b>

**ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA**

**UNIDADE : 32240 - PETROBRAS GAS S. A.**

**ANEXO II**

**CREDITO SUPLEMENTAR**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

## 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

250.000

		ATIVIDADES						
22 662	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						70.000
22 662	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	70.000
22 662	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						180.000
22 662	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	180.000
TOTAL - INVESTIMENTO								250.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S. A.

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.354.864.259

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA

2.354.864.259

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES  
753 PETROLEO

2.354.864.259

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO

2.354.864.259

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

2.354.864.259

TOTAL

2.354.864.259

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

2.354.864.259

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS

1.385.504.259

6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA

1.385.504.259

6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO

969.360.000

6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA

969.360.000

TOTAL DA RECEITA 2.354.864.259 RECEITAS CORRENTES 1.385.504.259 RECEITAS DE CAPITAL 969.360.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32241 - PETROBRAS INTERNACIONAL S. A.

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	J U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO

2.354.864.259

		PROJETOS						
25 753	0282 3275	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR						380.550.000
25 753	0282 3275 0002	INCORPORACAO E ADEQUACAO DE UNIDADES DE REFINO NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						380.550.000
		CAPACIDADE INCORPORADA (BARRIL/DIA) 50000	1	4 - INV	90	0	495	380.550.000
25 753	0282 3281	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR						106.678.065
25 753	0282 3281 0002	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						106.678.065
		CAPACIDADE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 13	1	4 - INV	90	0	495	106.678.065
25 753	0282 3289	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR						58.282.762
25 753	0282 3289 0002	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						58.282.762
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 146	1	4 - INV	90	0	495	58.282.762
25 753	0282 3345	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						1.809.353.432
25 753	0282 3345 0002	APROPRIACAO DE RESERVAS DE OLEO, CONDENSADO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						1.809.353.432
		RESERVA PROVADA APROPRIADA (MIL BARRIS DE OLEO EQUIVALENTE) 301:58	1	4 - INV	90	0	495	1.809.353.432
TOTAL - INVESTIMENTO								2.354.864.259

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUIMICA S. A.

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
22 INDUSTRIA

20.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
662 PRODUCAO INDUSTRIAL

20.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

20.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

20.000

TOTAL

20.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA  
TOTAL DA RECEITA

20.000

20.000

20.000

0

20.000 RECEITAS CORRENTES

20.000 RECEITAS DE CAPITAL

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32242 - PETROBRAS QUÍMICA S. A.

## ANEXO II

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

## 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

20.000

		ATIVIDADES						
22 662	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS						15.000
22 662	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	15.000
22 662	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO						5.000
22 662	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	90	0	495	5.000
TOTAL - INVESTIMENTO								20.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS

## ANEXO II

## CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.101.000

## QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

25 ENERGIA

2.101.000

## QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

752 ENERGIA ELÉTRICA

2.101.000

## QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

7006 LUZ NO CAMPO

2.101.000

## QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

2.101.000

TOTAL

2.101.000

## QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

2.101.000

6.1.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS

2.101.000

6.1.1.00.00 CRIAÇÃO PRÓPRIA

2.101.000

TOTAL DA RECEITA

2.101.000

RECEITAS CORRENTES

2.101.000

RECEITAS DE CAPITAL

0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
7006 LUZ NO CAMPO								2.101.000
		PROJETOS						
25 752	7006 1329	AMPLIACAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE ALAGOAS						2.101.000
25 752	7006 1329 0027	AMPLIACAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS						2.101.000
		REDE AMPLIADA (KM) 2	1	4 - INV	90	0	495	2.101.000
TOTAL - INVESTIMENTO								2.101.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 895.940

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA

895.940

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA

895.940

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE

895.940

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

895.940

TOTAL

895.940

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

0294 ENERGIA NOS EIXOS DO NORDESTE		895.940					
		PROJETOS					
25 752	0294 3379	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI (639 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 284 MVA)					895.940
25 752	0294 3379 0022	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI (639 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO EM 284 MVA) - NO ESTADO DO PIAUI					895.940
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	I	4 - INV	90	0	495
TOTAL - INVESTIMENTO		895.940					

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S. A.

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.613.487

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		5.613.487

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELETRICA		5.613.487

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS		2.981.611
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.631.876

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		5.613.487

TOTAL		5.613.487
-------	--	-----------

QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		3.454.487
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		3.454.487
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA		3.454.487
TOTAL DA RECEITA	3.454.487	RECEITAS CORRENTES
		0 RECEITAS DE CAPITAL
		3.454.487

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S. A.

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------



0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS				2.981.611				
		PROJETOS						
25 752	0297 3381	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA (622 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES COM 13,8 KV)						2.981.611
25 752	0297 3381 0011	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA (622 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES COM 13,8 KV) - NO ESTADO DE RONDONIA						2.981.611
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 8	I	4 - INV	90	0	495	2.981.611
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO				2.631.876				
		ATIVIDADES						
25 752	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS						400.000
25 752	0807 4101 0011	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RONDONIA	I	4 - INV	90	0	495	400.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						2.231.876
25 752	0807 4103 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE RONDONIA	I	4 - INV	90	0	495	2.231.876
TOTAL - INVESTIMENTO				5.613.487				

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA - BRASIL S. A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 376.155.863

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 376.155.863

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
785 TRANSPORTES ESPECIAIS | 376.155.863

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0289 TRANSPORTE DUTOVIARIO DE PETROLEO, DERIVADOS E GAS NATURAL | 376.155.863

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 376.155.863

TOTAL | 376.155.863

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 376.155.863  
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO 376.155.863  
6.3.2.0.00.00 EXTERNAS 376.155.863  
TOTAL DA RECEITA 376.155.863 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 376.155.863

2

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS								41.000.000
		ATIVIDADES						
25 752	0297 2218	MANUTENCAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS						5.000.000
25 752	0297 2218 0013	MANUTENCAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS						5.000.000
		REDE MANTIDA (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	5.000.000
		PROJETOS						
25 752	0297 3225	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO, SUBTRANSMISSAO E TRANSFORMACAO DA SE, LIGANDO MANAUS A CARIRI, ITACOATIARA E RIO PRETO DA EVA (AM)						15.000.000
25 752	0297 3225 0013	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO, SUBTRANSMISSAO E TRANSFORMACAO DA SE, LIGANDO MANAUS A CARIRI, ITACOATIARA E RIO PRETO DA EVA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS						15.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 33	1	4 - INV	90	0	495	15.000.000
25 752	0297 3398	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (313,3 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 645,3 MVA)						11.000.000
25 752	0297 3398 0013	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (313,3 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO E SUBESTACOES ASSOCIADAS COM 645,3 MVA) - NO ESTADO DO AMAZONAS						11.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	90	0	495	11.000.000
25 752	0297 3410	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS						10.000.000
25 752	0297 3410 0013	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS						10.000.000
		REDE AMPLIADA (KM) 155	1	4 - INV	90	0	495	10.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								41.000.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS</b>								<b>81.570.880</b>
		<b>PROJETOS</b>						
26 784	0290 1063	<b>AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA FROTA DE NAVIOS EM 380 MIL TPB</b>						<b>81.570.880</b>
26 784	0290 1063 0033	<b>AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA FROTA DE NAVIOS EM 380 MIL TPB - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>						<b>81.570.880</b>
		<b>CAPACIDADE DE TRANSPORTE INCORPORADA (%) 15</b>	1	4 - INV	90	0	495	<b>81.570.880</b>
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>								<b>2.448.750</b>
		<b>ATIVIDADES</b>						
26 784	0807 4102	<b>MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>						<b>2.448.750</b>
26 784	0807 4102 0001	<b>MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL</b>						<b>2.448.750</b>
			1	4 - INV	90	0	495	<b>2.448.750</b>
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>84.019.630</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32275 - FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 84.819.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
26 TRANSPORTE | 84.819.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 84.819.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS | 84.819.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 84.819.000

TOTAL | 84.819.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 84.819.000  
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 84.819.000  
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA 84.819.000  
TOTAL DA RECEITA 84.819.000 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 84.819.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32275 - FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0290 TRANSPORTE MARITIMO DE PETROLEO E DERIVADOS								84.819.000
PROJETOS								
26 784	0290 1839	AQUISICAO DE NAVIOS						84.819.000
26 784	0290 1839 0002	AQUISICAO DE NAVIOS - NO EXTERIOR						84.819.000
		NAVIO ADQUIRIDO (UNIDADE) I	1	4 - INV	90	0	495	84.819.000
TOTAL - INVESTIMENTO								84.819.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 8.704.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 8.704.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA | 8.704.000

**QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS**  
**0295 ENERGIA NO EIXO SUL**

8.704.000

**QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
**495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

8.704.000

**TOTAL**

8.704.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA

**ANEXO II****CREDITO SUPLEMENTAR****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0295 ENERGIA NO EIXO SUL</b>								<b>8.704.000</b>
		<b>PROJETOS</b>						
25 752	0295 1127	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA CANDIOTA III (RS) COM CAPACIDADE DE 350 MW						1.500.000
25 752	0295 1127 0043	IMPLANTACAO DA USINA TERMELETRICA CANDIOTA III (RS) COM CAPACIDADE DE 350 MW - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						1.500.000
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	90	0	495	1.500.000
25 752	0295 1133	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DO PROJETO DE TRANSFORMACAO DA NOVA USINA TERMELETRICA DE PORTO ALEGRE - NUTEPA PARA UTILIZACAO DE GAS NATURAL						300.000
25 752	0295 1133 0043	ESTUDO PARA IMPLANTACAO DO PROJETO DE TRANSFORMACAO DA NOVA USINA TERMELETRICA DE PORTO ALEGRE - NUTEPA PARA UTILIZACAO DE GAS NATURAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						300.000
		ESTU DO REALIZADO (%) 20	I	4 - INV	90	0	495	300.000
25 752	0295 3372	REVITALIZACAO DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICE, EM CANDIOTA (RS) - COM CAPACIDADE INSTALADA DE 446 MW						4.500.000
25 752	0295 3372 0043	REVITALIZACAO DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICE, EM CANDIOTA (RS) - COM CAPACIDADE INSTALADA DE 446 MW - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						4.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 18	I	4 - INV	90	0	495	4.500.000
25 752	0295 3374	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA NOVA USINA TERMICA DE PORTO ALEGRE, DE 24 PARA 75 MW (IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GERACAO DE VAPOR PARA AS UNID. GERADORAS EXISTENTES, EM CICLO COMBINADO COM A TURBINA A GAS DA NOVA UNID. DE GERACAO DE 50 MW, A SER INSTALADA)						2.400.000
25 752	0295 3374 0043	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA NOVA USINA TERMICA DE PORTO ALEGRE, DE 24 PARA 75 MW (IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GERACAO DE VAPOR PARA AS UNID. GERADORAS EXISTENTES, EM CICLO COMBINADO COM A TURBINA A GAS DA NOVA UNID. DE GERACAO DE 50 MW, A SER INSTALADA) - N						2.400.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	I	4 - INV	90	0	495	2.400.000



25 752	0295 3386	ESTUDO PARA TRANSFORMACAO DA USINA TERMELETRICA DE SAO JERONIMO (RS), DE 20 MV INSTALADOS, EM UNIDADE GERADORA ECONOMICAMENTE VIAVEL						4.000
25 752	0295 3386 0043	ESTUDO PARA TRANSFORMACAO DA USINA TERMELETRICA DE SAO JERONIMO (RS), DE 20 MV INSTALADOS, EM UNIDADE GERADORA ECONOMICAMENTE VIAVEL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						4.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	90	0	495	4.000
TOTAL - INVESTIMENTO								8.704.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 50.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 50.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA | 50.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS | 50.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 50.000.000

TOTAL | 50.000.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 50.000.000  
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 2.426.524  
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA 2.426.524  
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 47.573.476  
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA 47.573.476  
TOTAL DA RECEITA 50.000.000 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 50.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	MOD	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-----	------	-----	-----	-------	-------

## 0297 ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS

50.000.000

		PROJETOS					
25 752	0297 1167	AMPLIACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM					3.000.000
25 752	0297 1167 0013	AMPLIACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS					3.000.000
		REDE AMPLIADA (KM) 28	1	4 - INV	90	0	495
25 752	0297 1183	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW					10.320.000
25 752	0297 1183 0013	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW - NO ESTADO DO AMAZONAS					10.320.000
		PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 12	1	4 - INV	90	0	495
25 752	0297 3267	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA, NO AMAZONAS					36.680.000
25 752	0297 3267 0013	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA, NO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS					36.680.000
		PARQUE AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 33	1	4 - INV	90	0	495
TOTAL - INVESTIMENTO							50.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.634.641.978

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA

| 1.634.641.978

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
753 PETROLEO

| 1.634.641.978

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL

| 1.634.641.978

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

| 1.634.641.978

TOTAL

| 1.634.641.978

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

1.634.641.978

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS

25.000.000

6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA

25.000.000

6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO

1.421.068.400

6.3.2.0.00.00 EXTERNAS

1.421.068.400

6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO

188.573.578

6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA

188.573.578

TOTAL DA RECEITA 1.634.641.978 RECEITAS CORRENTES

25.000.000

RECEITAS DE CAPITAL

1.609.641.978

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32278 - PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0286 OFERTA DE PETROLEO E GAS NATURAL</b>								<b>1.634.641.978</b>
		ATIVIDADES						
25 753	0286 2851	AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL						861.068.400
25 753	0286 2851 0002	AQUISICAO DE BENS DESTINADOS AS ATIVIDADES DE PESQUISA E LAVRA DE JAZIDAS DE PETROLEO E GAS NATURAL - NO EXTERIOR						861.068.400
		BEM ADQUIRIDO (%) 100	I	4 - INV	90	0	495	861.068.400
		PROJETOS						
25 753	0286 1924	CONVERSAO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUCAO						773.573.578
25 753	0286 1924 0002	CONVERSAO DE NAVIOS E PLATAFORMAS EM UNIDADES DE PRODUCAO - NO EXTERIOR						773.573.578
		EQUIPAMENTO CONVERTIDO (% DE EXECUCAO FISICA) 37	I	4 - INV	90	0	495	773.573.578
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>1.634.641.978</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S. A.

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 474.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			474.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
662 PRODUCAO INDUSTRIAL			474.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0288 REFINO DE PETROLEO			474.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			474.000
TOTAL			474.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S. A.

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA-ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0288 REFINO DE PETROLEO								474.000
		ATIVIDADES						
25 662	0288 4108	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO						474.000
25 662	0288 4108 0043	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						474.000
			1	4 - INV	90	0	495	474.000
TOTAL - INVESTIMENTO								474.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32285 - 5283 PARTICIPACOES LTDA

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.351.197								
QUADRO SINTESE POR FUNCOES								
25 ENERGIA								7.351.197
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES								
753 PETROLEO								7.351.197
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS								
0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								7.351.197
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA								
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO								7.351.197
TOTAL								7.351.197

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32285 - 5283 PARTICIPACOES LTDA

## ANEXO II

## CREDITO SUPLEMENTAR

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

## RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

0282 ATUACAO INTERNACIONAL NA AREA DE PETROLEO								7.351.197
		PROJETOS						
25 753	0282 1926	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL NO EXTERIOR						7.351.197
25 753	0282 1926 0002	IMPLANTACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO DE DERIVADOS DE PETROLEO E GAS NATURAL NO EXTERIOR - NO EXTERIOR						7.351.197
		POSTO IMPLANTADO (UNIDADE) 134	1	4 - INV	90	0	495	7.351.197
TOTAL - INVESTIMENTO								7.351.197

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 1.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
26 TRANSPORTE

1.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES  
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO

1.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0237 CORREDOR ARAGUAIA - TOCANTINS

1.000.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS  
39215 COMPANHIA DOCAS DO PARA

1.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

1.000.000

TOTAL

1.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DOCAS DO PARA

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
26 TRANSPORTE

1.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES  
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO

1.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0237 CORREDOR ARAGUAIA - TOCANTINS

1.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

1.000.000

TOTAL

1.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DOCS DO PARA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA - TOCANTINS								1.000.000
		PROJETOS						
26 784	0237 3269	DRAGAGEM NO PORTO DE BELEM						1.000.000
26 784	0237 3269 0015	DRAGAGEM NO PORTO DE BELEM - NO ESTADO DO PARA						1.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M²) 333	1	4 - INV	90	0	495	1.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								1.000.000

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 66.214.292

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
24 COMUNICACOES

66.214.292

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES  
721 COMUNICACOES POSTAIS

66.214.292

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0256 SERVICOS POSTAIS

59.414.292

0887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

6.800.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS

41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

66.214.292

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

66.214.292

TOTAL

66.214.292

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

1.447.791

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS

1.447.791

6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA

1.447.791

TOTAL DA RECEITA

1.447.791

RECEITAS CORRENTES

1.447.791

RECEITAS DE CAPITAL

0

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00



TOTAL DA UNIDADE : R\$ 66.214.292

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
24 COMUNICACOES

66.214.292

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**  
721 COMUNICACOES POSTAIS

66.214.292

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**

0256 SERVICOS POSTAIS

59.414.292

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

6.800.000

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

66.214.292

TOTAL

66.214.292

**QUADRO SINTESE POR RECEITA**

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

1.447.791

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS

1.447.791

6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA

1.447.791

TOTAL DA RECEITA

1.447.791

RECEITAS CORRENTES

1.447.791

RECEITAS DE CAPITAL

0

ORCAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

**ANEXO II**

**CREDITO SUPLEMENTAR**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0256 SERVICOS POSTAIS								59.414.292
		ATIVIDADES						
24 721	0256 4094	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E TRANSPORTE						24.200.000
24 721	0256 4094 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E TRANSPORTE - NACIONAL						24.200.000
			1	4 - INV	90	0	495	24.200.000
		PROJETOS						
24 721	0256 3220	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DOS SERVICOS FINANCEIROS POSTAIS						8.400.000
24 721	0256 3220 0001	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DOS SERVICOS FINANCEIROS POSTAIS - NACIONAL						8.400.000
		INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - INV	90	0	495	8.400.000
24 721	0256 3222	MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E TRANSPORTE						25.374.292
24 721	0256 3222 0001	MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUCAO E TRANSPORTE - NACIONAL						25.374.292
		INFRA-ESTRUTURA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	90	0	495	25.374.292
24 721	0256 3227	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO						1.440.000
24 721	0256 3227 0001	AMPLIACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL						1.440.000
		INFRA-ESTRUTURA AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	90	0	495	1.440.000

## 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

6.800.000

		ATIVIDADES						
24 721	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS	1	4 - INV	90	0	495	6.800.000
24 721	0807 4101 0001	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL						6.800.000
								6.800.000
TOTAL - INVESTIMENTO								66.214.292

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

## ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

## CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 8.704.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA

8.704.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA

8.704.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0295 ENERGIA NO EIXO SUL

7.300.000

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

1.404.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

8.704.000

TOTAL

8.704.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

## ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

## CREDITO SUPLEMENTAR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAA-SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NO EIXO SUL								7.300.000
25 752	0295 4493	MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (490 MW DE CAPACIDADE INSTALADA)	I	4 - INV	90	0	495	7.300.000
25 752	0295 4493 0043	MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA (490 MW DE CAPACIDADE INSTALADA) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL						7.300.000
								7.300.000

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO						1.404.000
		ATIVIDADES				
25 752	0807 4101	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS				1.404.000
25 752	0807 4101 0043	MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL				1.404.000
			1	4 - INV	90 0 495	1.404.000
TOTAL - INVESTIMENTO						8.704.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S. A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 285.482.444

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 285.482.444

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes  
662 PRODUCAO INDUSTRIAL | 285.482.444

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0288 REFINO DE PETROLEO | 285.482.444

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 285.482.444

TOTAL | 285.482.444

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 285.008.444  
6.3.0.0.00.00 OPERACOES DE CREDITO DE LONGO PRAZO 149.086.887  
6.3.1.0.00.00 INTERNAS 149.086.887  
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 135.921.557  
6.9.9.0.00.00 OUTRAS FONTES 135.921.557  
TOTAL DA RECEITA 285.008.444 RECEITAS CORRENTES 135.921.557 RECEITAS DE CAPITAL 149.086.887

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32280 - ALBERTO PASQUALINI - REFAP S. A.

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAA/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------

		ATIVIDADES						
25 753	0282 2126	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO NA ARGENTINA						59.729.876
25 753	0282 2126 0002	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO PARQUE DE REFINO NA ARGENTINA - NO EXTERIOR						59.729.876
			1	4 - INV	90	0	495	59.729.876
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>59.729.876</b>

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – **Item 3:**

**PROJETO DE LEI Nº 8, DE 2003-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8, de 2003, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$36.338.239,00 (trinta e seis milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica.

Ao projeto de lei foram apresentadas 165 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 116, de 2003-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo, aprovando parcialmente as Emendas nºs 21, 22, 27, 28, 29, 44 a 54, 68, 71, 72 e 125 e rejeitadas as demais emendas apresentadas.

É o seguinte o parecer

**PARECER Nº 116, DE 2003-CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 8, de 2003-CN. que “abre ao Orcamento da**

**Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$36.338.239,00, para os fins que especifica”.**

Autor:**Poder Executivo**

Relator:Senador **Sergio Cabral**

**I – Introdução**

O Presidente da República, no uso da prerrogativa que lhe confere o artigo 165, inciso III, da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 63, de 2003-CN (nº 272/2003, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 8, de 2003-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$36.338.239,00, para adequar o orçamento vigente do Fundo Nacional de Saúde – FNS – às suas reais necessidades de execução.

**II – Análise**

**II.1 – Subtítulos para Cancelamento dos Recursos**

Os recursos necessários são oriundos da anulação parcial de dotações orçamentárias no âmbito da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, conforme demonstrado a seguir:

**Em R\$ 1,00**

UNIDADE/PROGRAMA/SUBTÍTULO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO
Fundo Nacional de Saúde - Saúde da Família – Incentivo Financeiro para a Expansão e a Consolidação da Estratégia de Saúde da Família nos <u>Municípios com População Superior a 100 Mil Habitantes</u> – Nacional	26.338.239,00 (fonte 148)	
Fundo Nacional de Saúde – Qualidade e Eficiência do SUS – <u>Conferência Nacional de Saúde</u> – Nacional	10.000.000,00 (fonte 153)	
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico - Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos no Estado do <u>Ceará</u>		5.544.720,00 (fonte 153)
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos no Estado de <u>Pernambuco</u>		5.400.000,00 (fonte 153)
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Ações de Saneamento Básico em <u>Pequenas Localidades do Estado de Minas Gerais</u>		9.401.400,00 (fontes 100, 151 e 153)
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Ações de Saneamento Básico em <u>Pequenas Localidades do Estado da Paraíba</u>		12.506.400,00 (fontes 100, 151 e 153)
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Ações de Saneamento Básico em <u>Pequenas Localidades do Estado do Mato Grosso</u>		3.485.719,00 (fonte 153)
<b>TOTAL</b>	<b>36.338.239,00</b>	<b>36.338.239,00</b>

Os cancelamentos estão sendo propostos, pelo Poder Executivo, no Programa Saneamento Básico (119), que é executado pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. As ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades, cujos subtítulos estão sendo cancelados, não constavam do Projeto de Lei Orçamentária para 2003. Foram inseridos integralmente no Orçamento da União para 2003 por meio de emendas apresentadas pelas bancadas dos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Mato Grosso.

O quadro a seguir mostra, para os subtítulos que estão sendo cancelados, os valores constantes do Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo, e da Lei Orçamentária para 2003 aprovada pelo Congresso Nacional.

Em R\$ 1,00

UNIDADE/PROGRAMA/SUBTÍTULO	PROJETO DE LEI/2003	LOA/2003
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos no Estado do Ceará (10.511.0119.3861.0230)	2.770.000,00	21.714.260,00
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos no Estado de Pernambuco (10.511.0119.3984.0026)	140.000,00	20.074.623,00
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades do Estado de Minas Gerais (10.511.0119.5528.0034)	0	34.820.000,00
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades do Estado da Paraíba (10.511.0119.5528.0364)	0	46.320.000,00
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades do Estado do Mato Grosso (10.511.0119.5528.0522)	0	31.801.636,00

O Congresso Nacional, por ocasião da apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para 2003, teve o cuidado de, democraticamente, regionalizar e estadualizar tais gastos, em cumprimento ao disposto no § 7º do artigo 165 da Constituição, com o objetivo de reduzir as desigualdades inter-regionais. Essas dotações estão agora sendo parcialmente canceladas, visando a sua nacionalização. O Poder Executivo propõe o corte de recursos que deveriam ser alocados em municípios com menos de 30.000 habitantes, no âmbito do Projeto Ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades, para despendê-los em municípios de mais de 100.000 habitantes. Na Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem não estão discriminados quais municípios serão beneficiados.

O Relatório Anual das Organizações das Nações Unidas – ONU – de 2003, sobre desenvolvimento humano, mede os progressos de 175 países, tendo-se

em conta indicadores sociais e de renda. O Brasil alterna desempenhos acima da média com outros decepcionantes. São animadores os progressos na educação e na saúde, como também na igualdade entre os sexos, notadamente na área educacional, em que matrículas femininas superam as masculinas. Porém, são frustrantes os indicadores relativos ao saneamento básico e ao acesso a água potável. Daí, pode-se concluir que não seria muito recomendável o cancelamento de recursos em Ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades (municípios com menos de 30.000 habitantes), como este crédito propõe.

## 11.2 – Fontes de Cancelamento dos Recursos

O § 11 do artigo 61 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 – LDO/2003, estabelece que “os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias que tenham como fonte recursos de origem financeira deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo” (g.n.).

Para indicar essas compensações o crédito apresenta suplementação em fonte 148 (Operação de Crédito Externa em Moeda), com substituição das fontes que financiavam as programações canceladas. Os cancelamentos ocorrem nas fontes 100 – Recursos Ordinários do Tesouro Nacional (não vinculados), 151 – Contribuição Social Sobre o Lucro de Pessoas Jurídicas e 153 – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

Na Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão esclarece que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, pois para o remanejamento previsto foram indicadas as compensações necessárias, em nível de subtítulo. Além disso, o artigo 8º do Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, que dispõe sobre a compatibilização entre a receita e a despesa e sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, condiciona a execução das despesas previstas em créditos como esse aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

## II.3 – Autorização para Operação de Crédito Externo

A Resolução nº 16, de 2002, do Senado Federal “autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externa no valor equivalente a até US\$68,000,000.00 (sessenta e oito milhões de



dólares norte-americanos), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD”, em cumprimento ao disposto no artigo 52, inciso V, da Constituição Federal.

#### II.4 – Conferência Nacional de Saúde

O Projeto de Lei em análise prevê a destinação de R\$10.000.000,00 para a realização da 12ª Conferência Nacional de Saúde, que visa a permitir o estabelecimento das diretrizes e políticas de aprimoramento do Sistema Único de Saúde – SUS – para o próximo quadriênio. Cumpre destacar que para essa Conferência foram autorizados, em 2000, R\$970.000,00, tendo sido pagos R\$926.961,00. Ou seja, o Ministério da Saúde não conseguiu gastar toda a dotação orçamentária para essa finalidade em 2000, e agora solicita um valor 10 vezes maior.

Julgamos elevado o valor proposto pelo crédito especial em análise para realização de mencionada Conferência. Assim, propomos reduzir essa dotação, de R\$10.000.000,00 para R\$2.000.000,00. Haveria, dessa forma, uma economia de recursos públicos da ordem de R\$8.000.000,00, e seria alocado para citada Conferência mais que o dobro do alocado em 2000.

#### CANCELAMENTO PROPOSTO NO SUBSTITUTIVO

**FONTE 153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.**

#### II.5 – Emendas Apresentadas

Foram apresentadas, no prazo regimental, 165 emendas ao PL Nº 8, de 2003 – CN. As emendas nº 0021 (Dep. Gonzaga Patriota), 0022 (Dep. Márcio Reinaldo Moreira), 0027 (Dep. Severino Cavalcanti), 0028 (Dep. Welinton Fagundes), 0029 (Dep. Nárcio Rodrigues), 0044 (Dep. Enivaldo Ribeiro), 0045 (Dep. José Mendonça Bezerra), 0046 (Sen. Sérgio Guerra), 0047 a 0054 (Dep. Anivaldo Vale), 0068 (Dep. Romel Anizio), 0071 (Dep. Herculano Anghinetti), 0072 (Dep. José Linhares) e 0125 (Sen. Tasso Jereissati) objetivam recompor dotações orçamentárias que estão sendo canceladas nos Estados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba e Mato Grosso.

Reconhecendo o mérito das reivindicações das bancadas prejudicadas, decidimos atender parcialmente a esses pleitos. Assim sendo, julgamos melhor diluir os R\$8.000.000,00 economizados com a redução da dotação para a Conferência Nacional de Saúde, proporcionalmente ao valor que está sendo cancelado nos Estados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba e Mato Grosso, conforme quadro abaixo.

Em R\$ 1,00

UNIDADE/PROGRAMA/SUBTÍTULO	CANCELAMENTO PROJETO DE LEI	CANCELAMENTO SUBSTITUTIVO
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico - Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos no Estado do <u>Ceará</u> (10.511.0119.3861.0230)	5.544.720	4.324.029
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos no Estado de <u>Pernambuco</u> (10.511.0119.3984.0026)	5.400.000	4.211.170
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Ações de Saneamento Básico em <u>Pequenas Localidades do Estado de Minas Gerais</u> (10.511.0119.5528.0034)	9.401.400	7.331.646
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Ações de Saneamento Básico em <u>Pequenas Localidades do Estado da Paraíba</u> (10.511.0119.5528.0364)	12.506.400	9.753.069
Fundação Nacional de Saúde – Saneamento Básico – Ações de Saneamento Básico em <u>Pequenas Localidades do Estado do Mato Grosso</u> (10.511.0119.5528.0522)	3.485.719	2.718.325
<b>TOTAL</b>	<b>36.338.239</b>	<b>28.338.239</b>

As demais emendas buscam o atendimento em subtítulos, para beneficiar os municípios que mencionam. O atendimento a essas emendas implicaria a pulverização dos recursos e a descaracterização do crédito originalmente proposto. Assim sendo, optamos por rejeitar, no mérito, todas as demais emendas apresentadas.

## II.6 – Conclusão

O referido crédito encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais, legais e regimentais pertinentes à matéria, especialmente o art. 167, inciso V, da Constituição e os artigos 41, inciso II, e 43, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Cumpra-se observar que o projeto em exame está elaborado em boa técnica legislativa e afigura-se meritório.

É o relatório.

### III – Voto

Diante do exposto, e tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 8, de 2003-CN, nos termos propostos no substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, de de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Senador **Sérgio Cabral**, Relator.

**PROJETO DE LEI Nº 8,  
(SUBSTITUTIVO), DE 2003-CN**

**Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$28.338.239,00 (vinte e oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$28.338.239,00 (vinte e oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$28.338.239,00 (vinte e oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO:	38000	Ministério da Saúde											
UNIDADE:	36901	Fundo Nacional de Saúde											
ANEXO I			CRÉDITO ESPECIAL										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO					TRE	IN	R	M	J	P	VALOR
							0		F	DO	C	E	
0001		Saúde da Família											26.338.239
		OPERAÇÕES ESPECIAIS											
10.301	0001.0442	Incentivo financeiro para a expansão e a consolidação da estratégia de Saúde da Família nos municípios com população superior a 100 mil habitantes											26.338.239
10.301	0001.0442.0001	Incentivo financeiro para a expansão e a consolidação da estratégia de Saúde da Família nos municípios com população superior a 100 mil habitantes - Nacional											26.338.239
		Município beneficiado (unidade) = 100					5	3	2	30	0	148	600.000
							5	3	2	40	0	148	25.738.239
0004		Qualidade e Eficiência do SUS											2.000.000
		PROJETOS											
10.573	0004.5516	Conferência Nacional de Saúde											2.000.000
10*	0004.5516.0001	Conferência Nacional de Saúde - Nacional											2.000.000
		Conferência realizada (unidade) = 1					5	3	2	90	0	153	2.000.000
TOTAL -		SEGURIDADE											26.338.239
TOTAL -		GRUPO											26.338.239

ORÇÃO: 36000		Ministério da Saúde												CRÉDITO ESPECIAL	
UNIDADE: 36211		Fundação Nacional de Saúde												RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
ANEXO II															
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)															
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO										VALOR			
0119		Saneamento Básico										28.338.239			
PROJETOS															
10.511	0119.3861	Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos										4.324.029			
10.511	0119.3861.0023	Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos - No Estado do Ceará										4.324.029			
10.511	0119.3964	Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Controle de Agravos										4.211.170			
10.511	0119.3964.0026	Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Controle de Agravos - No Estado de Pernambuco										4.211.170			
10.511	0119.5528	Ações de Saneamento em Pequenas Localidades										4.211.170			
10.511	0119.5528.0304	Ações de Saneamento em Pequenas Localidades - Ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades do Estado de Minas Gerais										19.803.040			
												7.331.646			
												361.787			
												42.380			
												1.512.000			
												5.415.469			
10.511	0119.5528.0304	Ações de Saneamento em Pequenas Localidades - Ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades do Estado da Paraíba - PB										9.753.069			
												2.763.720			
												1.375.380			
												1.647.000			
												1.242.000			
												1.206.561			
												1.516.408			
10.511	0119.5528.0522	Ações de Saneamento em Pequenas Localidades - Ações de Saneamento Básico no Estado de Mato Grosso										2.718.325			
												2.718.325			
TOTAL - SEGURIDADE														28.338.239	
TOTAL - GERAL														28.338.239	

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00											
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		PROGRAMA / AÇÃO / SUBTÍTULO / PRODUTO		E	F	G	D	R	P	N	O	I	U	F	VALOR
0119		Saneamento Básico													28.338.239
PROJETOS															
10 511	0119	3861	Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos												4.324.029
10 511	0119	3861 0023	Construção e Ampliação ou Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água para Controle de Agravos - No Estado do Ceará	S	4	2	40	0	153						4.324.029
10 511	0119	3904	Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Controle de Agravos												4.211.170
10 511	0119	3904 0026	Implantação e Ampliação ou Melhoria de Sistemas de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Controle de Agravos - No Estado de Pernambuco	S	4	2	30	0	153						4.211.170
10 511	0119	5528	Ações de Saneamento em Pequenas Localidades												19.803.040
10 511	0119	5528 0304	Ações de Saneamento em Pequenas Localidades - Ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades do Estado de Minas Gerais	S	4	2	40	0	153						7.331.646
				S	4	2	30	0	100						42.390
				S	4	2	30	0	151						1.512.000
				S	4	2	30	0	153						5.418.469
10 511	0119	5528 0364	Ações de Saneamento em Pequenas Localidades - Ações de Saneamento Básico em Pequenas Localidades do Estado da Paraíba - PB	S	4	2	30	0	100						9.753.069
				S	4	2	40	0	100						2.763.720
				S	4	2	40	0	100						1.375.380
				S	4	2	30	0	151						1.647.000
				S	4	2	40	0	151						1.242.000
				S	4	2	30	0	153						1.206.561
				S	4	2	40	0	153						1.518.408
10 511	0119	5528 0522	Ações de Saneamento em Pequenas Localidades - Ações de Saneamento Básico no Estado de Mato Grosso	S	4	2	30	0	153						2.716.325
				S	4	2	30	0	153						2.716.325
TOTAL - SEGURIDADE															28.338.239
TOTAL - GERAL															28.338.239

ANEXO II		CREDITO ESPECIAL									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00								
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R		
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA										17.000.000	
		OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							17.000.000		
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL							17.000.000		
TOTAL - FISCAL			F	9	0	99	0	100	17.000.000		
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										17.000.000	

2003-CN, concluiu pela aprovação do projeto e inadmissibilidade das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam  
queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam  
 ram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 36, de 2003, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$4.379.611,00 (quatro milhões, trezentos e setenta e nove mil, seiscentos e onze reais), para os fins que especifica”.

Ao projeto de lei foram apresentadas seis emendas.  
A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 112, de

**PROJETO DE LEI Nº 36, DE 2003-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$ 4.379.611,00, para os fins que especifica.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor global de R\$ 4.379.611,00 (quatro milhões, trezentos e setenta e nove mil, seiscentos e onze reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 12000 - JUSTICA FEDERAL

UNIDADE : 12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5. REGIAO

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOA/SUBSTITUTO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL										600.000
PROJETOS										
02 061	0569 1052	AQUISICAO DE PREDIO PARA O CENTRO DE DOCUMENTACAO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO							600.000	
02 061	0569 1052 0101	AQUISICAO DE PREDIO PARA O CENTRO DE DOCUMENTACAO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIAO - NO MUNICIPIO DE RECIFE - PE							600.000	
		IMOVEL ADQUIRIDO COM 1.418,55 M2 (UNIDADE)	F	5	2	90	0	100	600.000	
TOTAL FISCAL										600.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										600.000





UNIDADE : 12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5. REGIAO

ANEXO II			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	Q N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0569 PRESTACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA FEDERAL									405.000
		PROJETOS							
02 061	0569 1922	CONSTRUCAO DO EDIFICIO ANEXO AO TRF DA S. REGIAO EM RECIFE - PE							350.000
02 061	0569 1922 0101	CONSTRUCAO DO EDIFICIO ANEXO AO TRF DA S. REGIAO EM RECIFE - PE - NO MUNICIPIO DE RECIFE - PE	F	4	2	90	0	100	350.000
		ATIVIDADES							
02 331	0569 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							55.000
02 331	0569 2011 0001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	100	55.000
TOTAL - FISCAL									405.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									405.000

UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO II			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									3.779.611
02 061	0570 2000	ATIVIDADES							
02 061	0570 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							3.719.380
		ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	4	2	90	0	100	3.719.380
		PROJETOS							
02 126	0570 7129	IMPLANTACAO DA REDE DE ALTA VELOCIDADE VIA SATELITE PARA A JUSTICA ELEITORAL							60.231
02 126	0570 7129 0001	IMPLANTACAO DA REDE DE ALTA VELOCIDADE VIA SATELITE PARA A JUSTICA ELEITORAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	60.231
TOTAL - FISCAL									3.779.611
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.779.611

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – **Item 6:**

**PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2003-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 37, de 2003, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2003, em favor da Petróleo Brasileiro S. A – PETROBRAS, crédito especial no valor total de R\$598.042.465,00 (quinhentos e noventa e oito milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais), para os fins que especifica”.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR) – Sr. Presidente, sobre esta matéria não há acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Não havendo acordo, o Projeto de Lei nº 37, de 2003-CN, será retirado de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – **Item 7:**

**PROJETO DE LEI Nº 40, DE 2003-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 40, de 2003, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões, quinhentos mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.

Ao projeto de lei foram apresentadas (cento e quarenta e duas) emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 114, de 2003-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

É o seguinte o parecer

**PARECER Nº 114, DE 2003 – CN**

**Parecer sobre o Projeto de Lei nº 40, de 2003 – CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$2.500.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **João Leão**

**I – Relatório**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 da Constituição, submeteu à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 0531, de 2003-CN (nº 124/2003, na origem), o Projeto de Lei nº 40, de 2003 – CN, que abre “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Minis-

tério da Saúde, crédito Especial no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), para os fins que especifica.

A Exposição de Motivos nº 312/MP, de 26-6-2003, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha e instrui a proposição, informa que o crédito pleiteado visa incluir categoria de programação na Lei Orçamentária Anual para adequar o orçamento do Fundo Nacional de Saúde às suas necessidades.

Nesse sentido, o projeto visa, no âmbito do Programa “Qualidade e Eficiência do SUS”, à criação do projeto nº 5.395 – “Implantação e Ampliação de Unidades de Saúde – Saúde no Ceará – KFW – No Estado do Ceará”. A ação possibilitará a ampliação, reforma e equipagem do Hospital Manuel Jaime, no Município de Marco, provendo-o de centros cirúrgico, obstétrico e de material, bem como de serviço de emergência, de forma a permitir o atendimento da população do município e da região circunvizinha.

Informa ainda o Ministro que o crédito será financiado com recursos de excesso de arrecadação de operação de crédito externa e que o cancelamento de despesas primárias proposto visa compensar o acréscimo de despesas primárias financiadas com recursos de origem financeira, como determina o art. 61, § 1º, da Lei nº 10.524, de 2002.

Foram apresentadas 142 emendas ao projeto. É o Relatório.

**II – Emendas**

Das 142 emendas apresentadas, uma propõe cancelamento em categoria de programação não constante do projeto de lei, o que contraria o disposto no art. 29, II, da Resolução nº 1-CN, de 2001. Por esse motivo, estamos indicando para inadmissão a emenda de nº 00122.

As demais emendas propõem a inclusão de novos subtítulos no Orçamento vigente; porém, devido à ausência de fontes válidas para acatamento, fomos obrigados a rejeitá-las.

O Anexo II, que retrata os cancelamentos oferecidos pelo Poder Executivo para a aprovação do crédito, não constitui fonte válida para alocação de recursos em emendas. Esse cancelamento foi proposto para compensar o acréscimo de despesas primárias financiadas com recursos de origem financeira, como determina o art. 61, § 1º, da Lei nº 10.524, de 2002 (LDO 2003).

O Anexo I, por sua vez, que trata da suplementação propriamente dita e onde normalmente se busariam recursos para acolhimento de emendas, apresenta restrições de ordem técnica e legal para tal finalidade. O crédito é financiado integralmente com recursos de operações de crédito externa (fonte 148) e, em face das regras que têm norteadas a apreciação

das propostas orçamentárias, não se permite cancelar tais recursos para atendimento de emendas<sup>1</sup>. Tal vedação decorre das características de tais recursos que, vinculados a contratos, têm objeto de aplicação definido, o que impede sua livre utilização.

Dessa forma, propomos a rejeição das emendas nºs 1 a 121 e 123 a 142.

### III – Voto do Relator

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir nova categoria de programação ao orçamento vigente (Lei nº 10.640, de 14-1-2003) e que foi formulada de acordo com o que determina a Lei nº 4.320, de 17-3-64, e a Lei nº 10.524, de 25-7-2003 (LDO/2003).

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, somos pela Aprovação do Projeto de Lei nº 40, de 2003-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Em de novembro de 2003.– Deputado **João Leão**, Relator.

<sup>1</sup> Preliminar para o Orçamento 2003 (Parte 2.III, item 8.8) “\*. Ressalvados os casos decorrentes da correção de erro ou de emissão de ordem técnica ou legal, é vedado às Relatorias o cancelamento, ainda que parcial, de: ...8.8. dotações à conta de recursos oriundos de operações de crédito internas e externas (fontes: 146 a 149, 246 a 249), e suas respectivas contrapartidas, devidamente comprovadas e identificadas na proposta orçamento (id. uso: 1, 2 ou 3), bem como à conta de recursos oriundos de doações (fontes: 195, 196, 295 e 296):”

### RELATÓRIO DE PARECERES DE EMENDAS PL nº 40, de 2003-CN

#### Emendas Indicadas para Inadmissão

Nº de Emenda	Autor	Indicação
00122	Eduardo Seabra	Inadmitida

Nº de Emenda	Autor	Parecer
0001	Gonzaga Patriota	Rejeitada
0002	Pedro Chaves	Rejeitada
0003	Pedro Chaves	Rejeitada
0004	Pedro Chaves	Rejeitada
0005	Wellington Roberto	Rejeitada
0006	Wellington Roberto	Rejeitada
0007	Wellington Roberto	Rejeitada
0008	Wellington Roberto	Rejeitada
0009	Wellington Roberto	Rejeitada
0010	Wellington Roberto	Rejeitada
0011	Wellington Roberto	Rejeitada
0012	Wellington Roberto	Rejeitada
0013	Wellington Roberto	Rejeitada
0014	Wellington Roberto	Rejeitada
0015	Wellington Roberto	Rejeitada
0016	Wellington Roberto	Rejeitada
0017	Wellington Roberto	Rejeitada
0018	Wellington Roberto	Rejeitada
0019	Wellington Roberto	Rejeitada
0020	Wellington Roberto	Rejeitada
0021	Wellington Roberto	Rejeitada
0022	Wellington Roberto	Rejeitada
0023	Wellington Roberto	Rejeitada
0024	Wellington Roberto	Rejeitada
0025	Júlio Cesar	Rejeitada
0026	Reinaldo Betão	Rejeitada
0027	Reinaldo Betão	Rejeitada
0028	Wilson Santiago	Rejeitada
0029	Wilson Santiago	Rejeitada
0030	Wilson Santiago	Rejeitada
0031	Wilson Santiago	Rejeitada
0032	Wilson Santiago	Rejeitada
0033	Wilson Santiago	Rejeitada
0034	Efraim Moraes	Rejeitada
0035	Efraim Moraes	Rejeitada
0036	Efraim Moraes	Rejeitada
0037	Efraim Moraes	Rejeitada
0038	Efraim Moraes	Rejeitada
0039	Efraim Moraes	Rejeitada
0040	Efraim Moraes	Rejeitada
0041	Efraim Moraes	Rejeitada
0042	Efraim Moraes	Rejeitada
0043	Efraim Moraes	Rejeitada
0044	Efraim Moraes	Rejeitada
0045	Zé Gerardo	Rejeitada
0046	Zé Gerardo	Rejeitada
0047	Zé Gerardo	Rejeitada
0048	Fernando De Fabinho	Rejeitada

0049	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0050	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0051	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0052	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0053	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0054	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0055	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0056	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0057	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0058	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0059	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0060	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0061	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0062	Fernando De Fabinho	Rejeitada
0063	Humberto Michiles	Rejeitada
0064	Luiz Carreira	Rejeitada
0065	Luiz Carreira	Rejeitada
0066	Luiz Carreira	Rejeitada
0067	Luiz Carreira	Rejeitada
0068	Luiz Carreira	Rejeitada
0069	Luiz Carreira	Rejeitada
0070	Luiz Carreira	Rejeitada
0071	Luiz Carreira	Rejeitada
0072	Luiz Carreira	Rejeitada
0073	Luiz Carreira	Rejeitada
0074	Luiz Carreira	Rejeitada
0075	Luiz Carreira	Rejeitada
0076	Luiz Carreira	Rejeitada
0077	Luiz Carreira	Rejeitada
0078	Luiz Carreira	Rejeitada
0079	Luiz Carreira	Rejeitada
0080	Luiz Carreira	Rejeitada
0081	Luiz Carreira	Rejeitada
0082	Luiz Carreira	Rejeitada
0083	Luiz Carreira	Rejeitada
0084	Katia Abreu	Rejeitada
0085	Katia Abreu	Rejeitada
0086	Katia Abreu	Rejeitada
0087	Katia Abreu	Rejeitada
0088	Katia Abreu	Rejeitada
0089	Katia Abreu	Rejeitada
0090	Katia Abreu	Rejeitada
0091	Katia Abreu	Rejeitada
0092	Katia Abreu	Rejeitada
0093	Katia Abreu	Rejeitada
0094	Katia Abreu	Rejeitada
0095	Katia Abreu	Rejeitada
0096	Katia Abreu	Rejeitada
0097	Katia Abreu	Rejeitada
0098	José Rocha	Rejeitada
0099	José Rocha	Rejeitada
0100	José Rocha	Rejeitada
0101	José Rocha	Rejeitada
0102	José Rocha	Rejeitada
0103	José Rocha	Rejeitada
0104	José Rocha	Rejeitada
0105	José Rocha	Rejeitada
0106	José Rocha	Rejeitada

0107	José Rocha	Rejeitada
0108	José Rocha	Rejeitada
0109	José Rocha	Rejeitada
0110	Cláudio Cajado	Rejeitada
0111	Cláudio Cajado	Rejeitada
0112	Cláudio Cajado	Rejeitada
0113	Cláudio Cajado	Rejeitada
0114	Cláudio Cajado	Rejeitada
0115	Cláudio Cajado	Rejeitada
0116	Cláudio Cajado	Rejeitada
0117	Cláudio Cajado	Rejeitada
0118	Cláudio Cajado	Rejeitada
0119	Cláudio Cajado	Rejeitada
0120	Cláudio Cajado	Rejeitada
0121	Cláudio Cajado	Rejeitada
0123	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0124	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0125	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0126	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0127	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0128	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0129	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0130	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0131	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0132	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0133	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0134	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0135	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0136	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0137	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0138	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0139	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0140	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0141	José Carlos Aleluia	Rejeitada
0142	José Carlos Aleluia	Rejeitada

- Foram apresentadas 142 emendas ao PL 40, de 2003. Entretanto, tendo em vista haver sido utilizada a fonte 148 (Operação de Crédito Externa) no Anexo I (suplementação), não é possível o acatamento das emendas de inclusão de novos subtítulos.
- Não foram apresentadas emendas visando a redução do valor do crédito, que seriam passíveis de atendimento.
- cancelamento oferecido no Anexo II visa compensar o acréscimo de despesas primárias (Anexo I) financiadas com recursos de origem financeira, como determina o art. 61, §11, da Lei n.º 10.524, de 2002 (LDO 2003).

*[Assinatura]*





FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAD SUBTITULO PRODUTO	E	G	N	P	R	O	D	M	O	T	E	VALOR
0023 ATENDIMENTO AMBULATORIAL EMERGENCIAL E HOSPITALAR														2.500,000
		ATIVIDADES												
10 302	0023 4307	ATENDIMENTO AMBULATORIAL EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS												2.500,000
10 302	0023 4307 0022	ATENDIMENTO AMBULATORIAL EMERGENCIAL E HOSPITALAR PRESTADO PELA REDE CADASTRADA NO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - NO ESTADO DO PIAUÍ												2.500,000
TOTAL - FISCAL														0
TOTAL - SEGURIDADE														2.500,000
TOTAL - GERAL														2.500,000



**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – **Item 8:**

**PROJETO DE LEI Nº 47, DE 2003-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 47, de 2003, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$10.635.667.636,00 (dez bilhões, seiscentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Ao projeto de lei foi apresentada uma emenda.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 107, de

2003-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição da emenda apresentada.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE LEI Nº 47, DE 2003-CN**

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 10.635.667.636,00 (dez bilhões, seiscentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União, do exercício de 2002, no valor de R\$ 3.906.420.144,00 (três bilhões, novecentos e seis milhões, quatrocentos e vinte mil, cento e quarenta e quatro reais);

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 4.078.123.575,00 (quatro bilhões, setenta e oito milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e setenta e cinco reais), sendo:

a) R\$ 1.658.712.118,00 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e oito milhões, setecentos e doze mil, cento e dezoito reais) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas;

b) R\$ 1.939.480.627,00 (um bilhão, novecentos e trinta e nove milhões, quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e vinte e sete reais) das Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social;

c) R\$ 288.651.621,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, seiscentos e vinte e um reais) de recursos próprios financeiros; e

d) R\$ 191.279.209,00 (cento e noventa e um milhões, duzentos e setenta e nove mil, duzentos e nove reais) de recursos próprios não-financeiros; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 2.651.123.917,00 (dois bilhões, seiscentos e cinquenta e um milhões, cento e vinte e três mil, novecentos e dezessete reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R	
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									2.651.123.917	
99 999 99 999	0999 0998 0999 0998 0012	OPERACOES ESPECIAIS							2.651.123.917	
		RESERVA DE CONTINGENCIA							2.651.123.917	
		RESERVA DE CONTINGENCIA - RESERVA PARA DESPESAS COM REAJUSTE DO SALARIO MINIMO E GASTOS SOCIAIS	S	9	2	90	0	151	919.738.620	
			S	9	2	90	0	153	1.231.385.297	
			S	9	2	90	0	154	500.000.000	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									2.651.123.917	
TOTAL - GERAL									2.651.123.917	

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – **Item 9:**

**PROJETO DE LEI Nº 48, DE 2003-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 48, de 2003, do Congresso Nacional, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$1.544.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 115, de 2003-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

É o seguinte o parecer

**PARECER Nº 115, DE 2003 – CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 48, de 2003, que abre crédito especial no valor de R\$1.544.000,00, em favor do Ministério dos Transportes, para os fins que especifica.**

Relator: Senador **Leonel Pavan**

**1 – Relatório**

**1.1 – Do Projeto de Lei**

O Projeto de Lei nº 48, de 2003 (PL 48/2003), abre crédito especial de R\$1.544.000,00, em favor do Ministério dos Transportes. O crédito em tela tem por objetivos: financiar as atividades de regulação e supervisão de rodovias federais delegadas pela União à administração e exploração dos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul; custear as atividades de fiscalização da concessão de rodovias nas BR-392/RS-RioGrande-Pelotas-Santana de Boa Vista, BR-293/RS-Pelotas e Bagé e BR-116/RS-Camaquã-Jaguarão; e a realização de estudos para a estruturação organizacional da Agência Nacional de Transportes Terrestres –ANTT, adequando seu parque tecnológico e quadro funcional às necessidades de fiscalização das concessões.

O presente crédito é viabilizado pelo excesso de arrecadação, mediante operação de crédito externa e de anulação parcial de dotações, cujas programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízos na sua execução, segundo a Exposição de Motivos nº 321/MP, que acompanha a Mensagem nº 539/2003, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

**1.2 – Da Constitucionalidade**

Não parece haver óbices constitucionais que se possa opor às providências dadas pelo PL 048/2003. Isso porque suas medidas se afiguram de acordo com

as normas constitucionais vigentes, particularmente com as previstas nos arts. 165 a 169, que tratam dos orçamentos públicos.

**1.3 – Da Adequação Financeira e Orçamentária**

O PL nº 48/2003 demonstra-se adequado tanto do ponto de vista financeiro quanto do orçamentário. Há suficiência de recursos que lhe possa acorrer às providências dadas, até porque se promove o cancelamento parcial de dotações orçamentárias para a abertura do novo crédito e demonstra-se que o restante será financiado mediante obtenção de empréstimo internacional. Estando, portanto, o presente crédito compatível com o previsto no art 166 da Constituição Federal, combinado com o art. 41 da Lei nº 4.320/64.

**1.4 – Da Legalidade**

O presente crédito está amparado nas disposições do art. 43, § 1º, incisos II e III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. Foram cumpridas as determinações previstas na Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003).

**1.5 – Das Emendas**

Não foram apresentadas emendas ao presente Projeto de Lei.

**II – Voto**

À vista do que se viu e relatou, assim como das considerações feitas quanto à constitucionalidade, à adequação orçamentária e financeira e à legalidade do PL 48/2003 e considerando que não foram apresentadas emendas pelos ilustres Parlamentares, não restam óbices que se lhe possam opor. As providências dadas pelo PL 48/2003, acertadas do ponto de vista da legislação, são plenas de mérito, seja porque promovem a regulação e fiscalização das rodovias concedidas e o correto funcionamento Agência Nacional de Transportes Terrestres, seja porque garantem a boa administração da malha rodoviária nacional. Bem por isso, somos pela aprovação total do PL 48/2003, exatamente nos termos em que foi publicado e encaminhado ao Congresso Nacional.

É o voto.

Sala da Comissão, de 2003. – Senador **Leonel Pavan**. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aprovado.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam  
queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE LEI Nº 48, DE 2003-CN**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 1.544.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 1.544.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I - excesso de arrecadação de operação de crédito externa, no valor de R\$ 678.032,00 (seiscentos e setenta e oito mil, trinta e dois reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 865.968,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Ficam canceladas as programações constantes do Anexo III desta Lei, em atendimento ao disposto no art. 61, § 11, da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0225 GESTAO DA POLITICA DE TRANSPORTES			300.000						
		ATIVIDADES							
26 125	0225 6391	REGULACAO E SUPERVISAO DAS RODOVIAS CONCEDIDAS PELOS ESTADOS POR MEIO DE CONVENIOS DE DELEGACAO							300.000
26 125	0225 6391 0101	REGULACAO E SUPERVISAO DAS RODOVIAS CONCEDIDAS PELOS ESTADOS POR MEIO DE CONVENIOS DE DELEGACAO - DELEGADA AO ESTADO DO PARANA	F	3	2	90	0	111	100.000 100.000
26 125	0225 6391 0103	REGULACAO E SUPERVISAO DAS RODOVIAS CONCEDIDAS PELOS ESTADOS POR MEIO DE CONVENIOS DE DELEGACAO - DELEGADA AO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	3	2	90	0	111	100.000 100.000
26 125	0225 6391 0105	REGULACAO E SUPERVISAO DAS RODOVIAS CONCEDIDAS PELOS ESTADOS POR MEIO DE CONVENIOS DE DELEGACAO - DELEGADA AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	3	2	90	0	111	100.000
TOTAL - FISCAL			300.000						
TOTAL - SEGURIDADE			0						
TOTAL - GERAL			300.000						

UNIDADE : 39250 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

UNIDADE : 39250 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

ANEXO II			CREDITO ESPECIAL							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0224 EXPLORACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIARIO E FERROVIARIO										865.968
		ATIVIDADES								
26 782	0224 2907	FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE RODOVIAS							865.968	
26 782	0224 2907 0101	FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE RODOVIAS - DELEGADA AO ESTADO DO PARANA							100.000	
26 782	0224 2907 0103	FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE RODOVIAS - DELEGADA AO ESTADO DE SANTA CATARINA	F	3	2	90	0	111	100.000 100.000	
26 782	0224 2907 0107	FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE RODOVIAS - BR-040 RJ MG - RIO DE JANEIRO - PETROPOLIS - JUIZ DE FORA	F	3	2	90	0	111	100.000 344.000	
26 782	0224 2907 0121	FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE RODOVIAS - BR-116 RJ-SP - RODOVIA PRESIDENTE DUTRA	F	3	2	90	0	250	344.000 143.000	
26 782	0224 2907 0123	FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE RODOVIAS - BR-116 RJ - RIO DE JANEIRO - TERESOPOLIS - ALEM PARAIBA	F	3	2	90	0	250	143.000 78.968	
26 782	0224 2907 0129	FISCALIZACAO DA CONCESSAO DE RODOVIAS - DELEGADA AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	F	3	2	90	0	111	78.968 100.000	
TOTAL - FISCAL			F	3	2	90	0	111	100.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										865.968

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39250 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

## ANEXO III

## PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0224 EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO</b>									<b>678.032</b>
		ATIVIDADES							
26 782	0224 2907	<b>FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE RODOVIAS</b>							<b>678.032</b>
26 782	0224 2907 0107	FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE RODOVIAS - BR-040 RJ-MG - RIO DE JANEIRO - PETROPOLIS - JUIZ DE FORA	F	3	2	90	0	111	196.000
26 782	0224 2907 0121	FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE RODOVIAS - BR-116 RJ-SP - RODOVIA PRESIDENTE DUTRA	F	3	2	90	0	111	424.000
26 782	0224 2907 0123	FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE RODOVIAS - BR-116 RJ - RIO DE JANEIRO - TERESOPOLIS - ALEM PARAIBA	F	3	2	90	0	111	58.032
TOTAL - FISCAL									678.032
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									678.032

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Item 10:**PROJETO DE LEI Nº 50, DE 2003-CN**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 50, de 2003, do Congresso Nacional, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$98.007.454,00 (noventa e oito milhões, sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Ao projeto de lei foram apresentadas oito emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 108, de 2003 – CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sras e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (PFL – BA. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, este projeto está utilizando recursos da Cide para pagar despesas de pessoal, despesas médicas e de locomoção.

Meu voto é contra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – O nobre Deputado Claudio Cajado apresentou sua justificativa.

Assim, aprovado, contra o voto do Partido da Frente Liberal.

Em votação no Senado Federal.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado



FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO									21.244
		ATIVIDADES							
25 331	0791 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							21.244
25 331	0791 2011 0001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	134	21.244
TOTAL - FISCAL									21.244
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.244

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO									1.714.000
		ATIVIDADES							
15 451	0310 2400	LEVANTAMENTOS DE INFORMACOES PARA GESTAO TERRITORIAL							1.714.000
15 451	0310 2400 0001	LEVANTAMENTOS DE INFORMACOES PARA GESTAO TERRITORIAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	281	1.714.000
0462 CLIMATOLOGIA, METEOROLOGIA E HIDROLOGIA									1.664.590
		ATIVIDADES							
25 752	0462 2394	OPERACAO E MANUTENCAO DA REDE HIDROMETRICA							1.664.590
25 752	0462 2394 0001	OPERACAO E MANUTENCAO DA REDE HIDROMETRICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	250	614.590
			F	3	2	90	0	650	1.050.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									1.881.660
		ATIVIDADES							
25 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							1.881.660
25 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL	F	3	2	90	0	650	1.881.660
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO									385.410
		ATIVIDADES							
25 331	0791 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							85.410
25 331	0791 2011 0001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	1	90	0	250	85.410
25 128	0791 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO	-						300.000
25 128	0791 4572 0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	650	300.000
TOTAL - FISCAL									5.645.660
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.645.660



FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0224 EXPLORACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES									280.000
RODOVIARIO E FERROVIARIO									
		PROJETOS							
26 782	0224 5590	ESTUDOS PARA A CONCESSAO DE RODOVIAS							280.000
26 782	0224 5590 0001	ESTUDOS PARA A CONCESSAO DE RODOVIAS - NACIONAL							280.000
			F	3	2	90	0	148	240.000
			F	3	2	90	1	111	40.000
TOTAL - FISCAL									280.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									280.000

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8025 INOVACAO TECNOLOGICA EM TELECOMUNICACOES									78.160.550
		ATIVIDADES							
24 122	8025 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							1.532.560
24 122	8025 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							1.532.560
			F	3	2	90	0	172	1.532.560
24 722	8025 4333	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICACOES							46.463.590
24 722	8025 4333 0001	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICACOES - NACIONAL							46.463.590
			F	3	2	50	0	172	7.865.726
			F	3	2	50	0	280	38.597.864
24 722	8025 4343	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICACOES NA FUNDACAO CPQD							30.164.400
24 722	8025 4343 0001	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICACOES NA FUNDACAO CPQD - NACIONAL							30.164.400
			F	3	2	50	0	172	30.164.400
TOTAL - FISCAL									78.160.550
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									78.160.550





[illegible]

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0225 GESTAO DA POLITICA DE TRANSPORTES									800.000
26 122 26 122	0225 2000 0225 2000 0001	ATIVIDADES							
		ADMINISTRACAO DA UNIDADE							800.000
		ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL							800.000
			F	3	2	90	0	111	800.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39250 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

ANEXO II

CREDITO SUPPLEMENTAR

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0227 SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO									40.000
		ATIVIDADES							
26 782	0227 2347	FISCALIZACAO E CONTROLE DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS							40.000
26 782	0227 2347 0001	FISCALIZACAO E CONTROLE DO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS - NACIONAL							40.000
			F	3	2	90	0	111	40.000
TOTAL - FISCAL									40.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000

ANEXO II			CREDITO SUPPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									78.160.550
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							78.160.550
99 999	0999 0998 0101	RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITA PRÓPRIA E VINCULADA DE FUNDOS E DA ADMINISTRACAO INDIRETA							78.160.550
			F	9	0	99	0	172	39.562.686
			F	9	0	99	0	280	38.597.864
TOTAL - FISCAL									78.160.550
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									78.160.550



ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

UNIDADE : 41902 - FUNDO DE UNIVERSALIZACAO DOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES - FUST

ANEXO III

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0257 UNIVERSALIZACAO DOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES									78.160.550
		OPERACOES ESPECIAIS							
24 722	0257 0773	PROMOCAO DA IMPLANTACAO DE ACESSOS AOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES, POR MEIO DE RESSARCIMENTO DE PARCELA DE CUSTO NAO RECUPERAVEL, PARA ATENDIMENTO A COMUNIDADES DE BAIXO PODER AQUISITIVO							31.251.100
24 722	0257 0773 0001	PROMOCAO DA IMPLANTACAO DE ACESSOS AOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES, POR MEIO DE RESSARCIMENTO DE PARCELA DE CUSTO NAO RECUPERAVEL, PARA ATENDIMENTO A COMUNIDADES DE BAIXO PODER AQUISITIVO - NACIONAL	F	3	2	90	0	172	31.251.100
24 722	0257 0779	PROMOCAO DA IMPLANTACAO DE ACESSOS INDIVIDUAIS AOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES, POR MEIO DE RESSARCIMENTO DE PARCELA DE CUSTO NAO RECUPERAVEL, A ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA							8.367.000
24 722	0257 0779 0001	PROMOCAO DA IMPLANTACAO DE ACESSOS INDIVIDUAIS AOS SERVICOS DE TELECOMUNICACOES, POR MEIO DE RESSARCIMENTO DE PARCELA DE CUSTO NAO RECUPERAVEL, A ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	172	8.367.000
24 722	0257 0783	PROMOCAO DA IMPLANTACAO DE ACESSOS AOS SERVICOS DE TELEFONIA, POR MEIO DE RESSARCIMENTO DE PARCELA DE CUSTO NAO RECUPERAVEL, EM AREAS RURAIS							24.754.450
24 722	0257 0783 0001	PROMOCAO DA IMPLANTACAO DE ACESSOS AOS SERVICOS DE TELEFONIA, POR MEIO DE RESSARCIMENTO DE PARCELA DE CUSTO NAO RECUPERAVEL, EM AREAS RURAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	172	24.754.450
24 722	0257 0785	PROMOCAO DA IMPLANTACAO DE ACESSOS AOS SERVICOS DE REDES DIGITAIS DE INFORMACAO DESTINADAS AO ACESSO PUBLICO, EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, POR MEIO DE RESSARCIMENTO DE PARCELA DE CUSTO NAO RECUPERAVEL, INCLUINDO OS EQUIPAMENTOS TERMINAIS							13.788.000
24 722	0257 0785 0001	PROMOCAO DA IMPLANTACAO DE ACESSOS AOS SERVICOS DE REDES DIGITAIS DE INFORMACAO DESTINADAS AO ACESSO PUBLICO, EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, POR MEIO DE RESSARCIMENTO DE PARCELA DE CUSTO NAO RECUPERAVEL, INCLUINDO OS EQUIPAMENTOS TERMINAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	172	13.788.000
TOTAL - FISCAL									78.160.550
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									78.160.550

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão às 13h59min, antes do início da sessão da Câmara dos Deputados, às 14h.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 59 minutos.)*

**(\*) EMENDAS**

Apresentadas ao Projeto de Lei nº 30, de 2003-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

Apresentadas ao Projeto de Lei nº 31, de 2003-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2004.

*(\*) Publicadas em suplementos a presente edição.*

**ATO DO DIRETOR-GERAL**

**Nº 4690 , DE 2003**

*Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento do Senado Federal, para o exercício de 2003.*

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Ato nº 50, de 07/10/1996 do **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Promover, na forma dos Anexos I e II deste Ato, modificações nas Modalidades de Aplicação da dotação orçamentária do Senado Federal, aprovada por meio da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.

Parágrafo único - As modificações a que se refere este artigo têm por finalidade o custeio do pagamento da cota-parte da anuidade devida pelo Senado Federal ao Parlamento Latino-Americano.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de setembro de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 5202 , DE 2003**

*Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento do Senado Federal, para o exercício de 2003.*

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Ato nº 50, de 07/10/1996, do **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**,

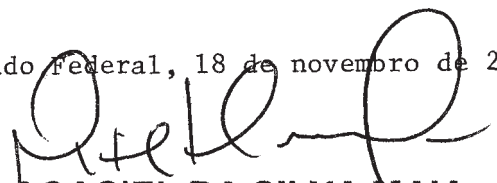
**RESOLVE:**

Art. 1º - Promover, na forma dos Anexos I e II deste Ato, modificações nas Modalidades de Aplicação da dotação orçamentária do Senado Federal, aprovada por meio da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.

Parágrafo único - As modificações a que se refere este artigo têm por finalidade o custeio do pagamento da cota-parte da anuidade devida pelo Senado Federal ao Grupo Brasileiro da União interparlamentar.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de novembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



ANEXO I

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL				EM REAL	
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
01.031.0551.4061 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE 01.031.0551.4061.0001 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3.3.90.00	100	186.000,00	186.000,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS					
186.000,00			186.000,00		186.000,00

ANEXO II

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO ALTERAÇÃO DA MODALIDADE DE APLICAÇÃO RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL				EM REAL	
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
01.031.0551.4058 - ASSISTÊNCIA A ENTIDADES DE INTERCÂMBIO LEGISLATIVO, PARLAMENTAR E POLÍTICO 01.031.0551.4058.0001 - ASSISTÊNCIA A ENTIDADES DE INTERCÂMBIO LEGISLATIVO, PARLAMENTAR E POLÍTICO	3.3.80.00	100	186.000,00	186.000,00	
RECURSOS ORDINÁRIOS					
186.000,00			186.000,00		186.000,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL  
(Art. 66 da Lei nº 10.524 de 25 de julho de 2002)  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2003  
ATUALIZAÇÃO

ÓRGÃO 02.000 - SENADO FEDERAL

Em R\$

MESES	1-PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	3 e 4-OUTRAS DESPESAS CORRENTES e DE CAPITAL	TOTAL MENSAL
JANEIRO	90.500.000,00	-	90.500.000,00
FEVEREIRO	110.000.000,00	17.767.405,46	127.767.405,46
MARÇO	85.000.000,00	24.803.554,42	109.803.554,42
ABRIL	85.000.000,00	21.894.842,19	106.894.842,19
MAIO	95.000.000,00	23.121.464,82	118.121.464,82
JUNHO	175.000.000,00	23.121.464,82	198.121.464,82
JULHO	140.000.000,00	23.653.407,49	163.653.407,49
AGOSTO	95.000.000,00	23.653.407,49	118.653.407,49
SETEMBRO	95.000.000,00	23.653.407,49	118.653.407,49
OUTUBRO	95.000.000,00	23.653.407,49	118.653.407,49
NOVEMBRO	160.000.000,00	46.212.172,66	206.212.172,66
DEZEMBRO	130.184.442,00	46.212.172,67	176.396.614,67
TOTAL: LEI Nº 10.640/03 + CRÉDITOS	1.355.684.442,00	297.746.707,00	1.653.431.149,00

FONTE: SIAFI

Brasília-DF, em 18 de NOVEMBRO de 2003



CELSON APARECIDO RODRIGUES  
1º DIRETOR FINANCEIRO



AGACIEL DA SILVA MAIA  
DIRETOR-GERAL

## Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização \*

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-4-2003

### Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho-PMDB-AM

1º Vice-Presidente: Deputado Pauderney Avelino – PFL - AM

2º Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PFL - TO

3º Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB-SP

Relator da LDO: Deputado Paulo Bernardo

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2004: Dep. Jorge Bittar – PT-RJ

Relator do PPA 2004/2007 – Senador Roberto Saturnino – PT-RJ

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PT-PSB-PTB-PL)	
Serys Slhessarenko <sup>(29)</sup>	1. Ana Júlia Carepa
Roberto Saturnino	2. Eurípedes Camargo-DF <sup>(56)</sup> (13)
Delcídio Amaral (2) <sup>(13)</sup>	3. Eduardo Suplicy
Fernando Bezerra (25)	4. Sibá Machado
Magno Malta	5. Flávio Arns-PR <sup>(56)</sup> <sup>(21)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior	6. Aelton Freitas <sup>(2)</sup>
Duciomar Costa	7. Fátima Cleide-RO <sup>(56)</sup> <sup>(29)</sup> <sup>(25)</sup>
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. José Maranhão
Luiz Otávio	2. Valdir Raupp
Amir Lando <sup>(48)</sup> (20)	3. Romero Jucá <sup>(48)</sup> <sup>(6)</sup>
Sérgio Cabral	4. Garibaldi Alves Filho <sup>(20)</sup> <sup>(12)</sup>
Hélio Costa	5. Leomar Quintanilha <sup>(59)</sup>

\* Designação feita em 14-4-2003 (SF)

<sup>(29)</sup> Substituição da Sen. Heloisa Helena (T) pela Sen Serys Slhessarenko (T), deixando a mesma de ser suplente, em 5-8-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

<sup>(56)</sup> Indicação dos Sen. Eurípedes Camargo (S), Flávio Arns (S) e a Senadora Fátima Cleide (S), em 29-10-2003 – PT – SF.

<sup>(13)</sup> Substituição do Sen. Papaléo Paes pelo Sen. Delcídio Amaral (T), em 22-5-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

<sup>(21)</sup> Desligamento do Sen. Marcelo Crivella (S), em 10-7-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

<sup>(2)</sup> Substituição do Sen Tião Viana pelo Sen Papaléo Paes(T) e indicação do Sen Aelton Freitas(s) em 23-4-2003-PT-SF.

<sup>(25)</sup> Remanejamento do Sen. Fernando Bezerra para titular e da Sen. Serys Slhessarenko para suplente, em 16-7-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

<sup>(48)</sup> Remanejamento dos Sen. Romero Jucá e Amir Lando para suplência e titularidade, respectivamente, em 2-10-2003 – PMDB-SF.

<sup>(6)</sup> Indicação do Sen. Amir Lando(S), feita em 5-5-2003. PMDB-SF.

<sup>(20)</sup> Remanejamento dos Sen. Garibaldi Alves Filho para suplente e Romero Jucá para titular, em 8-7-2003- PMDB-SF.

<sup>(12)</sup> Indicação do Senador Romero Jucá(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-SF.

PFL	
Romeu Tuma <sup>(51)</sup>	1. José Jorge
Jonas Pinheiro	2. vago (51)
João Ribeiro	3. Heráclito Fortes
Efraim Moraes	4. Roseana Sarney
César Borges	5. Paulo Octávio

---

<sup>(59)</sup> Indicação do Sem. Leomar Quintanilha (S), feita em 5-11-2003 – PMDB – SF.

<sup>(51)</sup> Substituição do Sen Leomar Quintanilha (T) pelo Sen Romeu Tuma, que deixa a vaga de suplente, em 15-10-2003–PFL–SF.

(continuação da Composição da CMO)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan <sup>(39)</sup> (14) (30)	1. Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	2. vago(39)
Sérgio Guerra	3. Teotônio Vilela <sup>(15)</sup>
<b>PDT</b>	
Almeida Lima <sup>(32)</sup>	1. Augusto Botelho
<b>PPS<sup>(*)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes <sup>(58)</sup>

<sup>(39)</sup> Indicação do Sen. Leonel Pavan como titular, deixando a vaga de suplente, em 5-9-2003-PSDB-SF.

<sup>(14)</sup> Substituição do Sen. Romero Jucá pelo Sen. Reginaldo Duarte(T), em 23-5-2003-PSDB-SF.

<sup>(30)</sup> O Senador Reginaldo Duarte foi desligado da Comissão em 6-8-2003 – PSDB – SF.

<sup>(15)</sup> Indicação do Sen. Teotônio Vilela(S), em 23-5-2003-PSDB-SF.

<sup>(32)</sup> Substituição do Sen. Alvaro Dias pelo Sen. Almeida Lima(T), em 13-8-2003-PDT-SF.

<sup>(\*)</sup> Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

<sup>(58)</sup> Substituição do Sen. João Batista Motta pela Sen. Patrícia Saboya Gomes(S), em 4-11-2003-PPS-SF.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Ary Vanazzi-RS	1. Eduardo Valverde-RO
Walter Pinheiro-BA <sup>(69)</sup>	2. José Pimentel-CE
Dr. Rosinha-PR	3. Leonardo Monteiro-MG
Gilmar Machado-MG	4. Arlindo Chinaglia-PT <sup>(7)</sup>
João Grandão-MS	5. Paulo Rubem Santiago-PE
João Magno-MG	6. Devanir Ribeiro-SP <sup>(7)</sup>
Jorge Bittar-RJ	7. Tarcisio Zimmermann-RS
Paulo Bernardo-PR	8. Telma de Souza-SP
Vignatti-SC	9. Maurício Rands-PE <sup>(69)</sup>
Virgílio Guimarães-MG	10. Zezéu Ribeiro-BA
Wasny de Roure-DF	11. Vander Loubet-MS <sup>(7)</sup>
<b>PFL</b>	
Carlos Melles-MG	1. Carlos Nader-RJ
Cláudio Cajado-BA <sup>(63)</sup> <sup>(57)</sup>	2. Cleuber Carneiro-MG
Eduardo Sciarra-PR	3. Gervásio Silva-SC
Gilberto Kassab-SP	4. Kátia Abreu-TO
José Rocha-BA	5. Laura Carneiro-RJ
Lael Varella-MG	6. Luiz Carreira-BA <sup>(64)</sup> <sup>(57)</sup>
Júlio César--PI <sup>(10)</sup>	7. Marcos Abraão-SP
Machado-SE	8. José Roberto Arruda-DF <sup>(35)</sup>
Osvaldo Coelho-PE	9. Fernando de Fabinho-BA <sup>(46)</sup>
Pauderney Avelino-AM	10. João Batista-SP <sup>(27)</sup>

<sup>(7)</sup> Indicação do Dep. Vander Loubet(S) em vaga, substituição dos Deps. Nelson Pellegrino(S) e Professor Luizinho(S) pelos Deps. Arlindo Chinaglia e Devanir Ribeiro, feitas em 6-5-2003-PT-CD.

<sup>(69)</sup> Substituições do Dep. Carlito Mers (T) pelo Dep. Walter Pinheiro (T) e do Dep. Walter Pinheiro (S) pelo Dep. Maurício Rands (S), em 19-11-2003 – PT – CD.

<sup>(63)</sup> Substituição do Dep. Luiz Carreira pelo Dep. Cláudio Cajado(T), em 7-11-2003-PFL-CD.

<sup>(57)</sup> Substituição do Dep. Cláudio Cajado pelo Dep. Luiz Carreira, como titular, deixando o mesmo a vaga de suplente, em 4-11-2003-PFL-CD.

<sup>(64)</sup> Indicação do Dep. Luiz Carreira(S), em 7-11-2003-PFL-CD.

<sup>(10)</sup> Substituição do Dep. Luciano Castro (T) pelo Dep. Júlio César (T), em 14-5-2003-PFL-CD.

<sup>(35)</sup> Substituição do Dep. Robson Tuma (S) pelo Dep. José Roberto Arruda (T), em 20-8-2003 – PFL-CD.

<sup>(46)</sup> Substituição do Dep. Rogério Teófilo pelo Dep. Fernando de Fabinho(S), em 26-9-2003-PFL-CD.

<sup>(27)</sup> Indicação do Dep. João Batista(S), em 17-7-2003-PFL-CD



(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
<b>PMDB</b>	
José Borba-PR	1. André Luiz-RJ
Pedro Chaves-GO <sup>(17)</sup>	2. Rose de Freitas <sup>(65)</sup>
José Priante-PA	3. João Correia-AC
Mauro Lopes-MG	4. Jorge Alberto-SE
Olavo Calheiro-AL	5. José Divino-RJ <sup>(53)</sup>
Pedro Novais-MA	6. Paulo Afonso-SC <sup>(1)</sup>
Zé Gerardo-CE <sup>(60)</sup> <sup>(52)</sup>	7. Silas Brasileiro-MG <sup>(11)</sup>
Tadeu Filippelli-DF <sup>(68)</sup> <sup>(33)</sup> <sup>(23)</sup> <sup>(1)</sup>	8. Waldemir Moka-MS <sup>(24)</sup>
Marcelino Fraga <sup>(28)</sup>	9. Wilson Santiago-PB <sup>(60)</sup> <sup>(52)</sup> <sup>(37)</sup>
<b>PSDB</b>	
Anivaldo Vale-PA	1. Alberto Goldman-SP
Antonio Carlos Mendes Thame-SP	2. Eduardo Paes-RJ <sup>(50)</sup>
Bismarck Maia-CE <sup>(43)</sup>	3. João Almeida-BA
Eduardo Gomes-TO <sup>(49)</sup> <sup>(19)</sup>	4. João Castelo-MA
Helenildo Ribeiro-AL	5. Manoel Salviano-CE <sup>(31)</sup> <sup>(45)</sup>
Narcio Rodrigues-MG	6. Ronaldo Dimas-TO <sup>(8)</sup> <sup>(9)</sup>
Professora Raquel Teixeira-GO	7. Paulo Kobayashi-SP
Rafael Guerra-MG	8. Antonio Cambraia-CE <sup>(34)</sup> (19)
<b>PPB</b>	
Francisco Dornelles-RJ <sup>(55)</sup>	1. Herculano Anghinetti-MG <sup>(54)</sup> (5)

<sup>(17)</sup> Substituição do Dep. José Chaves pelo Dep. Pedro Chaves(T), em 29-5-2003-PMDB-CD.

<sup>(65)</sup> Indicação da Dep. Rose de Freitas(S), em 12-11-2003-PMDB-CD.

<sup>(53)</sup> Indicação do Dep. José Divino(S), em 23 10-2003-PMDB-CD.

<sup>(1)</sup> Indicações feitas em 22-4-2003-PMDB-CD.

<sup>(11)</sup> Indicação do Dep. Silas Brasileiro(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-CD.

<sup>(68)</sup> Substituição do Dep. Darcísio Perondi pelo Dep. Tadeu Filippelli(T), em 13-11-2003-PMDB-CD.

<sup>(33)</sup> Indicação do Dep. Darcísio Perondi como titular, em 14-8-2003-PMDB-CD.

<sup>(23)</sup> Desligamento do Dep. Moreira Franco (T), em 14-7-2003 - PMDB-CD.

<sup>(24)</sup> Indicação do Dep. Waldemir Moka (S), em 14-7-2003 - PMDB-CD.

<sup>(28)</sup> Indicação do Dep. Marcelino Fraga (T), em 31-7-2003 - PMDB-CD

<sup>(60)</sup> Remanejamento do Dep. Zé Gerardo para titular e do Dep. Wilson Santiago para suplente, em 6-11-2003-PMDB-CD.

<sup>(52)</sup> Remanejamento do Dep. Wilson Santiago para titular e do Dep. Zé Gerardo para suplente, em 22-10-2003-PMDB-CD.

<sup>(37)</sup> Indicação do Dep. Wilson Santiago(S), em 3-9-2003-PMDB-CD.

<sup>(50)</sup> Indicação do Dep. Eduardo Paes, em 2-10-2003-PSDB-CD.

<sup>(43)</sup> Substituição do Dep. Arnon Bezerra (T) pelo Dep. Bismarck Maia (T), em 18-9-2003-PSDB-CD.

<sup>(49)</sup> Substituição da Dep. Rose de Freitas pelo Dep. Eduardo Gomes(T), em 2-10-2003-PSDB-CD.

<sup>(19)</sup> Substituição do Dep Dr. Heleno pela Dep. Rose de Freitas(T), deixando a mesma de ser suplente, em 10-6-2003-PSDB-CD.

<sup>(31)</sup> Substituição do Dep. Jovair Arantes pelo Dep. Rommel Feijó (S), em 13-8-2003 - PSDB-CD.

<sup>(45)</sup> Substituição do Dep. Rommel Feijó pelo Dep. Manoel Salviano (S), em 24-9-2003 - PSDB-CD

<sup>(8)</sup> Desligamento do Dep. Osmânio Pereira(S), feita em 7-5-2003 - PSDB-CD.

<sup>(9)</sup> Indicação do Dep. Ronaldo Dimas(S), feita em 8-5-2003 - PSDB-CD.

<sup>(34)</sup> Indicação do Dep. Antonio Cambraia(S), em 20-8-2003 - PSDB-CD.

Márcio Reinaldo Moreira-MG	2. Dr. Benedito Dias-AP
Nelson Meurer-PR	3. Benedito de Lira-AL <sup>(62)</sup>
Ricardo Barros-PR	4. Mário Negromonte-BA
Roberto Balestra-GO	5. Dr. Heleno-RJ <sup>(61)</sup> <sup>(36)</sup> <sup>(5)</sup>

---

<sup>(55)</sup> Substituição do Dep. Herculano Anghinetti (T) pelo Dep. Francisco Dornelles, em 29-10-2003 – PP – CD

<sup>(54)</sup> Substituição do Dep. Francisco Dornelles (S) pelo Dep. Herculano Anghinetti, em 29-10-2003 – PP – CD.

<sup>(62)</sup> Substituição do Dep. João Pizzolatti pelo Dep. Benedito de Lira(S), em 7-11-2003-PP-CD.

<sup>(61)</sup> Substituição do Dep. João Tota pelo Dep. Dr. Heleno(S), em 6-11-2003-PP-CD.

<sup>(36)</sup> Substituição do Dep. Eduardo Cunha pelo Dep. João Tota(S), em 27-8-2003-PP-CD.

<sup>(5)</sup> Substituições dos Deps. Cleonânio Fonseca (S) e Narciso Mendes(S) pelos Deps. Francisco Dornelles e Eduardo Cunha, em 24-4-2003-PPB-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
<b>PTB</b>	
Eduardo Seabra-AP	1. Alex Canziani-PR
Elaine Costa-RJ	2. Homero Barreto-TO
Jovair Arantes-GO <sup>(47)</sup>	3. Josué Bengtson-PA
José Carlos Elias-ES	4. Neuton Lima-SP
José Chaves-PE <sup>(22) (3) (4)</sup>	5. Pedro Fernandes-MA
<b>PL</b>	
Humberto Michiles-AM	1. Almir Moura-RJ
João Leão-BA	2. Heleno Silva-SE
Milton Monti-SP	3. Sandro Mabel-GO
Wellington Roberto-PB	4. Welinton Fagundes-MT
<b>PSB</b>	
Dr. Evilásio-SP	1. Gonzaga Patriota <sup>(16)</sup>
Alexandre Cardoso-RJ <sup>(40)</sup>	2. Beto Albuquerque-RS <sup>(16)(44)</sup>
Renato Casagrande-ES	3. (vago)
<b>PPS</b>	
Cezar Silvestri-PR	1. Agnaldo Muiz-RO
Geraldo Resende-MS	2. Colbert Martins-BA <sup>(67)</sup>
<b>PDT</b>	
Dr. Hélio-SP	1. André Zacharow-PR
Mário Heringer-MG	2. Manato-ES
<b>PC do B</b>	
Sérgio Miranda-MG	1. Leonardo Vilela-PPB-GO <sup>(18)</sup>
Pastor Francisco Olímpio-PE <sup>(38)(42)</sup>	2. Vanessa Grazziotin-AM <sup>(41)</sup>
<b>PRONA</b>	
Amauri Robledo Gasques-SP <sup>(26)</sup>	1. Elimar Máximo Damasceno-SP <sup>(66)</sup>

<sup>(47)</sup> Substituição do Dep. Félix Mendonça pelo Dep. Jovair Arantes(T), em 2-10-2003-PTB-CD.

<sup>(22)</sup> Substituição do Dep. Benedito de Lira pelo Dep. José Chaves(T), em 11-7-2003 – PTB-CD.

<sup>(3)</sup> Desligamento do Dep. Benedito de Lira feito em 23-4-2003 – PTB-CD.

<sup>(4)</sup> Indicação feita em 24-4-2003-PTB-CD.

<sup>(40)</sup> Substituição do Dep. Gilberto Nascimento (T) pelo Dep. Alexandre Cardoso (T), em 5-9-2003 – PSB-CD.

<sup>(16)</sup> Indicação dos Deps. Gonzaga Patriota e Jefferson A. Campos(S), em 26-5-2003-PSB-CD.

<sup>(44)</sup> Substituição do Dep. Jefferson Campos (T) pelo Dep. Beto Albuquerque (T), em 18-9-2003-PSB-CD.

<sup>(67)</sup> Substituição do Dep. Athos Avelino pelo Dep. Colbert Martins(S), em 13-11-2003-PPS-CD.

<sup>(18)</sup> Indicação do Dep. Leonardo Vilela(S), em 5-6-2003-PCdoB-CD.

<sup>(38)</sup> O Dep. Edson Ezequiel foi desligado da Comissão em 3-9-2003 – PC do B – CD.

<sup>(42)</sup> Indicação do Dep. Pastor Francisco Olímpio(T), feita em 11-9-2003 – PC do B – CD.

<sup>(41)</sup> Indicação da Dep. Vanessa Grazziotin(S), em 5-9-2003-PC do B-CD.

<sup>(26)</sup> Substituição do Dep. Elimar Máximo Damasceno pelo Dep. Amauri Robledo Gasques(T), em 16-07-2003– PRONA–CD

<sup>(66)</sup> Substituição do Dep. Ildeu Araújo (S) pelo Dep. Elimar Máximo Damasceno(S), 12-11-2003 – PRONA – CD.

<b>PV</b>	
Leonardo Mattos-MG	1. Edson Duarte-BA
<b>PMN <sup>(*)</sup></b>	
Jackson Barreto-SE	1. Lúcia Braga-PB

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)

Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 318-6937 – 318-6938

---

<sup>(\*)</sup> Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) <sup>2</sup>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

<sup>2</sup> Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## CONGRESSO NACIONAL

### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

### COMISSÕES DE TRABALHO

#### **01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

#### **02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

#### **03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

#### **04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

#### **05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)



# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

## COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

<b>Presidente:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Senador RODOLPHO TOURINHO	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado ROBERTO JEFFERSON

### MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup>

<b>Senador EDUARDO SUPLICY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) <sup>(6)</sup>
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) <sup>(7)</sup>	Vago <sup>(8)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) <sup>(11)</sup>

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) <sup>(5)</sup>	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) <sup>(10)</sup>	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) <sup>(10)</sup>
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) <sup>(9)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

#### Notas:

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

<sup>(5)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(6)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(7)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(8)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

<sup>(9)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(10)</sup> Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(11)</sup> Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala 1/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY<sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador TIÃO VIANA (PT <sup>2</sup> - AC)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPPLY (PT <sup>2</sup> - SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

## PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002  
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas  
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários  
02000202902003-X -- Venda de Editais  
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança  
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel  
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)  
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900  
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



**EDIÇÃO DE HOJE: 172 PÁGINAS**